



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TAIRINE VIEIRA FERRAZ

**DINÂMICAS DE INFORMAÇÃO E DE PRODUÇÃO DE
SUBJETIVIDADES DIGITAIS: uma análise multiartigo**

Recife
2025

TAIRINE VIEIRA FERRAZ

**DINÂMICAS DE INFORMAÇÃO E DE PRODUÇÃO DE
SUBJETIVIDADES DIGITAIS: uma análise multiartigo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Administração. Linha: Organizações e Sociedade. Campo temático: Redes Sociotécnicas, Competências Profissionais e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Henrique Helal

Recife
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Ferraz,	Tairine	Vieira.
Dinâmicas de informação e de produção de subjetividades		
digitais: uma análise multiartigo / Tairine Vieira Ferraz. -		
Recife,		2025.
126f.:		il.
Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro		
de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em		
Administração,		2025.
Orientação:	Diogo	Henrique Helal.

TAIRINE VIEIRA FERRAZ

**DINÂMICAS DE INFORMAÇÃO E DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES
DIGITAIS: uma análise multiartigo**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Administração. Linha: Organizações e Sociedade. Campo temático: Redes Sociotécnicas, Competências Profissionais e Trabalho.

Aprovado em 26 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal (Orientador)
Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ
Universidade Federal de Pernambuco – PROPAD/UFPE

Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Junior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – PROPAD/UFPE

Prof^a. Dr^a. Débora Coutinho Paschoal Dourado (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – PROPAD/UFPE

Prof^a. Dr^a. Flávia Zimmerle da Nóbrega Costa (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco – Campus do Agreste

Prof. Dr. Flávio Perazzo Barbosa Mota (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba – PPGGP/UFPB

AGRADECIMENTOS

O ditado clássico de que ninguém chega ao final de uma empreitada como essa sozinho carrega a solidez e a consistência das verdades que se repetem ao longo do tempo, revelando-se sempre corriqueiras, mas, ainda assim, inéditas. Se cada ciclo de doutoramento é único, como único é cada um que o vive, também é inegável a maravilhosa e repetitiva obviedade de que precisamos dos outros — de seus apoios, amores, forças e habilidades — para nos constituirmos enquanto pesquisadores.

Por isso, expresso minha gratidão à vida, que sempre me deu mais do que mereço: à minha família, aos meus amigos e à possibilidade de contar com saúde, estrutura e oportunidades necessárias para cumprir este ciclo.

À minha família, minha base e fortaleza, agradeço profundamente. Aos meus pais, **Ângela e João**, ao meu irmão, **Êmerson**, e à minha madrinha e avó, **Mundinha**, devo a estrutura sólida que me permitiu existir, crescer física e emocionalmente amparada, fazer escolhas e ser livre. Com seu respeito e apoio às minhas decisões, ofereceram-me o chão firme de que precisei para caminhar e me tornar a primeira doutoranda da família.

Ao meu marido, **Jamerson**, amor da minha vida e agente essencial dessa conquista, sou imensamente grata. Com paciência e acolhimento, você me mostrou, a cada dia, que ternura, retidão e força podem coexistir. Nos momentos de cansaço, sua presença e amor foram minha renovação.

Aos meus amigos, **Geysi, Maria, Marluce, Izaías, Nayara, Jordânia, Sabrina, Thiago** e tantos outros, meu carinho e gratidão por estarem comigo, mesmo quando da distância, torcendo por mim e suportando as longas horas de conversa, as ausências e as minhas faltas ao longo desses quatro anos.

Agradeço também aos colegas que fiz no PRODAD, em especial **Cléssia e Carol**, pelos momentos de crescimento compartilhados, e a todos os **professores e servidores do PROPAD**, que fazem da estrutura acadêmica um alicerce para a realização de sonhos.

Sou profundamente grata aos professores **Fellipe Brasileiro e Edvaldo Alves**, pelo acolhimento no GEPSCI, pelos conselhos e encaminhamentos que ajudaram a direcionar este trabalho de tese. Reconheço ainda o **Banco do Brasil**, na figura dos gerentes Carlos Eduardo e Juliana, por terem concedido o afastamento sem o qual essa trajetória não teria sido possível.

Agradeço em especial aos **professores da Banca Examinadora**, que gentilmente dedicaram seu tempo à apreciação deste trabalho, oferecendo contribuições valiosas desde a etapa de qualificação, permitindo assim seu aperfeiçoamento.

Por fim, meu profundo e sincero agradecimento ao professor orientador **Diogo Helal**, cuja sensibilidade e excelência docente foram decisivas nesta caminhada. Seu voto de confiança, suas orientações precisas, sua paciência e seu constante encorajamento me ensinaram que o conhecimento, quando aliado à humanidade, não é trivial e que, mesmo com os desafios, a academia vale o custo. Sua postura ética e generosa é um exemplo que levo comigo.

A todos que a vida colocou em meu caminho, meus agradecimentos por terem permitido que essa jornada tenha sido transformada em um sonho concretizado.

Nesse corredor
Portas ao redor
Querem escolher
Olha só, uma porta só

Uma porta certa
Uma porta só
Tentam decidir
A melhor
Qual é a melhor?

Não importa qual
Não é tudo igual
Mas todas dão em algum lugar
E não tem que ser uma única

Todas servem pra sair ou para entrar
É melhor abrir para ventilar
Esse corredor

(Portas, 2021)

RESUMO

Esta tese investigou a relação entre práticas informacionais e a produção de subjetividades políticas digitais em contextos político-digitais, expandindo os fundamentos teóricos da cidadania digital e da resiliência informacional. Composta por quatro artigos integrados, a pesquisa analisou como práticas informacionais políticas moldam sujeitos digitais. O primeiro artigo explorou os limites das abordagens organizacionais sobre cidadania digital, destacando a perspectiva das práticas político-informacionais como um mecanismo organizador dessa subjetivação. O segundo, examinou a resiliência informacional como um processo adaptativo e dinâmico de redução de incerteza, que, viabilizado pelas práticas informacionais, permite a adaptação e a persistência de informações, normativas ou desviantes. O terceiro artigo propôs uma elaboração teórica que amplia o escopo de investigação da cidadania digital, enquanto um tipo de subjetivação política, e da resiliência informacional como processo que sustenta a subjetivação digital, tecendo considerações sobre as implicações éticas e políticas dessa dinâmica em paisagens informacionais polarizadas. Por fim, o quarto artigo apresentou uma análise empírica sobre práticas informacionais e atos digitais em grupos bolsonaristas no *Telegram*, evidenciou-se o uso estratégico das práticas informacionais e da arquitetura digital para sustentar narrativas desviantes e produzir subjetividades extremas. Os resultados indicam que essas práticas e atos digitais transcendem o ambiente virtual e impactam a esfera pública e política. A tese oferece uma visão integrada e ampliada dos conceitos e enfatiza a necessidade de letramento crítico e de políticas públicas para mitigar os efeitos negativos das práticas informacionais desviantes em ambientes digitais.

Palavras-chave: Subjetividade digital; Cidadania digital; Resiliência informacional; Atos digitais; Práticas informacionais.

ABSTRACT

This thesis investigated the relationship between informational practices and the production of digital political subjectivities in political-media contexts, expanding the theoretical foundations of digital citizenship and informational resilience. Composed of four integrated articles, the research analyzed how political informational practices shape digital subjects. The first article explored the limitations of organizational approaches to digital citizenship, highlighting the perspective of political informational practices as an organizing mechanism of this subjectivation. The second examined informational resilience as an adaptive and dynamic process of uncertainty reduction, enabled by informational practices that support the adaptation and persistence of both normative and deviant information. The third article proposed a theoretical framework that broadens the scope of investigation into digital citizenship as a political subjectivation and informational resilience as a process underpinning digital subjectivation, connecting informational practices to digital acts and considering the ethical and political implications of this dynamic in polarized informational landscapes. Finally, the fourth article presented an empirical analysis of informational practices and digital acts in far-right groups on Telegram, demonstrating the strategic use of digital architecture to sustain deviant narratives and produce extreme subjectivities. The findings indicate that these practices and digital acts transcend the virtual environment, impacting the public and political spheres. This thesis offers an integrated and expanded view of these concepts, emphasizing the need for critical literacy and public policies to mitigate the negative effects of deviant informational practices in digital environments.

Keywords: Digital subjectivity; Digital citizenship; Informational resilience; Digital acts; Informational practices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ESTRUTURA GERAL DA TESE	14
3 ARTIGO 4	19
4 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A – ARTIGO 1	55
APÊNDICE B – ARTIGO 2	80
APÊNDICE C – ARTIGO 3	106
APÊNDICE D – <i>PROMPT REQUALIFY.AI</i>	126

1 INTRODUÇÃO

A organização da sociedade contemporânea tem sido, cada vez mais, marcada pela centralidade da informação e pela dependência das redes de tecnologia da informação na estruturação de grande parte dos arranjos sociais. A ubiquidade das tecnologias de informação e comunicação em praticamente todas as esferas da vida promove um contexto em que participar digitalmente se torna quase imperativo para viver em sociedade. Essas tecnologias também se consolidam, dia a dia, como espaços de disputas políticas significativas (Di Felice, 2021; Schou; Hjelholt, 2018; Monteiro Leonnel, 2018; Bustamante, 2010; Castells, 2002; 2003).

Nesse cenário, emerge um paradoxo: ao mesmo tempo em que os usos sociais da tecnologia e da informação digitalmente mediada apresentam potencial democratizador, possibilitando novos formatos de participação cívica e acesso à diversificação informacional (Dumbrava, 2017; Feezell, 2016; Castells, 2002, 2003), também servem como terreno fértil para a proliferação e permanência de discursos desviantes, desinformativos e a formação de câmaras de eco que limitam a troca plural originalmente idealizada para a ágora digital (Blommaert, 2022; Abidin, 2021; Udupa; Pohjonen, 2019; Brisola, 2016). Essa ambivalência gera implicações profundas para a constituição dos sujeitos digitais contemporâneos, especialmente em contextos políticos polarizados (Ferraz; Helal, 2024).

A cidadania digital foi concebida nos primórdios da virada tecnológica como um conjunto de normas comportamentais e responsabilidades no uso da tecnologia. E, também, como a capacidade de participar ativamente nos espaços digitais. Na literatura, essa noção tem sido frequentemente associada à premissa de que o domínio de habilidades digitais e o acesso a informações adequadas conduziriam a uma participação plena na sociedade da informação e ao efetivo exercício dessa forma de cidadania (Lynn *et al.*, 2022; Fonseca *et al.*, 2020; Ribble; Bailey, 2007; Mossberger *et al.*, 2007; Biasiotti; Nannucci, 2004).

Entretanto, perspectivas críticas direcionadas a esse tipo de abordagem tensionam o conceito, reinterpretando a cidadania digital como a contínua performance de um sujeito político emergente que é constituído através de práticas políticas discursivas de caráter situado. As perspectivas críticas enfatizam que os elementos materiais e reflexivos são indispensáveis para a efetiva mobilização emancipatória das habilidades informacionais e digitais (Vitorino; Piantola, 2011). Isso

porque, quando reduzida aos aspectos instrumentais, cognitivos e de acesso, uma visão estritamente técnica da cidadania digital mostra-se insuficiente para explicar as tensões democráticas observadas no mundo contemporâneo (Urman; Katz, 2022; Hicks; Lloyd, 2022; Udupa; Pohjonen, 2019).

No caso do Brasil, por exemplo, o percentual de acesso à internet é alto, atingindo 84% de penetração dos domicílios sendo que, dos domicílios conectados, 95% dos usuários utilizam a internet diariamente (TIC Domicílios 2024). Destes, apenas 22% dos brasileiros possuem conectividade significativa, o que reflete as condições inadequadas para usufruir plenamente das benesses trazidas pela virada tecnológica. Além disso, as competências digitais de crianças e jovens, os chamados nativos digitais, também apresentam ambivalências quando são observados os riscos e os benefícios nos usos da internet (Castello, 2024; Livingstone *et al.*, 2024).

Dados como esses evidenciam a existência de um descompasso entre o acesso à tecnologia da informação e seu uso crítico e emancipatório. As lacunas de conectividade significativa e letramento crítico revelam assim tensões democráticas amplas, que exigem pesquisas sobre os usos sociais da internet, seus impactos na cidadania e na constituição subjetiva dos indivíduos.

A questão da subjetividade que emerge na hipermodernidade destaca a influência das TICs contemporâneas na vida social. E a forma como essas tecnologias permitem o acesso, a circulação e a permanência da informação e o seu conteúdo, influencia diretamente as práticas informacionais e políticas dos indivíduos, passando a funcionar como dispositivos de socialização e subjetivação, capazes de produzir novas formas de viver, de organização social e de ação política (Ortiz, 2010; Bermúdez-Grajales, 2017).

Já a noção de subjetividade política digital, como uma forma emergente de subjetivação que é produzida a partir das práticas informacionais e dos atos digitais, refere-se a uma subjetividade política que se constitui de maneira contextual e performativa em ambientes digitais. Dito de outro modo, seria por meio da participação, do compartilhamento, das reivindicações e da reconfiguração de vínculos mediados pelas TICs que os sujeitos se subjetivam politicamente, consolidando sentidos de pertencimento, de identidade e de ação coletiva no espaço digital (Ferraz; Helal, 2024; Isin; Ruppert, 2020).

Em um contexto marcado pela ampla disponibilidade de dados, pela simplificação e velocidade dos processos de transmissão e pelo acesso a uma gama

diversificada de informações mediadas digitalmente, muitas vezes confusas e contraditórias, exige-se dos sujeitos uma contínua adaptação. Torna-se necessário o desenvolvimento de práticas e habilidades informacionais que permitam acessar, avaliar e usar a informação para serem incluídos socialmente e tomar decisões (Lloyd; Lipu; Kennan, 2010).

Nesse cenário, a noção de resiliência informacional (Lloyd, 2015; Al-Naday et al., 2014) ganha relevância. Compreendida como uma qualidade de disponibilidade e permanência da informação que permite aos sujeitos lidar com momentos de incerteza e transição com base em suas práticas informacionais, o conceito vincula-se tanto às possibilidades de criação e acesso a recursos informacionais cruciais para a vida em sociedade, numa perspectiva positiva (Damarad, 2020; Brasileiro, 2020), quanto aos desafios envolvidos nesse processo, como a persistência de informações que perduram na rede e são relatadas como resultando na elevação do risco de desinformação, segregação, ajustamentos disfuncionais e ampliação do espaço de controvérsia válida a partir de informações enviesadas, preconceituosas ou implausíveis (Tabasso, 2019; Hopp e Ferrucci, 2020; Patent, 2022).

Enquanto “conjunto de maneiras social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis” (Savolainen, 2007, p. 2, tradução livre), as práticas informacionais constituem um meio para capturar a influência dos contextos informacionais nos usos da informação (Araújo, 2017). Essa perspectiva amplia as abordagens mais tradicionais, ao reconhecer que diferentes subjetividades políticas digitais são moldadas por práticas informacionais que tanto podem sustentar formas democráticas de engajamento quanto favorecer a persistência de discursos extremos e excludentes.

O presente trabalho parte do pressuposto de que análises sustentadas por essa abordagem podem enriquecer a compreensão sobre práticas informacionais contemporâneas e suas implicações para a subjetividade política que emerge na contemporaneidade. Essa noção, fundamentada na assunção de ambivalência das práticas informacionais digitais, reconhece tanto os desafios quanto as oportunidades trazidas pela centralidade da tecnologia da informação no cotidiano, propondo um olhar crítico sobre os processos de resiliência informacional e de formação de subjetividades políticas digitais.

Submetido como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de

Pernambuco, este trabalho de tese está estruturado no formato de artigos científicos integrados. Além desta introdução, apresenta uma visão geral da estrutura da tese que contém uma breve descrição dos artigos que compõem o trabalho, a apresentação dos artigos produzidos e, ao final, uma conclusão com as reflexões sobre as implicações acadêmicas e sociais a que chegamos.

2 ESTRUTURA GERAL DA TESE

Atualmente, dois formatos principais são reconhecidos para a elaboração de documentos de tese no Brasil: o monográfico, também chamado de tradicional, e o modelo multiartigo, alternativo ou escandinavo. Este último, caracterizado pela organização e apresentação do trabalho de tese em capítulos estruturados como artigos científicos integrados, nos quais, cada produção corresponde a uma investigação autônoma (Costa, 2014).

Embora o formato multiartigo observe uma tendência de crescimento e apresente vantagens, como maior clareza na apresentação dos resultados e potencial de ampliar a disseminação do conhecimento científico, também enfrenta críticas. A principal delas se refere à necessidade de repetir elementos gerais ou comuns em vários artigos, o que pode resultar em uma escrita repetitiva (Nassi-Calò, 2016). Isso decorre do fato de que, apesar de integrados, os artigos precisam ser compreendidos e divulgados de forma independente.

Kuhlmann Jr. (2014) argumenta que a discussão sobre modelos de teses, para além da escolha de formato, está inserida em um debate mais amplo sobre o produtivismo acadêmico. Assim, a adoção do modelo escandinavo é, por vezes, associada a uma lógica produtivista. No entanto, as potencialidades do formato, como aceleração na circulação do conhecimento científico e o aumento potencial no número de leitores, quando comparado com teses tradicionais, uma vez que os resultados são apresentados de maneira objetiva e diluída, são fatores importantes a considerar (Nassi-Calò, 2016).

Considerando tais aspectos e, também, o caminho percorrido na elaboração do trabalho, o formato multiartigo foi adotado com o objetivo de integrar diferentes investigações realizadas ao longo do ciclo de doutoramento. Tendo em conta que ainda não existe um modelo unificado para a elaboração de teses no formato multiartigo, fica a cargo de cada instituição estabelecer seus próprios critérios (Costa, 2014). Portanto, este trabalho segue as diretrizes da Normativa Interna PROPAD/UFPE Nº 14/2022, que estabelece as normas de formatação de trabalhos finais de teses e dissertações a serem desenvolvidos pelos discentes do Programa.

Em decorrência da existência de objetivos distintos e da utilização de procedimentos metodológicos específicos para cada trabalho, quais sejam, revisão de escopo, análise bibliométrica, proposição teórica e investigação empírica, as

considerações metodológicas estão detalhadas no tópico "Procedimentos Metodológicos" de cada um dos estudos. O que permitiu maior clareza no relato dos procedimentos aplicados.

O primeiro artigo, intitulado "*The Digital Citizenship Phenomenon in Organizational Studies: A Scoping Review*", marca o início da investigação e foi aceito em 15 de junho de 2024 no *International Journal of Organizational Analysis* (IJOA). Este estudo, iniciado no segundo semestre de 2022, realizou uma revisão de escopo para explorar como o construto cidadania digital tem sido abordado no campo dos estudos organizacionais. Os resultados indicam que, em comparação com outros campos do conhecimento, os estudos organizacionais ainda não se apropriaram aprofundadamente do tema.

De maneira geral, os achados evidenciam o impacto da tecnologia no engajamento cívico digital contemporâneo, bem como a complexidade do conceito. Os contextos investigados na revisão destacam que fatores como acesso, educação, competências, pensamento crítico e transparência são requisitos para a promoção da cidadania digital. Uma convergência relevante refere-se ao papel das organizações, sejam elas plataformas digitais, instituições educacionais ou órgãos governamentais, como espaços estratégicos para investigar e fomentar a cidadania digital.

Apesar disso, o estudo também aponta que as estruturas organizacionais, mesmo aquelas concebidas com intuito de promover a participação crítica dos sujeitos, por motivos diversos, frequentemente falham nesse objetivo. Como a literatura revisada se concentra com mais ênfase nos tomadores de decisão do que nas experiências diretas do sujeito digital emergente, as perspectivas processuais da organização social que permite a cidadania digital emergir, tendem a ser negligenciadas.

O trabalho sugere lacunas que podem ser exploradas em pesquisas futuras no campo. Processos de formação e estabilização de organizações fluidas e emergentes em contextos cívico-digitais, bem como as dimensões sociais e políticas associadas a emergência do sujeito digital, são apontados como caminhos de investigação capazes de contribuir para a relevância do tema no campo dos estudos organizacionais.

Essas questões, somadas à inserção desta pesquisadora no GEPSCI – Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Ciência da Informação/UFPB, que adota a perspectiva das práticas informacionais e da resiliência da informação como

construtos organizadores da vida social (Schatzki, 2005; 2006), motivaram um aprofundamento investigativo sobre a resiliência informacional. Ao buscar um arcabouço teórico e metodológico fundamentado nas práticas informacionais e na resiliência da informação para explorar contextos informacionais diversos, incluindo o impacto do espaço digital na construção das bases informacionais dos sujeitos, encontramos subsídios teóricos para o próximo estágio da tese.

O Artigo 2, nomeado "Resiliência Informacional: uma revisão da literatura", desenvolvido ao longo do primeiro semestre de 2023 e publicado em 19 de março de 2024 na RDBCI - Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, analisou a evolução temática da pesquisa sobre resiliência informacional por meio de uma revisão sistemática da literatura acompanhada de uma análise bibliométrica. Os resultados indicaram que o conceito é jovem, apresenta múltiplas interpretações e duas dimensões principais: uma dimensão social, focada nas práticas e estratégias socioinformacionais dos sujeitos, e uma dimensão técnica, relacionada ao desenvolvimento de mecanismos operacionais para garantir permanência e disponibilidade de informações.

A pesquisa revelou que são as situações liminares, como crises políticas, de saúde, migrações e desastres, por exemplo, que funcionam como gatilhos para ativar o processo de resiliência informacional. Outra contribuição, foi a identificação de áreas emergentes para o estudo da resiliência da informação, tais como, desafios de gestão em contextos organizacionais fluídos e emergentes, bem como as implicações disfuncionais nos usos sociais da informação para redução de um dado estado de incerteza.

O trabalho sugere que abordagens com visões excessivamente otimistas sobre resiliência, frequentemente associadas a adaptações bem-sucedidas, têm destaque. Assim, a pesquisa evidenciou lacunas a respeito dos processos de adaptação que também podem se basear em informações desviantes ou implausíveis e perpetuar práticas antidemocráticas, racistas e xenofóbicas, ampliando a complexidade do conceito e desafiando as perspectivas mais tradicionais.

Esses achados, reforçaram a necessidade de avançar na compreensão das dinâmicas socioinformacionais ambivalentes que sustentam tanto a construção quanto a persistência das informações utilizadas pelos sujeitos para navegar no mundo contemporâneo. Com base nessa premissa, o Artigo 3 propõe uma conexão teórica entre as abordagens da cidadania digital e da resiliência informacional. Essa

interconexão buscou expandir a compreensão de como processos sociais e informacionais podem ser articulados, ampliando as fronteiras de pesquisa.

Intitulado "Resiliência informacional e subjetivação política: uma discussão sobre práticas informacionais em contextos políticos digitais", o trabalho foi desenvolvido no segundo semestre de 2023 e no primeiro trimestre de 2024, sendo aceito em 07 de novembro de 2024 e publicado na revista ICS – *Información, Cultura y Sociedad*. A partir das evidências e lacunas apresentadas nos trabalhos anteriores, o ensaio teórico argumenta que ampliar a investigação sobre a relação entre cidadania digital e resiliência informacional pode fornecer novas compreensões a respeito de variadas subjetividades políticas emergentes.

Para sustentar o argumento, o estudo recupera as noções de cidadania digital enquanto uma subjetividade política, fundamentada nos conceitos de atos digitais propostos por Isin e Ruppert (2020), destacados no Artigo 1. Esses atos digitais, caracterizados por práticas político-informacionais emergentes, são propostos como elementos que viabilizam a construção e a captura de variadas subjetividades políticas no ciberespaço.

Complementarmente, são retomadas as perspectivas de resiliência informacional exploradas no Artigo 2, ampliando-as para a investigação da resiliência de informações desviantes. Essa proposição teórica integra as práticas informacionais aos atos digitais, buscando evidenciar que tais práticas se configuram como dispositivos de subjetivação política que moldam o horizonte informacional e as novas formas de agir politicamente, mesmo em situações de desinformação e extremismo, que são refletidas nos atos.

São justamente as tensões e desafios observados nos trabalhos anteriores que serviram de pano de fundo para explorar a amplitude das ambiguidades informacionais presentes nas formas de sociabilidade político-digitais contemporâneas. Nesse cenário, o artigo 3 argumenta que a subjetivação política digital, refletida em atos digitais, resulta de práticas informacionais resilientes que desempenham papel central na formação de sujeitos.

O desenvolvimento dessa proposição teórica culminou na elaboração de uma investigação empírica, apresentada no Artigo 4. Nomeado "Resiliência da informação desviante e produção de subjetividades políticas digitais: explorando atos digitais e práticas informacionais em grupos de extrema-direita no *Telegram*", o trabalho buscou aprofundar empiricamente a compreensão da relação entre as práticas

informacionais desviantes e a produção de subjetividades políticas digitais para além da cidadania digital. Além de explorar como as narrativas desviantes são adaptadas e mantidas, conferindo resiliência a discursos implausíveis.

O estudo destacou como as práticas informacionais interagem entre si e como a arquitetura digital do *Telegram* atua reforçando práticas informacionais desviantes e mobilizando ações políticas que transcendem o ambiente digital. Ao articular a investigação dos atos digitais às práticas informacionais, o estudo amplia a compreensão sobre subjetivação política em ambientes digitais e expõe como os fluxos informacionais nesses ambientes influenciam a esfera pública e o cenário político brasileiro contemporâneo. O artigo 4, desenvolvido ao longo do ano de 2024 e apresentado no corpo deste texto, será traduzido para inglês e submetido no primeiro trimestre de 2025.

Conforme o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos específico para teses compostas por artigos científicos integrados da Universidade Federal de Pernambuco, os artigos já publicados são apresentados na íntegra como apêndices, enquanto aqueles no prelo ou ainda em processo de submissão são apresentados na parte textual do trabalho. Ainda que sejam autônomos, recomenda-se a leitura dos artigos na ordem cronológica de sua produção para melhor compreensão da evolução dos argumentos e de suas contribuições. Sugere-se iniciar a leitura pelos artigos 1, 2 e 3, apêndices A, B e C, respectivamente, seguidos pela leitura do trabalho apresentado no item 3 (Artigo 4) do corpo principal da tese.

3 ARTIGO 4

RESILIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DESVIANTE E SUBJETIVIDADES POLÍTICAS DIGITAIS: EXPLORANDO PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM GRUPOS DE EXTREMA-DIREITA NO *TELEGRAM*

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre práticas informacionais e atos digitais na formação de subjetividades políticas em grupos de extrema-direita no *Telegram*. Com base na análise de conteúdo, seis categorias temáticas foram identificadas para explorar como narrativas desviantes são adaptadas e mantidas, conferindo resiliência a discursos implausíveis. Destaca-se como as práticas informacionais interagem entre si e com a arquitetura digital do *Telegram*, reforçando discursos desviantes e mobilizando ações políticas que transcendem o ambiente digital. Ao articular os conceitos de atos digitais e resiliência informacional, o estudo contribui para entender como fluxos informacionais nos ambientes digitais influenciam a esfera pública e o cenário político brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave. Atos digitais; Práticas informacionais; Subjetividades digitais; Resiliência da informação desviante; Bolsonarismo.

INTRODUÇÃO

A ascensão da sociedade da informação e a centralidade dos dispositivos digitais e redes sociais como arenas da vida cotidiana provocaram transformações profundas na circulação da informação, na reconfiguração da esfera pública e nas formas de subjetivação contemporâneas. Nesse contexto, emergem novas dinâmicas informacionais e políticas que orientam não apenas as percepções e ações individuais, mas também produzem subjetividades marcadas por ambivalências, paradoxos e disputas de sentido (Tomasello, 2023; da Silva Medeiros, 2019; Guareschi, 2018; Bermúdez-Grajales, 2017; Barrios Tao, 2015; Giraud, 2015; Dean, 2013; Rey, 2012; Castells, 2002; 2003; DiMaggio et al., 2001).

Em uma sociedade onde a informação circulante é amplamente disponível, porém frequentemente confusa e contraditória, compreender como os indivíduos lidam com ambientes informacionais complexos e neles se constituem subjetivamente torna-se relevante. Dentre os elementos que ajudam a compor esse cenário, destacam-se os atos digitais, entendidos como ações discursivas performadas no ciberespaço capazes de revelar subjetividades políticas emergentes (Isin; Ruppert, 2015, 2020). E as práticas informacionais, enquanto um conjunto de maneiras social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis (Savolainen, 2007).

A esses conceitos soma-se o processo da resiliência informacional (Lloyd, 2015), que é ativado pela necessidade de lidar com situações-limite por meio de práticas informacionais para reduzir situações de incerteza (Ferraz; Helal, 2024a). Esse processo ajuda a entender como os praticantes buscam, processam e utilizam informações para gerenciar incertezas e navegar em ambientes complexos, incluindo os digitais (Lloyd, 2013, 2014, 2015; Brasileiro, 2020). Quando inseridas em contextos liminares, como o das crises sociais e institucionais (Cesarino, 2022; 2020), as práticas informacionais têm o potencial de ativar processos de resiliência informacional, inclusive de informações desviantes (Ferraz; Helal, 2024b).

Nesse contexto, países como Brasil, Indonésia, Irã, Rússia e Ucrânia têm registrado um crescimento significativo no uso do *Telegram*. A plataforma tem ganhado relevância na comunicação política, no fortalecimento de vínculos com bases eleitorais e na disseminação de ideologias extremistas (Khaund et al., 2020). Esse fenômeno está associado a uma tendência de endurecimento das legislações

em Estados-nação, pelo menos até o ano de 2024, que resultaram em restrições a atores de extrema-direita (principalmente nas Meta Platforms), favorecendo a migração desses atores para ambientes menos regulados (Urman; Katz, 2020).

Estudos sugerem que essa migração intensificou a presença de movimentos extremistas nesse serviço de mensageria (Walther; McCoy, 2021). Como em outras partes do mundo, o Brasil tem assistido à expansão sem precedentes de informações falsas, conspiratórias e tendenciosas no debate político, revelando o caráter resiliente das informações desviantes (Hopp; Ferrucci, 2020), o que exige dos indivíduos competências para lidar com um cenário informacional liminar. Esse cenário tem ampliado o foco sobre as dimensões éticas e políticas da *internet*, seus usos cotidianos e os impactos sociais e subjetivos dessa utilização (Lythreatis et al., 2022; Brown, 2019; Suaiden, 2012; Nogueira, 2007).

O presente artigo investiga as relações entre o processo de resiliência da informação desviante e a produção de subjetividades políticas digitais. Para isso, foram investigados grupos de extrema-direita na rede social digital *Telegram*, com foco na observação das práticas informacionais e dos atos digitais praticados nesses grupos. A análise, realizada a partir da técnica de observação encoberta e análise de conteúdo, busca evidenciar se e como práticas informacionais moldam ações discursivas que influenciam o caráter resiliente de informações desviantes e a produção de subjetividades políticas antiestruturais no Brasil contemporâneo.

REVISÃO DA LITERATURA

Ato digital como via de acesso à investigação das subjetividades políticas emergentes

O pressuposto de que os usos da linguagem são um meio de ação social (Austin, 1975), é o ponto de partida para compreender que aquilo o que reivindicamos na *internet* é capaz de revelar a produção de subjetividades digitais. Nesse sentido, Isin e Ruppert (2015; 2020) propõem uma extensão à teoria de atos de fala de Austin, como uma maneira de acessar a produção de uma forma específica de subjetividade político-digital, a cidadania digital.

Especificamente, a partir dos atos de fala perlocucionários, considerados por Austin (1975) como possuindo força de ação (um discurso que faz), Isin e Ruppert (2020) propõem a categoria de “atos digitais” como via de acesso ao sujeito (cidadão digital) emergente. Nos termos dos autores, os atos digitais podem ser de três tipos: de chamamento, de abertura e de fechamento. E envolvem inúmeras ações (participar, conectar, compartilhar, testemunhar, hackear, filtrar, normalizar, entre outras) que são realizadas por meio de interações, publicações, compartilhamento e outras atuações no ciberespaço (Isin; Ruppert, 2020).

A noção de que um ato de discurso pode realizar ações é central para entender os atos de fala, no caso, os atos digitais, como cristalização efêmera de um campo de disputa que produz sentidos e sujeitos, e que se dá na intersecção entre ação, linguagem e significação política. De modo que, a extensão proposta associa os atos digitais (atos de fala perlocucionários perpetrados no ciberespaço e que contém conteúdo reivindicatório) à produção de um tipo subjetividade digital. Nela, o palco onde tais atos são performados ou, em outras palavras, os dispositivos de subjetivação seriam o ciberespaço e seus aparatos tecnológicos de comunicação e informação (Isin; Ruppert, 2020).

A proposta oferece entendimentos sobre como a interação entre indivíduos e tecnologia digital dá origem a novas formas de identidade e de participação política. Contudo, após algum tempo transcorrido no interior daquilo que alguns convencionaram chamar sociedade da informação (Hanakata e Bignami, 2023; Morozov, 2014; Castells, 2002; Toffler e Toffler, 1996; Masuda, 1980), a literatura ainda não apresenta consenso sobre a qualidade e a natureza do sujeito digital

emergente. Persistem dúvidas quanto às implicações dessa subjetividade na conformação de estados sociais futuros (Travkina, 2022; Dumbrova, 2017; Nogueira, 2007).

Críticos destacam que, além de seus usos democratizantes, a internet também tem provocado efeitos negativos nas sociabilidades digitais. Entre eles, estão o aumento do isolamento social, a piora na qualidade da participação política e o enfraquecimento dos laços comunitários e solidários (Tomasello, 2022; Oser, 2017; Gomes, 2011; Coleman 2008 e Putnam, 2000, 2020). Além de documentarem um crescente extremismo nos fluxos informacionais que abastecem o cenário público e o aumento sem precedentes na veiculação de discursos que violam as normas sociais (Blommaert; 2022; Abidin; 2021; Udupa; Pohjonen, 2019).

Por isso, tem-se afirmado que entre os efeitos da virada tecnológica pode-se observar um período liminar, capaz de atuar como berçário de subjetividades políticas extremistas (Cesarino, 2022; 2020). Em comum, ambas as vertentes de investigação, sejam elas mais otimistas ou não, partem de uma concepção do ciberespaço como uma infraestrutura global e transversal que altera significativamente a base material do processamento de informações (Castells, 2002; 2003). Essa estrutura gera efeitos, produz sentidos e influencia diretamente na construção de novas subjetividades (digitais) e tipos de sujeitos sociais que emergem nessa era (Dean, 2015).

Frente aos desafios democráticos citados, propõe-se utilizar o quadro dos atos digitais de Isin e Ruppert (2020) para ampliar o escopo da análise dos atos digitais envolvidos na produção de subjetividades políticas digitais, convertendo a análise dos atos digitais em um recurso teórico e metodológico para acessar as subjetividades políticas emergentes em suas manifestações ambíguas e paradoxais. Argumenta-se que esse entendimento pode oferecer subsídios para a compreensão das paisagens informacionais de diferentes espectros políticos.

Além disso, destaca-se a relevância de considerar a própria informação como desempenhando um papel significativo na esfera política. Assim, a seção que segue se reporta às noções de resiliência informacional e práticas informacionais em articulação com os atos digitais.

Explorando a resiliência da informação desviante através das práticas informacionais

A resiliência informacional diz respeito a um processo adaptativo sustentado pela “capacidade de lidar com disrupção e incerteza, empregando práticas informacionais para permitir o acesso à informação baseado na necessidade, construção de novos cenários de informação e restabelecimento de redes sociais” (Lloyd, 2015, p. 1033, tradução livre). O conceito, que enfatiza o processo adaptativo dos sujeitos diante de disrupções informacionais, é configurado através das interações em redes de informação em fases de orientação, ajuste e ressignificação (Lloyd, 2015; 2014).

Nesse processo, a necessidade de se orientar e ressignificar cenários surge quando ocorrem mudanças significativas na paisagem informacional das pessoas que levam à perda de pontos de referência estabelecidos anteriormente. Nesses momentos liminares, mobilizam-se fontes e recursos de informação para reconstruir novos referenciais, reduzindo o estado de incerteza (Lloyd, 2014).

Estudos como os de Pollak (2016), Vårheim (2017), Lloyd *et al.*, (2017), da Silva Rocha *et al.* (2021) e Ağalday e Özdemir (2022) destacam o potencial emancipatório da resiliência informacional, ressaltando a capacidade de ajustamento dos sujeitos. No entanto, pesquisas mais recentes (Tabasso, 2019; Hopp; Ferrucci, 2020) mostram que práticas baseadas em conteúdos inverídicos também podem se tornar resilientes. Isso revela tensões no processo adaptativo diante de novos contextos informacionais.

O modelo de análise da desinformação normativa e percebida (Ruokolainen e Widén, 2020), por exemplo, destaca que aspectos sociais, culturais, históricos, situacionais e de contexto implicam na forma como as pessoas compreendem e processam informações. O argumento é de que qualquer informação, independentemente de sua factualidade, pode ser usada na construção da realidade uma vez que a percepção de veracidade de uma informação é socialmente construída. Esse pressuposto, abre caminho para investigações que examinam os riscos associados aos processos de adaptação e persistência de informações desviantes, como demonstram Hopp e Ferrucci (2020) em seu exame da resiliência de informações desviantes no debate público.

Também, a observação de que a circulação de informações virais tende a seguir padrões de segregação e homofilia, evidencia o potencial das mídias sociais digitais para criar câmaras de eco e dificultar o contato com ideias divergentes (Palmieri, 2023; Tabasso, 2019). Soma-se a isso, o aumento documentado do uso

das mídias digitais para disseminar discursos extremistas, intolerantes e violentos (Udupa; Pohjonen, 2019; Tabasso, 2019; Abidin, 2021; Blommaert, 2022).

Em comum, todas as abordagens da resiliência informacional apontam situações liminares, tais como diagnósticos graves, migração, desastres, falhas, estresse, incerteza, dificuldades de requisição ou de acesso à informação, entre outras, como catalisadoras. Essas situações-limite, revelam-se como condições necessárias para a ativação do processo (Ferraz; Helal, 2024a).

Em 2020, a declaração da pandemia de COVID-19 e a subsequente adoção de medidas de distanciamento social como resposta de saúde pública podem ser consideradas uma das situações que provocam ruptura informacional sistêmica nas esferas públicas. Essa aceleração digital induzida pela crise resultou em sobrecarga de informações e proliferação de fluxos informacionais (Tomasello, 2022; Travkina, 2022).

No Brasil, a convergência das mídias sociais e das tecnologias digitais criou um ambiente liminar propício à polarização e à circulação de informações implausíveis (Cesarino, 2020; Hopp; Ferrucci, 2020). Nesse cenário, plataformas como o *Telegram* ganham centralidade, à medida que os indivíduos reconfiguram suas práticas informacionais em busca de orientação e significado, ativando processos de resiliência informacional.

A plataforma tem sido identificada como um ambiente fértil para o surgimento e a persistência do discurso extremista e para a disseminação de desinformação (Ferreira; Santos, 2025). Seus grupos, caracterizados por seu alcance e imediatismo, bem como pela ausência de filtragem ou moderação (Sparks, 2015; Santos *et al.*, 2022), tornam-se espaços onde a informação é constantemente negociada, compartilhada e reinterpretada. Assim, investigar esses ambientes sob a ótica dos atos digitais e das práticas informacionais pode ajudar a elucidar como a informação desviante se adapta, persiste e molda as subjetividades políticas no Brasil contemporâneo (Silva *et al.*, 2021; Mundim *et al.*, 2023).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, construtivista-interpretativista, com um desenho exploratório-descritivo, e visa investigar a relação entre a resiliência informacional desviante e a produção de subjetividades políticas digitais em grupos de extrema-direita no *Telegram*. A decisão de analisar grupos (em vez de canais) justifica-se pela natureza interativa desses espaços. Enquanto os canais funcionam como transmissões unidirecionais de conteúdo, os grupos funcionam como espaços de discussão coletiva, nos quais emergem dinâmicas discursivas, negociações de significado e práticas informacionais colaborativas, elementos centrais para a pesquisa proposta (Júnior et al., 2021).

A definição de extrema-direita adotada alinha-se a tipologia de Mudde (2019), que distingue “*extreme right*” de “*radical right*”, agrupando-os sob o termo “*far-right*”. Para fins analíticos, utiliza-se “extrema-direita” como categoria abrangente para referir-se a grupos que combinam discursos antidemocráticos, antissistêmicos e identitários da direita seja em sua vertente mais reformista ou mais reacionária (da Silva Ferreira; Santos, 2025).

A seleção dos grupos observados baseou-se no monitoramento sistemático de grupos públicos alinhados à extrema-direita e ao conservadorismo brasileiros, reconhecidos por sua atuação antagônica contra direitos de minorias e contra a democracia liberal (Santos *et al.*, 2022; Piaia; Alves, 2020). Dada a reconhecida natureza fluida, polarizada e desfavorável à pesquisa desses grupos, o estudo empregou a técnica de observação não participante (Flick, 2009), em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016). Essa escolha visou evitar intervenções, permitindo o mapeamento dos atos digitais e das práticas informacionais dos grupos em um contexto naturalístico.

A coleta foi conduzida entre 10 de maio e 1º de junho de 2024, período marcado pela intensificação de discursos antiestatais em resposta à crise humanitária no Rio Grande do Sul divulgado pelo *Monitor do Debate Público no Meio Digital* (2024). Os grupos foram identificados utilizando a função de busca do *Telegram* por meio de palavras-chave como “direita”, “conservador”, “liberdade”, “Brasil” e “Bolsonaro”. Após aceitação para participar e ter monitorado preliminarmente seis grupos, quatro foram selecionados para análise.

Dois grupos foram excluídos por tratarem de assuntos de nicho como saúde, medicina e vacinas, especificamente, impactando os critérios desejáveis de homogeneidade, representatividade e relevância temática. As mensagens foram extraídas diariamente via *Telegram Desktop*, utilizando a função "exportar histórico do *chat*". Todo os conteúdos textuais, incluindo textos de imagens estáticas, capas de vídeos e *stickers* foram transcritos, considerando-se como unidades amostrais as publicações diárias, e como unidades de análise os seus componentes textuais. Vídeos e *links* não foram acessados.

A análise seguiu a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), estruturada em pré-análise, exploração e interpretação, sem categorias *a priori*, que é tida como uma escolha adequada “quando o texto passa por tratamento informático” (Bardin, 2016, p. 128). Para tratamento e análise do *corpus*, empregaram-se duas ferramentas: o IRaMuTeQ, que possibilitou a análise lexicográfica e de especificidades, e o *Requalify.ai*, baseado em modelos de linguagem de grande escala, que auxiliou na identificação de padrões semânticos emergentes. As análises foram integradas com vistas a maximizar a robustez interpretativa, considerando a complexidade e a natureza multidimensional do fenômeno investigado.

RESULTADOS

Descrição geral do *Corpus* e dos grupos observados

O *corpus* de análise do trabalho foi constituído por 92 textos (unidades amostrais), separados em 4.681 segmentos de texto. Emergiram 356.207 ocorrências (quantidade total de palavras, formas ou vocábulos), das quais 26065 são formas distintas (palavras diferentes entre si) e, destas, 10873 são de ocorrência única. Considerando a quantidade de ocorrências por grupo, observa-se uma média de 61,84 palavras por minuto para cada grupo observado.

A baixa proporção de ocorrências únicas sugere homogeneidade no conteúdo veiculado. A análise revelou padrões recorrentes quanto a objetivos, normas e práticas discursivas, com os quatro grupos se identificando como conservadores de direita e adotando postura de rejeição a ideias opositoras, além de apresentarem regras de convivência semelhantes para novos membros.

Nas descrições, observou-se que o grupo 1, com 1.879 membros, se apresenta como um mega canal nacional conservador, voltado para disseminar informações políticas que promovam a conscientização dos princípios conservadores, o fortalecimento da direita política e a união das forças conservadoras na luta por um Brasil melhor. O grupo 2, com 3.309 membros, descreve-se com foco em notícias e discussões sobre geopolítica e “teorias da conspiração” (aspas conforme o original).

O grupo 3, com 3.909 membros, promove a plataforma como um meio para descentralizar informação, associando essa prática à direita e como um caminho democrático para defender os interesses populares, em oposição ao que é nomeado de tentativas de censura, incentivando os membros a se engajarem em subgrupos regionais e explorarem o maravilhoso mundo do *Telegram*. Por fim, o grupo 4, com 1.408 membros, expressa em sua descrição a missão moral de combater ameaças percebidas à sua ideologia e adota uma postura combativa contra ameaças percebidas, tais como, “globalismo”, “cristofobia” e “antissemitismo”, incentivando os participantes a adotarem medidas para proteger seus valores e visão de mundo.

Os quatro grupos apresentam, em *pop-up* para novos membros, as regras de convivência e de postagens, que apelam ao bom senso e proíbem a disseminação de *fake news* ou ofensas pessoais. No entanto, essas regras não são fixadas,

difícultando seu acesso depois de aceder aos grupos, não são lembradas e não foram mencionadas em nenhuma das interações ao longo da observação.

Para ampliar a exploração do material coletado, foi realizada uma análise de especificidades, que possibilita comparações e descrições das palavras evocadas no *corpus*. A caracterização da análise de especificidade foi feita levando-se em consideração o “grupo de origem” e as evocações se distinguiram da seguinte maneira:

Quadro 1 – Análise de especificidades

Grupo	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Formas exclusivas mais frequentes	Socialista	Deus	Oração	Paralisação
	Socialismo	Espírito	Ucrânia	Geral
	Ideologia	Jesus	Judeu	Eleição
	Ideológico	Jerusalém	Besta	Político
	Satânico	Santo	Porto Alegre	Inútil
	Luta	Cristo	Resgatar	Inimigo
	Esquerda	Senhor	Abençoado	Veto
	Destruir	Coração	Fortalecer	Povo
	Destutivo	Palavra	Pureza	Vencer
	Patriota	Pecado	Lázaro	Globalistas
	Informar	Amar	Baal	Bolsonaro
				Degenerativo

Fonte: elaborado pelos autores com auxílio do *software* IRaMuTeQ (2024).

Apesar de certa homogeneidade temática e alguma sobreposição de pautas, discursos e ideias, a análise reflete os principais focos de interesse e engajamento discursivo de cada grupo. Tem-se nos grupos 1 e 4, por exemplo, destaque para termos relacionados à mobilização política, ao combate de ideologias e de adversários políticos, considerados inimigos. Nas evocações do grupo 2, os termos específicos são mais voltados a uma conotação religiosa ou mística. Enquanto que no grupo 3, as evocações foram mais dispersas, mesclando temas religiosos e políticos.

Os achados permitem visualizar diferentes construções discursivas, reforçando a ideia de que as dinâmicas informativas investigadas são moldadas pelo compartilhamento de sentidos e valores num dado *síte* social. Esses padrões não apenas sinalizam a identidade coletiva desses grupos, mas também, revelam alguns dos elementos discursivos que são articulados internamente, fornecendo uma base para aprofundar a exploração das interações e dos significados manifestados nesses contextos de modo mais generalista.

Análise categorial temática

Ao explorar as práticas informacionais e os atos digitais, a análise do conteúdo identificou seis categorias temático-discursivas. As categorias identificadas perfazem um total de 4429 aparições dentro do *corpus* textual e o gráfico de frequência (Figura 1) exhibe sua distribuição.

Figura 1 – Gráfico de frequências da análise categorial temática



Fonte: elaborado pelos autores com auxílio da ferramenta *Requalify.ai* (2024).

Amplificação digital de Narrativas Desviantes [n=1000]. Essa categoria intersecciona e operacionaliza as retóricas conspiratórias de que há uma “verdade” oculta com objetivo de manipulação e controle, supostamente mantida pelos governos e pela grande mídia. Ao mesmo tempo, veicula a percepção de que plataformas digitais menos reguladas, como o *Telegram*, têm o potencial de escapar ao controle estatal e amplificar vozes dissidentes. Os grupos são descritos como

ambientes onde a liberdade está menos ameaçada e oferece alternativas ao “sistema”.

Trechos como: “O governo enfrenta uma realidade que não pode mais controlar. A opinião pública, agora amplificada pela liberdade das redes sociais, escapa de suas tentativas de manipulação” (Grupo 4) e “atenção Patriotas com essas redes sociais da Meta. *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* e a do *TicToc* Chinês. Essas redes sociais vêm nos censurando e nos espionando...” (Grupo 1), exemplificam a sensação de vigilância que permeia a experiência em informação dos membros em outras plataformas.

Retórica Antissistema e Polarização [n=997]. Esta categoria está relacionada à construção de uma retórica antissistema que atua produzindo polarização. Através de uma linguagem que incita medo ou desconfiança, trechos relevantes informam que o tema central a estruturar a categoria é a associação da esquerda ao “sistema”, em oposição à direita enquanto alternativa patriótica.

A retórica *anti-establishment* se manifesta em trechos como “O sistema escolhe os atores políticos que convém para o bem da elite global e o povão dá legitimidade indo até as urnas e escolhem carrasco A ou B” (Grupo 2) e “Não compactuamos com esse sistema que aí está, enquanto não houver paralisação total e destituição dos ministros do STF Luladrão e comparsas por fraude eleitoral e golpe de estado manteremos nossa posição de Patriotas conscientes e não nos deixaremos nos enganar... Entenda uma coisa. todo o sistema já foi aparelhado, o crime organizado já tem o controle TOTAL do TSE e independente do seu voto eles vão colocar bandidos comunistas e quem eles quiserem... Porque o problema não é o voto, é quem controla os votos, e quem controla os votos?” (Grupo 4).

Deslegitimação da Política e Críticas à Governança [n=784]. Esta categoria revela a deslegitimação generalizada em relação ao sistema político brasileiro e ao governo atual, especificamente, indo além da figura abstrata do “sistema”. Essa deslegitimação se manifesta na produção narrativa de que as autoridades brasileiras são todas corruptas e de que a burocracia estatal é ineficiente. Criticar o governo é um aspecto central e recorrente, especialmente no contexto da gestão do desastre natural ocorrido durante o período analisado. Essas críticas são endossadas pela percepção compartilhada de que autoridades estão mais preocupadas em se perpetuar no poder do que em atender às necessidades da população.

Excertos como "a população se vê desamparada, enfrentando dificuldades enquanto as autoridades muitas vezes parecem estar mais preocupadas em manter suas posições de poder do que em oferecer ajuda efetiva" (Grupo 2) e "essa gente está fazendo campanha eleitoral mal disfarçada em cima dos cadáveres das vítimas da tragédia" (Grupo 4), demonstram como a narrativa de que autoridades não apenas falham em suas responsabilidades, mas também, exploram tragédias para ganho político é compartilhada.

Retóricas Conspiratórias [n=598]. E ssa categoria entrelaça a produção e a disseminação de várias teorias da conspiração que versam, entre outros temas, sobre a existência de uma suposta manipulação das crises climáticas e pandemias, de controle social global e de guerras espirituais em curso. Essas teorias servem como mecanismo que funcionaliza a abstração "nós contra eles", oferecendo pontos de captura de ansiedades sociais.

Por exemplo: "Muitos eventos climáticos em um estado governado por um jovem globalista fiel a agenda 2030... vocês acham que são apenas coincidências? Claro que não... tudo meramente planejado pelos globalistas como uma espécie de laboratório da NOM [Nova Ordem Mundial] usando HAARP e *Cloud Seeding* que é a Geoengenharia de modificação climática" (Grupo 4) e "HAARP, semeadura de nuvens, pandemias, mosquitos modificados geneticamente, vacinas altamente nocivas a saúde de todos, entre outros métodos de uso da tecnologia como arma de extermínio..." (Grupo 4).

Crítica à Mídia e Retórica de Manipulação Informacional [n=545]. E sta categoria se articula em torno da desconfiança em relação às notícias veiculadas pela "grande mídia". A entidade abstrata "grande mídia" é funcionalizada no Grupo Globo, visto como uma máquina de propaganda que divulga apenas aquilo que é favorável ao sistema. Essa desconfiança é alimentada por uma série de compartilhamentos que acusam a globo de atuar como um agente de desinformação.

Por exemplo, nos trechos: "Existe algo mais nefasto no Brasil do que a Globo?" (Grupo 4); "manchetes por si só não revelam a situação de um país. Não acredite na mídia tradicional" (Grupo 2); "Globo Lixo: Sem credibilidade transmissão da emissora no RS tem sido interrompida constantemente pela população." (Grupo 1); e "Vocês querem saber a verdade sobre Rio Grande do Sul? Vejam o depoimento desta moradora da cidade de Canoas: a mídia tenta esconder, a Rede Globo só sabe mentir, mas a verdade sempre aparece" (Grupo 2).

Ação Coletiva Independente e Mobilização Digital [505]. Esta categoria abrange os atos digitais inseridos em uma narrativa de desobediência civil, especificamente, em resposta a calamidade climática do período observado. A retórica é marcada por um tom alarmista e de urgência (liminar), que convoca a população à ação contra o que é percebido como opressão, descaso ou ameaça. Expressões como “somente o povo pode salvar o povo” (Grupo 4), “Civil ajuda civil. Estado para que?” (Grupo 2) e “Civil ajudando Civil, não precisamos do Exército, essa é a terceira vez que essa cambada de inúteis nos abandona, mais uma vez fomos entregues à nossa própria sorte” (Grupo 4), reivindicam uma mobilização popular independente como resposta à ineficácia do Estado em momentos de calamidade.

Foram comumente observados pedidos de produção e disseminação de informações, como destacados nos trechos: “Gravem tudo, para termos provas. Compartilhe porque a G1 não quer mostrar”; “Precisamos compartilhar as informações nas Redes Sociais e grupos, para que a população saiba da real gravidade dessa catástrofe” (Grupo 1); “Compartilhem esse vídeo para que a verdade chegue ao maior número de pessoas” (Grupo 2) e “Vamos lá meus nobres amigos, só de você compartilhar ou marcar alguém lá do RS você já irá ajudar muito. Juntos podemos mais!” (Grupo 1).

Outros trechos indicam que o chamado à mobilização ultrapassa uma resposta restrita ao meio digital ou circunscrita à crise das enchentes. Apelos à ação, como convocações para paralisações gerais e protestos, podem ser considerados atos digitais que transcendem o ciberespaço e refletem a subjetividade política dos membros. Os trechos a seguir ilustram essa percepção: “Nenhum poder nos representa. É deus guiando homens e mulheres de extrema coragem e sedentos por justiça. Paralisação geral, sim. Manifestações, não” (Grupo 2); “e se o gaúcho se decidisse não mais se submeter ao poder de Brasília?”; “O MELHOR A FAZER É O POVO PARALISAR O PAÍS PRA DIMITIR TODOS OS PARASITAS SANGUESSUGAS NOS 3 PODERES E ORDENARMOS A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO” (Grupo 4).

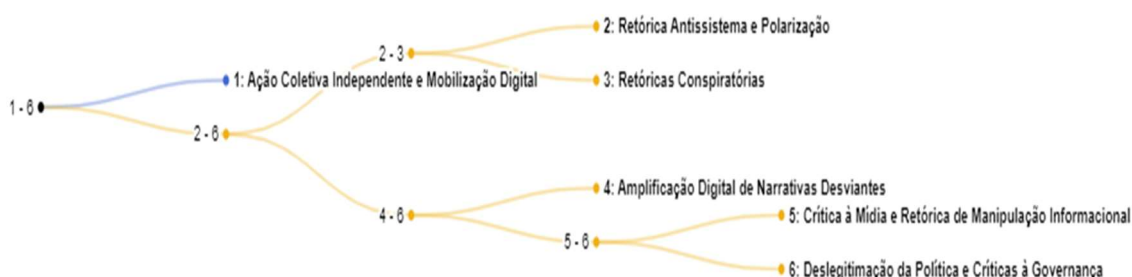
Por fim, outro trecho exemplifica como essas práticas informacionais se articulam em atos digitais que se espraiam para fora do ciberespaço: “Nós do movimento [anonimizado], escutando o clamor das ruas, convocamos a todos para uma manifestação pacífica e ordeira a ser realizada no dia 9 de junho, às 14 horas, na avenida paulista, em frente ao MASP” (Grupo 1). Comparada a outras

manifestações similares, essa mobilização foi esvaziada (Mazzoco, 2024). Apesar disso, pode-se observar como motes os pedidos de *impeachment* do Presidente da República, Lula, e do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, sem justificativa factual sabida. Incluiu também reivindicações contra as penas aplicadas em decorrência dos ataques ao Estado Democrático de Direito em 8 de janeiro de 2023, fornecendo exemplos de como as práticas informacionais em contextos políticos digitais estão associadas aos atos digitais dos sujeitos.

Classificação dos conteúdos

Um dendrograma foi gerado a partir da análise categorial, revelando a organização das categorias em dois núcleos de sentido principais. Esse resultado fornece uma visão sintética de como os atos digitais e as práticas informacionais desviantes que foram mapeadas se articulam.

Figura 2 – dendrograma análise categorial temática



Fonte: elaborado pelos autores com auxílio da ferramenta *Requalify.ai* (2024).

O primeiro núcleo de sentido, representado em azul, é composto pela categoria temática "Ação Coletiva Independente e Mobilização Digital". Ele evidencia a sutil separação entre o conteúdo das práticas informacionais desviantes e dos atos digitais propriamente ditos. Ao mesmo tempo, demonstra um entrelaçamento entre práticas e atos, sugerindo que os atos digitais podem ser interpretados como extensões perlocucionárias das narrativas produzidas e disseminadas nos grupos observados.

Já o núcleo de sentido 2, em amarelo, exhibe como se articulam as práticas informacionais identificadas. Por exemplo, a ramificação que conecta a prática de produzir retóricas antissistema e polarizadoras à de criação e disseminação de narrativas conspiracionistas. Em comum, ambas as categorias evocam entidades

abstratas que capturam anseios, medos, insatisfações e ressentimentos dos membros, negociando e orientando entendimentos a partir de campos liminares potenciais.

Outra ramificação associa as práticas de criticar a mídia tradicional, por meio de retóricas de manipulação da informação pela Globo, por exemplo, à deslegitimação da política tradicional, por meio de críticas sistemáticas ao governo Lula. A amplificação estratégica das narrativas produzidas se associa às duas práticas retóricas do subnúcleo em nível terciário. De modo que, a amplificação digital das narrativas emerge como uma prática que operacionaliza o processo de resiliência da informação desviante.

Essa operacionalização é refletida no uso deliberado e estratégico de características como baixas barreiras de entrada, grande capilaridade, alta velocidade de dispersão dos conteúdos, anonimato, entre outras, que tornam este ambiente digital uma arquitetura fértil para tais dinâmicas. Esse núcleo reflete como ocorre a objetivação dos inimigos de ocasião e o direcionamento das ansiedades sociais para alvos específicos.

DISCUSSÃO

O argumento do estudo é de que as práticas informacionais em contextos político-digitais liminares estão intrinsecamente associadas aos atos digitais performados no ciberespaço e que a produção das subjetividades políticas, que emergem desses atos, pode se assentar em um processo de resiliência informacional desviante. As práticas informacionais mapeadas revelam uma estratégia sistemática que combina filtragem seletiva de conteúdos, uso intencional da arquitetura digital-informacional para amplificar narrativas desviantes e mobilização de conteúdo político-afetivo para construir inimigos que funcionalizam insatisfações e anseios.

Essa sistemática não apenas produz e perpetua estados liminares, mas também, cria as condições de abertura para que paisagens informacionais que foram fraturadas sejam negociadas e ressignificadas. De forma ampla, as práticas informacionais observadas se concentram na construção de narrativas polarizadas, baseadas na ideia de existência de uma verdade oculta e de um suposto acordo global que visa subjugar a população, de inimigos a serem combatidos e na dualidade moral de uma luta entre bem e mal.

Em um plano local, as práticas associam o governo federal à ineficiência na gestão de crises, à corrupção e à manipulação de informações, ao mesmo tempo em que retratam instâncias jurídicas como supressoras de direitos e a mídia tradicional como cúmplice do “sistema” que distorce os fatos e oculta a verdade. Nesse contexto, nas categorias observadas, nota-se com sobrelevado destaque que plausibilidade, factualidade ou veracidade das informações circulantes não constituem valores centrais nas práticas informacionais dos grupos monitorados.

Entretanto, o compartilhamento de conteúdos implausíveis não deve ser visto como ingenuidade, mas como expressão simbólica e performativa. Para Pinheiro-Machado (2024) e Alves-Silva (2023), o que mais importa para usuários alinhados à extrema-direita não é necessariamente a veracidade da informação, mas seu valor afetivo, moral e político.

Os excertos destacados na seção de resultados para a categoria temática mais recorrente (Amplificação digital de narrativas desviantes), sugerem que os grupos, enquanto sites sociais que operam na estabilização paisagem informacional, são percebidos como pequenos redutos nos quais a liberdade de expressão e a circulação de informações “livres de censura” estão acessíveis. Assim, os grupos parecem funcionar menos como espaços de debate e mais como arenas de reafirmação identitária, onde se busca confirmar vieses e reduzir dissonâncias.

Desse modo, cria-se uma articulação entre a crítica às narrativas oficiais e a valorização de espaços digitais menos regulados como locais onde se pode afrouxar os filtros sociais e, assim, o discurso desviante adquire tração para empurrar os limites da normatividade discursiva. Algo similar ocorre na categoria Retóricas Conspiratórias, em que se revela não apenas o entendimento compartilhado de que crises seriam manipuladas para subjugar a população e a crença de que forças malignas estariam engajadas em destruir valores cristãos, mas também há a associação do mal a uma agenda política de esquerda.

A noção de uma guerra espiritual constitui outro elemento central na construção das narrativas observadas. Mistificando-se a política ela é convertida em um campo de batalha moral, no qual a luta contra o socialismo, por exemplo, que é associado ao mal, ultrapassa o desacordo político e assume contornos transcendentais, o que também ajuda a alargar os limites plausíveis da discussão política. Nesse processo, de fato, são empregadas estratégias discursivas baseadas

na segmentação de mensagens e na combinação de símbolos variados, de modo a maximizar o alcance comunicacional.

Diversos temas são veiculados para contemplar diferentes públicos, operando como uma espécie de “apito de cachorro” que arregimenta múltiplas crenças disfuncionais. Estratégias informacionais dessa natureza já foram identificadas em outros estudos (Pedron, 2020) e contribuem para a formação de um sujeito que percebe o outro político não apenas como adversário, mas como ameaça existencial. A evocação da figura do “sistema” como símbolo de manipulação e controle também ilustram como as práticas identificadas constroem narrativas de oposição a inimigos, reforçando antagonismos e desconfiança.

O sistema, uma entidade abstrata que assume diferentes representações: esquerda, Globo, STF, Lula, Alexandre de Moraes, entre outros, fornece pontos de ancoragem que ajudam a reduzir a incerteza informacional. E, ao reforçar as próprias identidades com base na oposição a inimigos, tem-se justificada e facilitada uma identificação coletiva entre os membros, que se percebem como aqueles que aprenderam a navegar no cenário de informações manipuladas e resistem ao *status quo*.

A figura do governo local e sua associação direta com a corrupção operam como equivalentes funcionais para o conceito abstrato “sistema”, sendo apontados por Souza (2024) como uma estratégia de manipulação frequentemente empregada pela extrema direita. Que, através do uso consciente e estratégico da desinformação como arma contra o inimigo de ocasião, captura as ansiedades das classes populares, ampliando os limites de acordos morais implícitos e de consensos civilizatórios para difundir uma visão específica de sociedade.

Trechos como “eleições são perda de tempo” e “[o Estado é] caro, ineficiente, oportunista e inútil” (Grupo 4) evidenciam as práticas informacionais recorrentes de acusar de corrupção as autoridades estabelecidas pelo voto popular, associar burocracia estatal à ineficiência e a atribuir de crises sociais a agendas políticas de esquerda. Essas práticas são convertidas em estratégias de construção de sentido que visam deslegitimar a política, sustentando, assim, os atos digitais de teor antiestrutural observados. Além disso, a retórica disseminada nos grupos alimenta sistematicamente a desconfiança em relação aos *gatekeepers* tradicionais da informação normativa, como governos e a própria mídia (Hopp; Ferruci, 2020).

Em conjunto, essas práticas têm o potencial de ativar experiências de desorientação, confusão e incerteza a respeito da factualidade das informações oficiais. Como implicação, o impacto de ambientes como os grupos de Telegram na formação das paisagens informacionais dos participantes, se intensifica, passando a influenciar não apenas os limites daquilo que é considerado informativo, mas, também, a redefinir quem são os atores com autoridade para filtrar e validar informações.

Em um contexto de desconfiança e contestação da verdade, a utilização consciente desse tipo de arquitetura digital é convertida em um modo de encapsular entendimentos e prover acesso a informações políticas consideradas relevantes (ainda que desviantes) para abastecer o discurso político, orientando os praticantes e permitindo sua navegação em um mundo informacional complexo e, por vezes, confuso. Além de possibilitar propositadamente escape dos controles estatais e da moderação de conteúdo normativa.

Finalmente, a categoria dos atos digitais, como manifestação das subjetividades configuradas nesse contexto, opera como extensão perlocucionária das práticas informacionais identificadas, formando uma espécie de *continuum* que conecta o ambiente discursivo à ação política digital. Os atos digitais mapeados expressam demandas e desejos de uma identidade coletiva relativamente estabilizada, que é traduzida em um discurso que age.

Os atos reivindicam, por exemplo, mudanças na política e no governo com gradações que vão desde a substituição de governantes considerados inimigos até a própria extinção do Estado democrático. Os atos de abertura são marcados pela mobilização de conteúdo alarmista, mesmo que não sustentado factualmente, que serve para introduzir novos temas ou informações no debate público e criar as bases para discussão e direcionamento dos temas-chave a serem explorados pelos grupos. Tais aberturas, ilustram a fase de orientação do processo de resiliência da informação desviante no qual são testados os limites do desvio discursivo.

Os atos de chamamentos, refletem elementos da fase de ajustamento do processo. Nessa fase, a negociação dos temas mais relevantes para pautar o debate emerge, alinham-se as prioridades discursivas e a capacidade de engajamento dos grupos se manifesta. Vide o fato de que as práticas informativas e ações discursivas observadas foram capazes de pautar o debate público e serem veiculadas na mídia tradicional, mesmo que para serem desmentidas. Além de forçar o governo executivo

a criar uma sala de situação para monitorar e combater a desinformação sobre a catástrofe (Lima, 2024).

Em suma, nos atos de fechamento observa-se a tentativa de encerrar discussões e consolidar consensos, como a dicotomia “esquerda má” *versus* “direita boa”. O que indica a existência de uma fase de ressignificação dentro do processo de resiliência da informação desviante, na qual entendimentos foram assimilados e efemeramente estabilizados. Essa interligação indica que as práticas informacionais não apenas moldam subjetividades políticas, manifestadas nos atos digitais, mas também engendram um mecanismo de adaptação e manutenção de discursos desviantes, conferindo-lhes resiliência.

Mesmo sem base factual, tais narrativas criam percepções de realidade que moldam sujeitos políticos com impacto além dos grupos digitais, influenciando a esfera pública. Nesse processo, a alta quantidade de informações veiculadas (com média de 61,84 palavras por minuto) e o elevado grau de homogeneidade das mensagens apontam para uma dinâmica de repetitividade que dificulta a verificação individual do conteúdo e expõe os membros a um fluxo contínuo de informações desviantes, contribuindo para sua naturalização.

Isso não significa que os participantes são completos reféns da informação desviante ou que atuam de forma completamente irreflexiva. Ao contrário, as práticas observadas refletem negociações e ajustes contínuos. Como os grupos observados são espaços abertos, a participação é caracterizada pelo caráter volitivo, ou seja, são indivíduos com predisposições e vieses já alinhados a pelo menos alguns valores observados que buscam nesses ambientes uma forma de reduzir seus estados de incerteza informacional.

Assim, enquanto mecanismos de estabilização e redução de incertezas, as práticas informacionais mapeadas favorecem a circulação de informações e percepções já consideradas relevantes. De modo que, a falta de confiança nas instituições oficiais, que é pré-existente e frequentemente ancorada em percepções de desigualdade e abandono social (Souza, 2024) é capturada e reforçada nesses espaços. O que as práticas identificadas fazem é atribuir estrategicamente máscaras funcionais, amplificando essas insatisfações.

Em última análise, o crescimento significativo no uso do *Telegram* nos últimos anos, aliado à relevância cada vez maior que a rede social tem ocupado na comunicação política e no fortalecimento de bases eleitorais (Walther; McCoy, 2021;

Urman; Katz, 2020; Khaund *et al.*, 2020), sugere que os grupos e canais da plataforma são capazes de atuar como dispositivos de subjetivação que favorecem a produção, a adaptação e a permanência de sujeitos e discursos extremistas. De maneira que a utilização estratégica da infraestrutura digital disponível, como a oferecida pelo *Telegram* para o compartilhamento de pautas desviantes é flagrante, crescente e demonstra potencial de ressonância.

A subjetividade capturada nos grupos observados é abastecida por um discurso desviante que se mantém resiliente mesmo quando a factualidade resta distante além de ser marcada por um caráter antidemocrático, extremista e antiestrutural. As reivindicações do sujeito emergente nesse *lócus* parecem contrariar os horizontes de abertura da cidadania e, as práticas observadas, atuam ampliando os limites da controvérsia legítima, o que possibilita a manutenção de uma visão de mundo que perpetua hierarquias sociais e legítima distinções ontológicas entre seres humanos (Souza, 2018; 2024) com indícios de impacto na esfera política mais ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta indica que perspectivas teóricas orientadas para compreender a constituição do sujeito digital e as práticas informacionais em contextos de transição informacional, ainda que originalmente associadas a processos emancipatórios e democráticos, também oferecem ferramentas eficazes para interpretar realidades político-informacionais marcadas por ambiguidades e contradições. De modo que, a articulação entre atos digitais e práticas informacionais mostrou-se útil para compreender como determinados ambientes online estruturam formas específicas de subjetivação.

Os resultados observados reforçam o argumento de que as práticas informacionais desviantes exercem papel central na conformação de subjetividades político-digitais, manifestadas tanto em atos digitais antiestruturais quanto em atos discursivos de mesmo teor que extrapolam o ciberespaço. Assim, a resiliência informacional, frequentemente associada a processos emancipatórios, pode igualmente sustentar práticas voltadas à manutenção e amplificação de narrativas desviantes, dependendo do conteúdo veiculado e do contexto de circulação.

Essa dinâmica parece ser mediada por um processo de resiliência informacional desviante que mobiliza estrategicamente conteúdo político-afetivo e

explora características da arquitetura digital-informacional para produzir e perpetuar estados liminares capazes de redefinir o que é percebido como controvérsia legítima. Em contextos polarizados e permeados por desinformação, tais mecanismos revelam que as mesmas estruturas que favorecem a participação a agência política democrática podem ser apropriadas para reforçar visões de mundo excludentes e antagonistas.

Os achados também corroboram evidências de que o uso emancipatório da informação não se explica apenas em termos de acesso ou pelas habilidades instrumentais de obtenção e validação de informações. Trata-se de um processo condicionado por circunstâncias sociais, materiais, éticas, políticas e afetivas. Aponta-se, portanto, para a urgência de um pacto social que combine letramento crítico, regulamentação de redes, iniciativas educacionais e medidas de redistribuição de renda que permitam aos sujeitos reagir de forma ética, reflexiva e resiliente aos desafios impostos por ambientes informacionais adversos.

As principais limitações do estudo decorrem de sua abordagem restrita a grupos de extrema-direita no Telegram, pois, é possível que em grupos de espectros políticos distintos as retóricas desviantes assumam formatos ou intensidades diferentes, o que abriria espaço para investigações comparativas. Além disso, a observação encoberta, embora adequada ao objetivo, não permitiu captar nuances mais profundas das interações, especialmente no que se refere às motivações e aos contextos individuais das práticas observadas.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar o escopo da análise para incluir tanto outras plataformas digitais quanto diferentes espectros políticos, além de exploração de práticas informacionais pela perspectiva dos sujeitos que utilizam tais plataformas digitais para se informar politicamente. Abordagens assim podem aprofundar a compreensão sobre as carências, insatisfações e dinâmicas que orientam o engajamento nesses espaços.

REFERÊNCIAS

- ABIDIN, Crystal. From “networked publics” to “refracted publics”: A companion framework for researching “below the radar” studies. **Social Media + Society**, v. 7, n. 1, p. 2056305120984458, 2021. <https://doi.org/10.1177/2056305120984458>
- AUSTIN, John Langshaw. How to do things with words. Oxford university press, Vol. 88, 1975. LLOYD, Annemaree. Building information resilient workers: the critical ground of workplace information literacy. What have we learnt?. In: **Worldwide Commonalities and Challenges in Information Literacy Research and Practice: European Conference on Information Literacy**, ECIL 2013 Istanbul, Turkey, October 22-25, 2013 Revised Selected Papers 1. Springer International Publishing, p. 219-228, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (Tradução Luís Antero Reto). São Paulo, Brasil: Edições, v. 70, 2016.
- BARRIOS TAO, Hernando. Subjetividades en el ágora digital: Cuestiones para la educación y la bioética. **Revista Latinoamericana de Bioética**, [S. l.], v. 15, n. 2, Ed. 29, p. 84–95, 2015.
- BLOMMAERT, Jan. Sociolinguistic restratification in the *Telegram*-offline nexus: Trump’s viral errors. In: **Language Policies and the Politics of Language Practices: Essays in Honour of Sjaak Kroon**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 7-24. https://doi.org/10.1007/978-3-030-88723-0_2
- BRASILEIRO, Fellipe Sá *et al.* Emoções e redes colaborativas na resiliência informacional. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5309-e5309, 2020. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5309>
- BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism**: The rise of antidemocratic politics in the West. Columbia University Press, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2002.
- CESARINO, Letícia. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 162-188, 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i82p162-188>
- CESARINO, Letícia. How social media affords populist politics: remarks on liminality based on the Brazilian case. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, p. 404-427, 2020.
- COLEMAN, Stephen. Foundations of digital government. In: **Digital government: e-government research, case studies, and implementation**. Boston, MA: Springer US, 2008. p. 3-19. https://doi.org/10.1007/978-0-387-71611-4_1

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. **Resolução nº 510/2016**, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2024.

DA SILVA FERREIRA, Douglas; SANTOS, Regina Ávila. Explorando a estrutura das redes da extrema-direita brasileira no Telegram: uma proposta de classificação para compreender a divisão e os elos entre suas comunidades. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 17, n. 1, 2025.

DA SILVA MEDEIROS, Jackson. Subjetividades digitais: micropolíticas informacionais e uma introdução programática. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 13, n. 2, p. 26-35, 2019.

DA SILVA ROCHA, Paullini Mariele et al. Resiliência informacional e microcefalia: práticas digitais de busca por informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 26, p. 1-22, 2021. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e78180>

DAMARAD, V. Information and cyber resilience in Belarus. **Turkish Policy Quarterly**, Istanbul, v. 19, Nº 3, p. 97-105, 2020. Disponível em: <https://acesse.dev/krgs0>. Acesso em: 14 mai. 2023.

DEAN, Jodi. Society doesn't exist. **First Monday [Telegram]**, v. 18, p. 3-4, 2013. Disponível em: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/4616/3419>. Acesso em: 17 jan. 2024. doi:10.5210/fm.v18i3.4616

DIMAGGIO, Paul *et al.* Social implications of the Internet. **Annual review of sociology**, v. 27, n. 1, p. 307-336, 2001. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.307>

DOS SANTOS BRITO, Kellyton; DE LEMOS MEIRA, Silvio Romero; ADEODATO, Paulo Jorge Leitão. Correlations of social media performance and electoral results in Brazilian presidential elections. **Information Polity**, v. 26, n. 4, p. 417-439, 2021.

DUMBRAVA, Costica. Citizenship and technology. In **The Oxford Handbook of Citizenship**, edited by A. Shachar, R. Bauböck, I. Bloemraad, and M. Vink, 767–788. Oxford: OUP. 2017.

FERRAZ, Tairine Vieira; HELAL, Diogo Henrique. Resiliência informacional: uma revisão da literatura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, p. e024009, 2024a. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v22i00.8674921>

FERRAZ, Tairine Vieira; HELAL, Diogo Henrique. Resiliência informacional e subjetivação política: Uma discussão sobre práticas informacionais em contextos políticos digitais. **Información, cultura y sociedad**. número 51, Diciembre 2024, p. 71-89, 2024b. <https://doi.org/10.34096/ics.i51.14353>

FIRMINO, Rodrigo; EVANGELISTA, Rafael. Pandemic techno-politics in the Global South. **Information Polity**, v. 28, n. 4, p. 453-467, 2023. <https://doi.org/10.3233/IP-211514>

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed. 2009.

GIRAUD, Eva. Subjectivity 2.0: Digital technologies, participatory media and communicative capitalism. **Subjectivity**, v. 8, p. 124-146, 2015. <https://doi.org/10.1057/sub.2015.5>

GOMES, Wilson. Participação política *Telegram*: Questões e hipóteses de trabalho. In **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: sulina, pages 19–45, 2011.

GRAJALES, Mónica María Bermúdez. Subjetividades juveniles, expresiones políticas y uso de tecnologías digitales. **Praxis & Saber**, v. 8, n. 17, p. 155-179, 2017. <https://doi.org/10.19053/22160159.v8.n17.2018.7205>

GUARESCHI, Pedrinho. Psicologia e pós-verdade: a emergência da subjetividade digital. **Psi Unisc**, v. 2, n. 2, p. 19-34, 2018. doi: 10.17058/psiunisc.v2i2.12242

HOPP, Toby; FERRUCCI, Patrick. A spherical rendering of deviant information resilience. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 97, n. 2, p. 492-508, 2020. <https://doi.org/10.1177/1077699020916428>

ISIN, Engin; RUPPERT, Evelyn. **Being digital citizens**. 2ª ed. rev. e ampl. London: Rowman & Littlefield, 2020.

KHAUND, Tuja *et al.* *Telegram*: Data collection, opportunities and challenges. In: **Annual international conference on information management and big data**. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 513-526. https://doi.org/10.1007/978-3-030-76228-5_37

LIMA, Daniela. Governo cria sala de situação contra fake news e vai a plataformas. **G1**, 10 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/daniela-lima/post/2024/05/10/governo-cria-sala-de-situacao-contr-fake-news-e-vai-a-plataformas.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2024.

LLOYD, Annemaree. Building information resilient workers: the critical ground of workplace information literacy. What have we learnt?. In: **Worldwide Commonalities and Challenges in Information Literacy Research and Practice: European Conference on Information Literacy**, ECIL 2013 Istanbul, Turkey, October 22-25, 2013 Revised Selected Papers 1. Springer International Publishing, p. 219-228, 2013.

LLOYD, Annemaree. Building information resilience: how do resettling refugees connect with health information in regional landscapes—implications for health literacy. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 45, n. 1, p. 48-66, 2014. <https://doi.org/10.1080/00048623.2014.884916>

LLOYD, Annemaree. Stranger in a strange land; enabling information resilience in resettlement landscapes. **Journal of Documentation**, v. 71, n. 5, p. 1029-1042, 2015. <https://doi.org/10.1108/JD-04-2014-0065>

LLOYD, Annemaree; PILEROT, Ola; HULTGREN, Frances. The remaking of fractured landscapes: Supporting refugees in transition (SpiRiT). **Information research**, v. 22, n. 3, 2017.

LYTHREATIS, Sophie; SINGH, Sanjay Kumar; EL-KASSAR, Abdul-Nasser. The digital divide: A review and future research agenda. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 175, p. 121359, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121359>

MAZZOCO, Heitor. Em manifestação esvaziada, bolsonaristas pedem impeachment de Lula e Alexandre de Moraes. **Estadão**, 09 jun. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/manifestacao-esvaziada-jair-bolsonaro-bolsonaristas-impeachment-presidente-lula-alexandre-de-moraes-nprp/?srsltid=AfmBOopVUHFrhXQBpJuQfuXr8ORfnA0bJHolf9u9mcwAUu9rxh7lx58j>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MONITOR DO DEBATE PÚBLICO NO MEIO DIGITAL. **Monitor Digital**, 2024. Nota Técnica #19 Discursos antigoverno no X/ Twitter durante crise humanitária no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/2024/05/13/nota-tecnica-19-discursos-antigoverno-no-x-twitter-durante-crise-humanitaria-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 11 mai 2024.

MUDDE, Cas. **The far right today**. Polity Press, 2019.

MUNDIM, Pedro Santos; VASCONCELLOS, Fábio; OKADO, Lucas. Social Networks and Mobile Instant Messaging Services in the Election of Jair Bolsonaro as President of Brazil in 2018. **Dados**, v. 66, p. e20210037, 2022. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.291>

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 1, p. 46-56, 2007.

OSER, Jennifer. Assessing how participators combine acts in their “political tool kits”: A person-centered measurement approach for analyzing citizen participation. **Social Indicators Research**, v. 133, p. 235-258, 2017. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1364-8>

PALMIERI, Emerson Rodrigues da Cunha. Social media, echo chambers and contingency: a system theoretical approach about communication in the digital space. **Kybernetes**, 2023. <https://doi.org/10.1108/K-12-2022-1650>

PATENT, Volker. Dysfunctional trusting and distrusting: Integrating trust and bias perspectives. **Journal of Trust Research**, v. 12, n. 1, p. 66-93, 2022. <https://doi.org/10.1080/21515581.2022.2113887>

PEDRON, Caio César. ‘Checkers speech’ brasileiro: A política do ressentimento de Jair Messias Bolsonaro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia – pp. 1-14, 2020.

PIAIA, Victor; ALVES, Marcelo. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no *WhatsApp*. **Intercom: revista brasileira de ciências da comunicação**, v. 43, p. 135-154, 2020. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202037>

POHJONEN, Matti; UDUPA, Sahana. Extreme speech and global digital cultures. **International Journal of Communication**, v. 13, p. 3049-67, 2019.

POLLAK, Angela. Information seeking and use in the context of minimalist lifestyles. **Journal of Documentation**, v. 72, n. 6, p. 1228-1250, 2016. <https://doi.org/10.1108/JD-03-2016-0035>

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone**: The collapse and revival of American community. Simon Schuster, Revised and Updated, 2020.

RAISIO, Harri; PUUSTINEN, Alisa; LINDELL, Juha; WIIKINKOSKI, Tarja; VALTONEN, Vesa. Could virtual volunteerism enhance information resilience in a nuclear emergency? The potential role of disaster knowledge workers and virtual emergent groups. **Radioprotection**, v. 58, N° 1, p. 11-18, 2023. <https://doi.org/10.1051/radiopro/2023003>

REY, Fernando González. La subjetividad y su significación para el estudio de los procesos políticos: sujeto, sociedad y política. **Subjetividades políticas**, 2012.

RUOKOLAINEN, Hilda; WIDÉN, Gunilla. Conceptualising misinformation in the context of asylum seekers. **Information Processing & Management**, v. 57, n. 3, p. 102127, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2019.102127>

SANTOS, Nina; CHAGAS, Viktor; MARINHO, Juliana. De onde vem a informação que circula em grupos bolsonaristas no *WhatsApp*. **Intexto**, n. 53, p. 123603-123603, 2022. <https://doi.org/10.19132/1807-8583202253.123603>

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **The library quarterly**, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007. <https://doi.org/10.1086/517840>

SILVA, Luiz Rogério Lopes; FRANCISCO, Rodrigo Eduardo Botelho; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. **Galáxia** (São Paulo), 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202151831>

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita**: a vingança dos bastardos. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Leya, 2018.

SPARKS, Holloway. Mama grizzlies and guardians of the republic: The democratic and intersectional politics of anger in the Tea Party movement. **New Political Science**, 37(1), 25-47, 2015. <https://doi.org/10.1080/07393148.2014.945252>

SUAIDEN, Emir José. A Alfabetização Informativa ea inclusão na sociedade da informação. **Tendencias de la alfabetización informativa en Iberoamérica**, p. 73, 2012.

TABASSO, Nicole. Diffusion of multiple information: On information resilience and the power of segregation. **Games and Economic Behavior**, v. 118, p. 219-240, 2019. 10.1016/j.geb.2019.09.003

TOMASELLO, Federico. From industrial to digital citizenship: rethinking social rights in cyberspace. **Theory and society**, v. 52, n. 3, p. 463-486, 2023. <https://doi.org/10.1007/s11186-022-09480-6>

TRAVKINA, N. M. Digitization of Society: Alternative Projections of the Future. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, v. 92, n. Suppl 6, p. S483-S491, 2022. <https://doi.org/10.1134/S101933162212011>

URMAN, Aleksandra; KATZ, Stefan. What they do in the shadows: examining the far-right networks on *Telegram*. **Information, communication & society**, v. 25, n. 7, p. 904-923, 2022. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2020.1803946>

WALTHER, Samantha; MCCOY, Andrew. US extremism on *Telegram*. **Perspectives on Terrorism**, v. 15, n. 2, p. 100-124, 2021. <https://www.jstor.org/stable/27007298>.

4 CONCLUSÃO

Esta tese investigou interseções entre cidadania digital e resiliência informacional, utilizando noções, desafios e perspectivas ampliadas dos conceitos. Os artigos integrados buscaram oferecer uma visão complementar sobre a relação entre práticas informacionais e atos digitais, salientando como essas práticas moldam sujeitos políticos contemporâneos em meio a paisagens informacionais complexas e frequentemente adversas.

Ao tentar posicionar as perspectivas teóricas dentro do campo dos estudos organizacionais, a tese apresentou uma proposta que propõe novos caminhos de investigação. No primeiro artigo, ao explorar as potencialidades das abordagens organizacionais na investigação sobre cidadania digital, destacou-se a necessidade de extrapolar as fronteiras organizacionais formais e de considerar contextos organizacionais fluídos e emergentes, introduzindo a noção de práticas político-informacionais como organizadoras na emergência de subjetividades digitais.

No segundo artigo, a resiliência informacional foi enfatizada como um processo dinâmico de redução de incerteza que, possibilitado pelas práticas informacionais, envolve a adaptação e a persistência tanto de informações quanto de estados informacionais, sejam eles normativos, emancipatórios ou desviantes. Juntos, esses dois trabalhos estabeleceram as bases teóricas para os artigos subsequentes.

O terceiro artigo propôs uma aproximação teórica que conecta as práticas informacionais aos atos digitais e, conseqüentemente, amplia seu escopo ao considerar as implicações éticas e políticas dessa dinâmica em paisagens informacionais polarizadas. Por fim, o quarto artigo buscou consolidar empiricamente a análise, investigando como as subjetividades políticas, que influenciam a esfera pública e os debates políticos contemporâneos, emergem a partir de práticas informacionais que sustentam narrativas extremas.

Para isso, foram examinados grupos de extrema-direita na rede social digital *Telegram*, com foco nas práticas informacionais e nos atos digitais que moldam narrativas polarizadas e antidemocráticas. Os resultados evidenciaram que as práticas informacionais operadas nesses grupos configuram uma paisagem informacional capaz de moldar subjetividades políticas polarizadas, extremas e antiestruturais.

Coletivamente, os trabalhos avançam na compreensão dos processos de subjetivação contemporâneos e posicionam as práticas informacionais como elementos centrais na dinâmica de adaptação e perpetuação de narrativas políticas contidas em um *continuum* político-discursivo que transcendem o ambiente digital, impactando a esfera pública. Ao revelar nuances existentes entre práticas normativas e desviantes, que estruturam a paisagem político-digital dos sujeitos, e a existência de uma relação recursiva entre práticas informacionais e atos digitais, a tese aponta para a importância de abordar tais práticas como modos de contestação e disputa por sentido.

O trabalho de tese também demonstrou que combinar perspectivas teóricas e empíricas produziu um modelo capaz de capturar fenômenos complexos, posicionando o campo dos estudos organizacionais na incorporação e análise dos processos de subjetivação política da atualidade. Conjuntamente, os artigos superam a mera soma de suas partes e oferecem uma visão holística que contribui para a teorização no campo, afirmando sua adequação ao *status* de tese de doutorado.

Como implicações, a tese ressalta a necessidade de repensar as abordagens sobre subjetivação digital, principalmente ao considerar que os processos observados são ambivalentes e nem sempre resultam em ganhos éticos, democráticos ou inclusivos. Em particular, o estudo aponta para a necessidade de desenvolver estudos que sejam capazes de operacionalizar e capturar aspectos da subjetivação digital e as nuances de suas práticas, principalmente em sociedades digitais marcadas por assimetrias de poder, desinformação e algoritmos opacos.

Isso se torna especialmente necessário em realidades como a latino-americana e brasileira, nas quais desigualdades estruturais afetam o acesso à tecnologia, os níveis de competência técnica, a capacidade de estabelecer conexões significativas e de navegar criticamente em ecossistemas digitais potencialmente danosos.

Como sugestão de estudos futuros, acredita-se que pesquisas comparativas entre populações com diferentes níveis de vulnerabilidade a informações desviantes podem contribuir para identificar os fatores sociais e materiais que influenciam o desenvolvimento do letramento crítico. Além disso, considerar como distintos contextos influenciam a capacidade de avaliar, adaptar e resistir a informações de caráter desinformativo ou polarizado pode oferecer subsídios relevantes para políticas públicas e iniciativas educacionais.

Por fim, a tese aponta que o desenvolvimento de competências midiáticas e informacionais, essenciais para acessar, avaliar e utilizar conteúdos relevantes na rede, mostra-se indissociável da construção de um sujeito digital crítico. Assim, estudos que visem compreender a produção de um sujeito crítico em ambientes informacionais caracterizados simultaneamente por abundância de dados, ambiguidades e contradições, configura-se como ferramenta essencial no entendimento dos processos de navegação e interpretação da ação política em meio digital na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ABIDIN, Crystal. From “networked publics” to “refracted publics”: A companion framework for researching “below the radar” studies. **Social Media + Society**, v. 7, n. 1, p. 2056305120984458, 2021.
- AL-NADAY, Mays F.; REED, Martin J.; TROSSEN, Dirk; YANG, Kun. Information resilience: source recovery in an information-centric network. **IEEE network**, v. 28, n. 3, p. 36-42, 2014. <https://doi.org/10.1109/MNET.2014.6843230>
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são 'práticas informacionais'?. **Informação em pauta**. v. 2, número especial, 2017.
- BERMÚDEZ-GRAJALES, Mónica Maria. Subjetividades juveniles, expresiones políticas y uso de tecnologías digitales. **Práxis & Saber**, v. 8, n. 17, p. 155-179, 2017. <https://doi.org/10.19053/22160159.v8.n17.2018.7205>
- BIASIOTTI, Maria Angela; NANNUCCI, Roberta. Learning to become an e-citizen: The European and Italian policies. In: **IFIP International Working Conference on Knowledge Management in Electronic Government**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2004. p. 269-280.
- BLOMMAERT, Jan. Sociolinguistic restratification in the online-offline nexus: Trump’s viral errors. In: **Language Policies and the Politics of Language Practices: Essays in Honour of Sjaak Kroon**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 7-24.
- BRASILEIRO, Fellipe Sá. Emoções e redes colaborativas na resiliência informacional. *Liinc em Revista*. V. 16, n. 2, e5309, 2020. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5309>
- BRISOLA, Anna Cristina. **A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 146 f. Rio de Janeiro, 2016.
- BUSTAMANTE, Javier. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (Org.). **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil; Maracá – Educação e Tecnologias, p. 11-36, 2010.
- CASTELLO, Graziela. Conectividade significativa no Brasil: revelando disparidades ocultas. In: **Conectividade significativa e competências digitais – Panorama Setorial da Internet**, Número 3, Ano 16. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br|NIC.br), p. 1-6, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/20241031101024/ano-xviii-3-conectividade-significativa-competencias-digitais.pdf>. Acesso: 30 nov. 2024.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2002.

COSTA, W. N. G. Dissertações e teses mutipapel: uma breve revisão bibliográfica. **Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática**, Campo Grande, v. 8, n. 1., 2014.

DAMARAD, Volha. Information and cyber resilience in Belarus. **Turkish Policy Quarterly**. V. 19, n. 3, 97-105, 2020. Disponível em: <<http://transatlanticpolicy.com/article/1037/information-and-cyber-resilience-in-belarus>>. Acesso: 15 julho 2024.

DI FELICE, Massimo. **A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais**. Paulus Editora, 2021.

DUMBRAVA, Costica. Citizenship and technology. In: **Oxford Handbook of Citizenship**, edited by A. Shachar, R. Bauböck, I. Bloemraad, and M. Vink, 767–788. Oxford: OUP. 2017.

FEEZELL, Jessica T. Predicting online political participation: The importance of selection bias and selective exposure in the online setting. **Political Research Quarterly**, v. 69, n. 3, p. 495-509, 2016.

FERRAZ, Tairine Vieira; HELAL, Diogo Henrique. Resiliência informacional e subjetivação política: Uma discussão sobre práticas informacionais em contextos políticos digitais. **Información, cultura y sociedad**. número 51, Diciembre 2024, p. 71-89, 2024b. <https://doi.org/10.34096/ics.i51.14353>

FONSECA, Josélia *et al.* Cyber-Citizenship: A Challenge of the Twenty-First Century Education. **Strategic Innovative Marketing and Tourism**, p. 467, 2020.

HICKS, Alison; LLOYD, Annemaree. Agency and liminality during the COVID-19 pandemic: Why information literacy cannot fix vaccine hesitancy. **Journal of Information Science**, p. 01655515221124003, 2022.

HOPP, Toby; FERRUCCI, Patrick. A spherical rendering of deviant information resilience. **Journalism & Mass Communication Quarterly**. V. 97, n. 2, 492–508, 2020. <https://doi.org/10.1177/1077699020916428>

INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional. Resultados INAF: **Alfabetismo no Brasil - Evolução histórica**. Instituto Paulo Montenegro. Ação Educativa. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso: 15 nov. 2024.

ISIN, Engin; RUPPERT, Evelyn. **Being digital citizens**. Rowman & Littlefield Publishers, 2020.

KUHLMANN JR., M. Publicação em periódicos científicos: ética, qualidade e avaliação da pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**. v. 44, n. 151, p. 16-32, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142877>. Acesso: 01 dez. 2024.

LIVINGSTONE, Sonia; MASCHERONI, Giovanna; STOILOVA, Mariya. Resultados da aquisição de habilidades digitais para a vida e o bem-estar de jovens: uma revisão sistemática das evidências. In: **Conectividade significativa e competências digitais – Panorama Setorial da Internet**, Número 3, Ano 16. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br|NIC.br), p. 6-27, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/20241031101024/ano-xvi-n-3-conectividade-significativa-competencias-digitais.pdf>. Acesso: 30 nov. 2024.

LLOYD, Annemaree. Stranger in a strange land; enabling information resilience in resettlement landscapes. **Journal of Documentation**, v. 71, n. 5, p. 1029-1042, 2015. <https://doi.org/10.1108/JD-04-2014-0065>

LLOYD, Annemaree; LIPU, Suzanne; KENNAN, Mary Anne. On becoming citizens: Examining social inclusion from an information perspective. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 41, n. 1, p. 42-53, 2010. <https://doi.org/10.1080/00048623.2016.1256806>

LYNN, Theo *et al.* The Digital Citizen. In: **Digital Towns: Accelerating and Measuring the Digital Transformation of Rural Societies and Economies**. Cham: Springer International Publishing, p. 23-47, 2022.

MONTEIRO LEONNEL, André Costa *et al.* Limites e Possibilidades da Interação Sociopolítica entre Sociedade e Câmara dos Deputados pelo Portal Eletrônico e-Democracia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 3, 2018.

MOSSBERGER, Karen; TOLBERT, Caroline J.; MCNEAL, Ramona S. **Digital citizenship: The Internet, society, and participation**. Mlt Press, 2007.

NASSI-CALÒ, Lilian. Teses e dissertações: prós e contras dos formatos tradicional e alternativo. **SciELO em perspectiva**, 2016.

ORTIZ, Rocío Rueda. Ciudadanías, política y tecnologías: lo (im) posible de otras formas de lo común. **Comunicación y ciudadanía**, n. 3, p. 6-19, 2010. <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/comciu/article/view/2015>

PATENT, Volker. Dysfunctional trusting and distrusting: Integrating trust and bias perspectives. **Journal of Trust Research**. V. 12, n. 1, 66–93, 2022. <https://doi.org/10.1080/21515581.2022.2113887>

PORTAS. Intérprete: Marisa Monte. Compositores: M. Monte; A. Antunes; D. Carvalho. In: **PORTAS**. Produzido por Marisa Monte, co-produzido por Arto Lindsay, gravado entre Outubro/2020 e Abril/2021 por Daniel Carvalho (RJ) e Patrick Dillett (NY), mixado entre Março e Abril/2021 por Patrick Dillett (NY), Masterizado em Maio/2021 no Sterling Sound Studio por Greg Calbi e Steve Fallone (NY), 2021.

RIBBLE, Mike; BAILEY, Gerald. **Digital citizenship in schools**. International Society for Technology in Education, Washington, DC, 1st. ed., 2007.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **The library quarterly**. V. 77, n. 2, 109-132, 2007. <https://doi.org/10.1086/517840>

SCHATZKI, Theodore R. **On organizations as they happen**. Organization studies, 27(12), pp.1863-1873, 2006.

SCHATZKI, Theodore R. **Peripheral vision: The sites of organizations**. Organization studies, 26(3), pp.465-484, 2005.

SCHOU, Jannick; HJELHOLT, Morten. Digital citizenship and neoliberalization: governing digital citizens in Denmark. **Citizenship Studies**, v. 22, n. 5, p. 507-522, 2018.

TABASSO, Nicole. Diffusion of multiple information: On information resilience and the power of segregation. **Games and Economic Behavior**, v. 118, p. 219-240, 2019. 10.1016/j.geb.2019.09.003

TIC Domicílios 2024. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros, ano 2024**: Relatório metodológico. São Paulo: CGI.br. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso: 16 nov. 2024.

UDUPA, Sahana; POHJONEN, Matti. Extreme speech| Extreme speech and global digital cultures—introduction. **International Journal of Communication**, p. 19, 2019.

URMAN, Aleksandra; KATZ, Stefan. What they do in the shadows: examining the far-right networks on *Telegram*. **Information, communication & society**, v. 25, n. 7, p. 904-923, 2022. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2020.1803946>

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional (2). **Ciência da Informação**, v. 40, p. 99-110, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652011000100008>

APÊNDICE A – ARTIGO 1

THE DIGITAL CITIZENSHIP PHENOMENON IN ORGANIZATIONAL STUDIES: A SCOPING REVIEW

The digital citizenship phenomenon in organizational studies: a scoping review

Tairine Ferraz

*Programa de Pós Graduação em Administração (PROPAD),
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brazil*

Diogo Henrique Helal

*Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas, Fundação Joaquim Nabuco,
Recife, Brazil and Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD),
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brazil, and*

Denis Silveira

*Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD),
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brazil*

Digital
citizenship
phenomenon

Received 23 June 2023
Revised 26 October 2023
5 February 2024
11 June 2024
13 June 2024
Accepted 15 June 2024

Abstract

Purpose – This paper aims to investigate how the construct of digital citizenship is approached in the field of organizational studies.

Design/methodology/approach – A scoping review was conducted following the PRISMA-ScR recommendations. Six bibliographic databases were searched without time restrictions to identify primary studies that addressed the concept of digital citizenship and its biases in the field of organizational studies.

Findings – Twenty studies met the inclusion criteria. The results suggest that the field of organizational studies has not yet carried out an in-depth analysis of the topic. Research opportunities include understanding the meanings of digital citizenship from citizens' perspectives, examining differences between citizens' and government views on digital citizenship and exploring how organizational contexts impact digital citizenship practices.

Originality/value – The results provide a valuable effort to frame this topic in a field of knowledge that has an intrinsically interdisciplinary nature and evolves to understand increasingly complex organizational processes.

Keywords Organizational studies, Digital citizenship, Citizenship, Internet, Scoping review

Paper type Literature review

Introduction

Citizenship is a complex and multifaceted concept, defying a singular interpretation (Law *et al.*, 2018; Pangrazio and Seton-Green, 2021; Pinsky and Pinsky, 2014). Moreover, the changes brought about by the ascent of network society seem to challenge the advancement of research into an emerging type of political subjectivity: digital citizenship (Castells, 2002; Di Felice, 2021; Isin and Ruppert, 2020).

Historically, Marshall's (1967) widely cited definition of citizenship characterizes it as an innate status linked to national identity, implying rights and responsibilities. However,



This work was partially funded by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES through the Programa de Demanda Social [grant number 88887.668545/2022-00]. The authors declare that there is no conflict of interest.

International Journal of
Organizational Analysis
© Emerald Publishing Limited
1934-8835
DOI 10.1108/IJOA-06-2023-3810

modern viewpoints perceive citizenship as increasingly less tied to a nation-state and more intertwined with diverse forms of social organization that require critical engagement (Pinsky and Pinsky, 2014).

Recent technological advances and the pervasive integration of digital tools into daily life have sparked growing interest in exploring how digital platforms can reshape traditional notions of citizenship (Castells, 2002; Di Felice, 2021). Specifically, when focused on claiming rights and innovative patterns of online political conduct, such issues have been addressed under the umbrella of digital citizenship studies (Calzada, 2022; Di Felice, 2021; Isin and Ruppert, 2020; Mossberger *et al.*, 2007; Ribble, 2015).

In general, there are two main conceptions of digital citizenship: one focuses on digital skills, whereas the other emphasizes the critical and social dimensions (Chen *et al.*, 2021; Choi, 2016). The ability to participate in society online or to behave appropriately and responsibly in relation to the use of technology (Mossberger *et al.*, 2007; Ribble, 2015) are two of the definitions focused on digital skills and come from an instrumental perspective.

Studies with an instrumental perspective typically highlight the role of specific platforms and organizations as catalysts for online citizenship. However, they often struggle to trace direct links between these entities and the establishment of citizenship in digital media (Akcil *et al.*, 2016; Saldivar *et al.*, 2019; Santoveña-Casal and Pérez, 2022).

Taking a critical stance, Isin and Ruppert (2020) characterize digital citizenship as the domain of an “emerging political subject” (p. 17), intrinsically shaped by historical and geographic contexts. This alludes to the conventional concept of citizenship inherited from modernity as an aspirational institution focused on the request for rights. But it diverges from it because the digital citizen lacks a preexisting status and emerges through demand.

The model by Isin and Ruppert (2020) suggests that the digital citizen is linked to a sociopolitical entity emerging from practical and social experiences. Thus, critical perspectives see digital citizenship as a process, a state of becoming that organizes sociopolitical dynamics and that can be understood beyond the discourse of skills and competencies. However, studies that adopt this view often do not do so from an organizational perspective (Kylasam Iyer and Kuriakose, 2023; Schou and Hjelholt, 2018).

The literature indicates that advancing new contributions to the topic necessitates complementing and extending current approaches (Fernández-Prados *et al.*, 2021; Jørring *et al.*, 2018; List, 2019; Nordin *et al.*, 2016; Saputra and Al Siddiq, 2020; Süße, 2020; Wei *et al.*, 2011). For that reason, a scoping review was conducted with the objective of expanding the range of disciplines committed to the topic and investigating how digital citizenship is approached within organizational studies.

This type of review is recommended when the interest is covering a literature field on a particular topic, providing an overview (Munn *et al.*, 2018; Tricco *et al.*, 2018b). The review followed the PRISMA-Scr recommendations (detailed in Appendix 1), which are useful in the systematic synthesis of a topic in heterogeneous knowledge fields, responding to broader objectives than traditional systematic literature reviews (Tricco *et al.*, 2018a; Tricco *et al.*, 2018b).

The hypothesis underlying this work posits that enriching the understanding of digital citizenship through the lens of organizational studies can offer ways to explore its institution. It seeks to improve the understanding of organizational aspects hidden in the literature and proposes a research agenda to broaden the understanding of this phenomenon.

Method

Planning

Define protocol. The protocol was developed and reviewed by a research team consisting of three researchers (two leaders and one research coordinator). This was accomplished

through the implementation of a three-step research protocol adapted from [Arksey and O'Malley \(2005\)](#), and the first stage of research development involved the creation of an initial protocol.

The protocol included identifying the research question, preparing the search string for bibliographic exploration in selected databases, establishing inclusion and exclusion criteria for the literature identified in the search, along with quality criteria to ensure the chosen literature aligned with the proposed objective. Finally, a standardized form for data extraction was developed.

Each of these stages underwent a round of analysis. The initial versions of criteria and forms were presented to one of the leaders (an expert in review methods) and were refined based on suggestions from the expert leader. Following the review, the protocol was considered satisfactory in a round of content discussion.

To support the operationalization of the execution process and ensure transparency, the StArt reference management and protocol registration tools were used. This tool was selected because it is an open-access platform, enabling its use by any interested party. It also provides support functions ranging from the inclusion of the protocol to the review process itself and the organization of retrieved information. These rounds of analysis, discussion and registration occurred between March 6 and April 9, 2022.

Identifying the research questions. The use of acronyms is recommended to aid in formulating the research question and guide the data extraction phase. For scoping reviews, acronyms such as Population, Concept and Context (PCC) have been proposed ([Arksey and O'Malley, 2005](#); [Peters et al., 2017](#)).

Taking the proposed objective into account, the main research question developed for the study is:

RQ1. How does the discussion on digital citizenship fit into the organizational studies?

In this question, population (P) refers to primary studies in the area of organizational studies that discuss the concept of digital citizenship; Concept (C) refers to digital citizenship and related terminology; and Context (C) refers to the area of organizational studies.

Two secondary questions were used to guide the relevant data in the extraction phase:

Q1. What are the main descriptors of the digital citizenship phenomenon?

Q2. From what perspective is digital citizenship approached?

Identifying relevant studies. The literature was identified using a search string specified in several digital libraries, namely: ACM Digital Library, IEEE Xplore, ScienceDirect, SpringerLink, Scopus and Web of Science.

These databases were selected because they encompass a broad spectrum of scientific publications related to computer science, engineering, social sciences and organizational studies. Therefore, each of these databases provides specific advantages that, when combined, allow the inclusion of interdisciplinary perspectives and a comprehensive view of the topic.

The keywords designated in the search were extracted from the meaning cores of each component of the PCC acronym and some correlates. The search string used to select the primary studies was: ("digital citizenship" OR "e-citizenship" OR "cyber citizenship") AND ("organizational studies" OR "management").

Study selection. Inclusion, exclusion and quality criteria were established to support the selection of primary studies considered relevant for this review. To be included, studies must meet the following inclusion criteria: (I1) primary studies published in peer-reviewed

journals or conference annals and book chapters that address the digital citizenship construct using biases, techniques or theories from the organizational area.

To ensure a focused synthesis, six exclusion criteria were applied. Studies were excluded if they (E1) were not available for download, (E2) did not closely align with the main research question, (E3) were not written in English, (E4) exhibited duplicate content from other returned studies, (E5) were shorter than 5 pages or (E6) did not meet the predefined quality criteria.

The predefined quality criteria served as an exclusion criterion (E6), with weighted values assigned to relevant questions to determine the suitability of the retrieved studies for our purposes. A quality score, adapted from [Batista Duarte et al. \(2021\)](#), was used to assign weights and measures to operationalize the E6 criterion and rank the works based on their suitability (detailed in [Appendix 2](#)). The final classification of E6 categorized the studies as “high suitability”, “moderate suitability” or “not suitable”. Those classified as “not suitable” were excluded from the synthesis.

Define the data extraction form. The information extracted from the articles accepted in the final synthesis was accomplished through the completion of a standardized form, capturing three general categories for systematization and coding of data, namely:

- (1) context: trends and history of publications to establish the type of literature that generates knowledge about the topic and its development;
- (2) theme and content: thematic categories and connection with organizational studies, in addition to presenting the main understandings adopted for the concept of digital citizenship; and finally
- (3) agenda, aiming to identify confluences, gaps, and open questions in the selected literature.

This makes it possible to understand how the publications analyzed conceptualize digital citizenship and how they are associated to a greater or lesser extent with the field of organizational studies.

Execution

Search studies. The designed search string was performed in the chosen databases on October 31, 2022. Specific settings were considered during the search: for all databases, an advanced search was conducted using the command line, restricting it to terms found in the abstracts of studies searched. In databases without a specific search option in abstracts, the search included all fields with the filter “Business and Management”. Given the exploratory nature of identifying a scope, there was no time restriction for the search.

Analysis of studies.

Charting the data. Regarding the returned studies, their data was exported in BibTeX format and inserted into the StArt tool to support execution activities. The activities undertaken included reading the title, abstract and keywords, as well as applying the inclusion and exclusion criteria to all articles returned. Quality criteria were applied to studies selected in the previous activity, and, finally, from the studies that met the inclusion criteria and did not meet any of the exclusion criteria, relevant information was extracted by filling out a standardized form. The decisions taken at this stage were reached by simple consensus in meetings held with the three investigators between November 2022 and February 2023.

Summarizing

Collating, summarizing and reporting the results. The synthesis of findings involved the analysis and selection of primary studies based on the established inclusion and exclusion criteria. Figure 1 provides an overview of the study selection process.

Of the 1,555 initial records identified in the search, 1,527 were excluded after applying criteria E1–E5. The full texts of 28 studies were carefully reviewed and eight of them were classified as “not suitable” based on exclusion criterion E6. Subsequently, these eight studies were excluded, resulting in a final synthesis of 20 studies. A standardized data extraction form was also used to capture the (i) contextual dimension; (ii) theme and content; and (iii) agenda (detailed in the next sections).

The high number of records returned that did not align with the research question corroborates what was suggested by Richardson *et al.* (2021) and Jørring *et al.* (2018): that there is no consensus on approaches to digital citizenship. It is often used uncritically or with varying meanings.

This observation also highlights a lack of organizational studies to address the topic. Which reinforces the need to discuss organizational aspects of digital citizenship, both as a way of enriching the understanding of it and expanding its scope of investigation.

Results

The selected studies cover various academic disciplines, with several of them bridging multiple areas of knowledge. The key patterns identified are presented below.

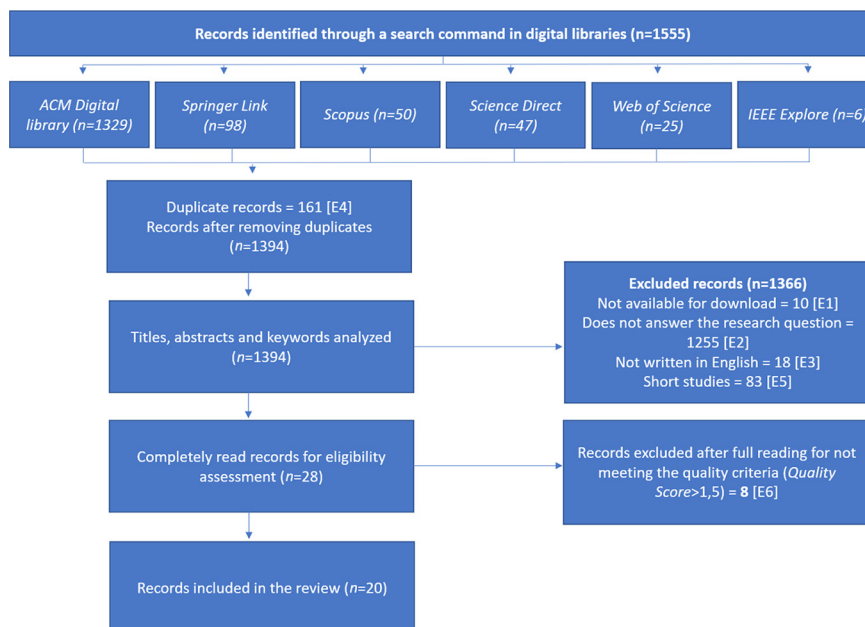


Figure 1.
Selection and
inclusion criteria for
literature analysis

Source: Elaborated by the Authors, adapted from Tricco *et al.* (2018b)

Context

The first study analyzed, presented during a conference in 2004 (Biasiotti and Nannucci, 2004), was our oldest source. Of the 20 works examined, only three are from before 2010. As the automatic search query did not restrict a period for the search, this indicates that the investigation of digital citizenship in the field of organizational studies seems less established compared to other research agendas, such as the educational agenda (Chen *et al.*, 2021; Choi, 2016).

The papers show that digital citizenship is explored by researchers from different disciplines and in diverse thematic contexts. They appear in journals related to technology, education, innovation, governance, information systems, media and culture. And they came from peer-reviewed journals, conferences and books. The majority of publications reside in scientific journals (10) and conferences (six), followed by four book chapters.

Furthermore, the records considered cover several countries, although with a bias toward richer nations. Notably, a study conducted in Paraguay by Saldivar *et al.* (2019) breaks this trend. Illustrating that this search may be biased when focusing only on English-language literature.

Considering that the articles selected for the synthesis present different degrees of proximity to the field of organizational studies, the following section is dedicated to revealing the themes and contents they cover. In an attempt to identify elements that belong to or can be addressed through organizational studies.

Theme and content

To expand the understanding of central debates, the selected studies were assigned affiliations based on their main themes. Three main affiliations emerged: digital media and democratic participation, education for digital citizenship and governance and technology.

Digital media and democratic participation. The works affiliated with this theme consist of five studies that share the recognition of an ongoing transformation in citizenship, influenced by new media. Generally speaking, these studies examine how citizenship and political participation are being transformed by digitalization. For that, they propose or investigate the agency of specific digital platforms.

Reynante *et al.* (2021) propose the theoretical design of a civic participation platform. Its objective is to develop tools and management mechanisms capable of supporting online democratic participation, but its empirical application has not yet been implemented (Table 1).

Saldivar *et al.* (2019) focus on reducing barriers to online participation. They examine participatory profiles in the collaborative creation of ideas and solutions for social issues and innovations in public services (by encouraging their political party supporters on Facebook). However, no consistent evidence of an increase in collective deliberation or diversity of ideas resulting from the intervention is observed.

Pathak-Shelat and Bhatia (2019) explore the digital citizenship experience of young bloggers on civic digital platforms funded by large corporations. The study highlights the limitations of citizen behavior imposed on the behavior of these young people by the platforms. This type of platform defines *a priori* acceptable and expected citizenship behavior.

But it also emphasizes the ability of participants to take advantage of the social, status and symbolic resources of these platforms to gain relevance in other virtual spaces, escaping corporate control and developing new forms of participation.

Santoveña-Casal and Pérez (2022) analyze the digital participation of Spanish citizens during a government campaign about COVID-19 on Twitter. A tendency was observed to disseminate and replicate campaign messages in an objective, civilized and emotionally

Source	Region	Title and citation	Thematic affiliation	General descriptors of digital citizenship
Journal	Turkey	Assessing the effects of managers in the digital citizenship roles (Akciil <i>et al.</i> , 2016)	Education for digital citizenship	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	Australia	Government information: literacies, behaviors and practices (Henninger, 2017)	Governance and technology	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	–	An examination of open and technology leadership in managerial practices of education system (Akciil <i>et al.</i> , 2017)	Education for digital citizenship	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	Several countries	Young people as global citizens: negotiation of youth civic participation in adult-managed online spaces (Pathak-Shelat and Bhatia, 2019)	Digital media and democratic participation	Aspects focused on improving the citizen's democratic awareness and social participation through digital means
	Estonia	Transnational digital identity as an instrument for global digital citizenship: The case of Estonia's e-residency (Tamppuu and Masso, 2019)	Governance and technology	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	Paraguay	Online idea management for civic engagement: A study on the benefits of integration with social networking (Saldivar <i>et al.</i> , 2019)	Digital media and democratic participation	Aspects focused on improving the citizen's democratic awareness and social participation through digital means
	Finland	Personal experiences of digital public services access and use: older migrants' digital choices (Safarov, 2021)	Governance and technology	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	USA	A framework for open civic design: integrating public participation, crowdsourcing and design thinking (Reynante <i>et al.</i> , 2021)	Digital media and democratic participation	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	Spain	Relevance of E-Participation in the state health campaign in Spain: # EstoNoEsUnJuego/# ThisIsNotACame (Santoveña-Casal and Pérez, 2022)	Digital media and democratic participation	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	Singapore	Platform urbanization, its recent acceleration and implications on citizenship: The case of Singapore (Hanakata and Bignami, 2023)	Governance and technology	Critical view that re-elaborates the e-citizenship placed today from the point of view of acquiring skills as a process and a political struggle

(continued)

Digital citizenship phenomenon

Table 1.
Literature analyzed

Table 1.

Source	Region	Title and citation	Thematic affiliation	General descriptors of digital citizenship
Conference	Italy	Learning to become an e-citizen: the European and Italian policies (Biasiotti and Nannucci, 2004)	Education for digital citizenship	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	UK	HCI, civic engagement and trust (Harding <i>et al.</i> , 2015)	Governance and technology	Aspects focused on improving the citizen's democratic awareness and social participation through digital means
	China	Analysis of citizens' blind participation in public administration in environmental group events (Zhang and Jiang, 2018)	Governance and technology	Aspects focused on improving the citizen's democratic awareness and social participation through digital means
	Austria	Socio-technical dynamics: cooperation of emergent and established organizations in crises and disasters (Auferbauer and Tellioglu, 2019)	Digital media and democratic participation	Aspects focused on improving the citizen's democratic awareness and social participation through digital means
Book chapter	USA	Understanding willingness to share information among citizens and public organizations: the case of emergency preparedness and response (Gulatee <i>et al.</i> , 2020)	Governance and technology	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	Russia	State and civil society in the digital age: a search for methodological approaches. (Konstantinova <i>et al.</i> , 2020)	Governance and technology	Aspects focused on improving the citizen's democratic awareness and social participation through digital means
	–	Foundations of digital government (Coleman, 2008)	Governance and technology	Critical view that re-elaborates the e-citizenship placed today from the point of view of acquiring skills as a process and a political struggle
	Italy	The use of web services for inclusive decision process: towards the enhancement of e-democracy (Cabiddu, 2009)	Governance and technology	Aspects focused on improving the citizen's democratic awareness and social participation through digital means
	–	Cyber-citizenship: a challenge of the twenty-first century education (Fonseca and Bettencourt, 2020)	Education for digital citizenship	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
Source:	–	The digital citizen (Lynn <i>et al.</i> , 2022)	Governance and technology	Development of a set of digital skills and norms of behavior in relation to technology use
	Elaborated by the authors (2023)			

neutral manner. Which is contrary to the prevailing view that the internet contains mostly hateful content. At the same time, the study points out that online engagement is superficial.

Finally, [Auferbauer and Telliöglu \(2019\)](#) analyze how a formally established non-governmental organizations absorbed (or not) spontaneous volunteers, unaffiliated with its formal structure, during a humanitarian crisis. It identified significant challenges in managing this integration, highlighting the difficulties formal organizations face in managing this type of situation. Although the authors suggest that digital social networks can serve as management platforms for disseminating information and guiding volunteer efforts during crises, this was not observed.

These five studies explore digital citizenship and participation using digital platforms as a *locus* of research. They assume that Information and Communication Technologie (ICT) can offer democratic opportunities and that well-managed social networks and digital civic spaces can facilitate negotiation, access to information and the development of digital citizenship.

However, when examining the potential of these spaces to promote civic engagement and participation, significant limitations are highlighted. These include superficial participation and the need to escape formally constituted spaces to develop genuine civic action beyond the rigid confines of formal organizations.

Education for digital citizenship. The four studies allocated to this affiliation share the understanding that there is a direct association between education and citizenship. Furthermore, due to the emergence of a new generation of digital natives, such studies consider digital citizenship as one of the components of knowledge necessary in this century.

[Akçil et al. \(2017\)](#) emphasize the importance of integrating new technologies and social networks into educational management processes, such as information sharing, decision-making, planning and supervision, to foster a participatory culture. The study also identifies the competencies expected of modern educational managers. The resulting model suggests that technology acceptance and self-efficacy levels influence the development of digital citizenship skills.

Likewise, [Akçil et al. \(2016\)](#) investigated the impact of digital citizenship behavior on management functions in education. The results indicate that although managers present digital citizenship behaviors, they lack reflection and the ability to connect how these behaviors influence educational management processes.

[Biasiotti and Nannucci \(2004\)](#) defend digital literacy as an essential component of education and highlight the importance of promoting e-democracy through learning. Mainly, the development of policies to promote digital literacy is necessary to avoid the exclusion of large parts of the population from the digital revolution.

They argue that to take advantage of currently available e-democracy resources, citizens need to have a basic level of technological, legal and political literacy. Therefore, access to digital literacy, through education, is identified as a fundamental right. And that, despite advances, there is still a long way to go in the globalization of the right to digital education.

In the same sense, [Fonseca and Bettencourt \(2020\)](#) find that schools, organizations that would have the ability to implement digital literacy policies, have not yet met the conditions to become effective spaces for promoting digital citizenship. And that the content of education for digital citizenship focuses mainly on technical skills, neglecting the intrinsically reflexive character that is necessary to mobilize these skills.

In this affiliation, the concept of digital citizenship is understood as an educational product. For our purposes, it is worth highlighting that the literature recognizes educational organizations as capable of empowering people to navigate new world configurations through digital education for citizenship.

Furthermore, there is the notion that if this instrumentalization is properly conducted in educational organizational spaces, such as schools, it would provide individuals with the necessary skills to become digital citizens. The idea that digital citizenship can be obtained through predefined technical skills in instrumental, cognitive and access terms stands out.

However, the content of this education, its ethical and critical-reflective components, is not explored in depth. These works also approach organizational studies by using educational organizations as a *locus* of research. With the underlying idea that a certain type of organization (educational) is capable of promoting digital citizenship.

Governance and technology. This thematic affiliation includes 11 of the 20 studies. In general, papers categorized under this theme discuss how and whether ICTs can offer opportunities to connect citizens with their government representatives, the type and quality of that contact, as well as its inherent power structures. The works allocated in this category generally discuss issues related to civic rights and duties, concepts of e-democracy, platformization and electronic government to reflect possible paths to citizenship in the knowledge society.

[Lynn et al. \(2022\)](#) focus on digital exclusion. They highlight the vulnerability of certain social groups based on categories such as age, income, education, gender and other vulnerable groups, such as minors, people with disabilities, serious illnesses or mental disorders. This is in terms of access, skills and digital competencies.

The authors understand digital citizenship from the instrumental perspective of skill development but expand from there. They recognize that for all citizens to have access to collective goods and social inclusion derived from technological development, both public policies and the instruments that guide them need to consider the different degrees of competence and access that are unevenly distributed in society.

They assert that guaranteeing all citizens access to collective goods and social inclusion arising from technological development requires the development of public policies and guiding instruments to account for the varying levels of competence and access that are unevenly distributed in society ([Lynn et al., 2022](#)).

Looking from the perspective of the e-government service user, the works of [Tammpuu and Masso \(2019\)](#) and [Safarov \(2021\)](#) investigated individual motivations for using e-government services or establishing digital identities. In the end, they concluded that motivational variations could not be sufficiently explained by individual or sociodemographic factors, such as gender and age.

Arguing that broader structures of digital access and empowerment, such as levels of e-government implementation, transparency and interactivity on government websites and the economic development of countries can offer keys to analyzing the establishment of digital citizenship ([Safarov, 2021](#); [Tammpuu and Masso, 2019](#)).

Also grounded in the user perspective, [Henninger's \(2017\)](#) case study revealed that there is a significant gap between the rhetoric of government digitalization and the actual usability experienced by citizens. This happens even when users meet digital inclusion criteria, such as access, motivation, relatively high levels of information, digital and civic literacy, among others.

[Henninger's \(2017\)](#) finding appears to be supported by studies such as [Gulatee et al. \(2020\)](#), [Zhang and Jiang \(2018\)](#) and [Cabiddu \(2009\)](#). They also observed discrepancies between citizens' information expectations and governments' fulfillment of these expectations. This gap between the rhetoric of democratizing public service access and strengthening citizenship through ICTs is considered by [Harding et al. \(2015\)](#) as a technical success but an organizational failure.

This is because, although civic engagement mediated by ICTs has the potential to increase levels of civic participation, its success depends not only on technological development, but, above all, on the establishment of an organizational culture of trust in public agents, which is rarely observed. In this sense, [Hanakata and Bignami \(2023\)](#) argue that “platformization” as a current form of management blurs the boundaries between digital and political domains.

For them, as the platformed form of management intersects with political processes, a certain level of sovereignty from both governments and citizens would be necessary to promote democracy. However, there is a significant power imbalance between stakeholders. This continually challenges and reshapes traditional understandings of citizenship, creating a new frontier for them.

Based on similar insights, [Konstantinova et al. \(2020\)](#) suggest the need for a reassessment of the state–civil society interaction model, emphasizing the asymmetry in citizens’ access and data processing capacity. They also highlight the importance of protecting citizens’ data as a fundamental right in contemporary times.

Finally, [Coleman \(2008\)](#) raises critical questions about e-governance, defending a social justice perspective. The author argues that governance has always been dependent on technology in its broadest sense. And it suggests that new technologies are not mere tools, but rather a constitutive element of the current governance model. As they allow the expansion of spaces for action and state control.

It underscores the opacity in citizen-government relations, noting that most e-governance projects are unable or unwilling to promote genuinely democratic attitudes or behaviors. On the contrary, they are deliberate measures of self-protection for the state. [Coleman \(2008\)](#) contends that the debate on e-governance and citizenship must encompass dimensions of political contestation rather than being confined to functionalist approaches for understanding the core issues of democratic governance.

Studies of this affiliation generally reinforce the central role of government organizations in establishing digital citizenship. They also emphasize that in this techno-political context, digital citizenship remains linked to the concept we inherited from modernity as a dynamic and complex parameter based on disputes for rights and the redistribution of resources.

They also focus on traditional analyses of e-governance, encompassing themes such as power, control and civility. Classic social markers in organizational studies, such as income, education and gender, among others, are scrutinized as factors influencing the unequal distribution of digital public goods, shedding light on issues concerning digital rights and exclusion in line with citizens’ capabilities and expectations.

The relationship between government organizations and the development of digital citizenship that is observed in these studies is relevant for our purposes. Because, although none of them explore other contexts and organizational conditions capable of implying the development or decline of digital citizenship along with government organizations, it allows us to imagine its existence.

Research agenda

This section summarizes the main patterns and contrasts that emerged in the proposed thematic affiliations and highlights the main gaps identified by the studies analyzed with the aim of addressing them in the field of organizational studies, identifying research opportunities.

In general, the “Digital media and democratic participation” affiliation explores the transformations in citizenship that have occurred through digitalization, with a focus on platforms. Studies from this affiliation suggest that well-planned digital spaces, designed

and managed for civic purposes could facilitate access to information and promote civic development.

However, the superficial participation observed on these platforms and the difficulty in managing fluid and emerging manifestations of digital citizenship, as such spaces decide *a priori* under what terms citizenship will be exercised, are highlighted as limitations.

Studies falling under the “Education for Digital Citizenship” category associate the development of digital citizenship with education for citizenship. The role of educational organizations in promoting digital citizenship particularly stands out. Although the importance of digital literacy for citizenship is the highlight of these and other studies, there is a gap in research and understanding of what goes beyond digital skills: the ethical and critical-reflexive components of digital education.

Finally, the “Governance and Technology” thematic affiliation covers discussions on ICTs, government–citizen relations and digital rights. The importance of government organizations in establishing, or not establishing, digital citizenship is emphasized. Issues such as digital exclusion, e-government services and the impact of technology on governance are also explored. In addition to highlighting the incompatibility (potential or deliberate) between the rhetoric of government democratization through ICTs and the real experience of citizens.

In common, it can be said that the three categories have as their starting point the presumption of technology’s impact on current civic engagement and the recognition of the complex and changing nature of digital citizenship. Also, there is a convergence in the recognition of citizenship education as a fundamental right nowadays.

It is worth highlighting that, although the theme of education had greater prominence in the second affiliation, it is also implicitly present in the other affiliations. The need to develop digital skills is highlighted in almost all studies, indicating an overlap of educational concerns in different fields.

In the different contexts presented, the need to consider factors such as access, digital skills, critical thinking and transparency as requirements for promoting digital citizenship is corroborated. In addition, there is consensus regarding the limitations that digital platforms demonstrate in promoting meaningful participation, even those that were developed for this purpose.

Regarding the purposes of this review, underlying the three affiliations is the idea that organizations (emerging or formal) are key sites for investigating and promoting digital citizenship. Whether digital platforms, educational institutions or government bodies. Organizational structures tend to be seen as influential in the institution of digital citizenship. However, the procedural issue of organizing is usually left aside.

Taking into account the links and gaps highlighted, [Lynn et al. \(2022\)](#) specifically highlight that determinants related to access and development of digital skills are urgent areas for future research. Because, although the digital domain today presents many opportunities for citizen participation, developing ways to include the most vulnerable in the digital society remains a challenge.

In addition, [Hanakata and Bignami \(2023\)](#) consider it crucial to understand the mechanisms that allow the development of digital citizenship in different contexts and populations. With the aim of identifying and encouraging capabilities for participation, interaction and exercise of citizenship through digital technologies.

Furthermore, exploring issues around digital rights and citizen participation is fundamental to some of the studies included in this synthesis. Investigations into the power imbalance in the citizen–government relationship, trust in social media data, government difficulties in adopting digital solutions and citizens’ perception when interacting digitally

with governments are identified as rich areas for future studies (Reynante *et al.*, 2021; Auferbauer and Tellioglu, 2019; Harding *et al.*, 2015; Coleman, 2008).

In this sense, Gulatee *et al.* (2020) reinforce the need for more research that considers the perspective of citizens, as the majority of studies carried out are limited to the perspectives of political decision-makers. The argument is that understanding the experiences, expectations and challenges faced by citizens in digital spaces can enrich the global understanding of digital citizenship.

These suggestions point to specific areas where future research in organizational studies can address existing gaps and provide significant contributions. In addition to technical and formal aspects, like skills, motivation and curriculum, in-depth investigations are needed into the role that specific organizations play in promoting digital citizenship.

Future research could also explore the processes of formation and stabilization within fluid and emerging organizations, as well as the social and political processes involved in the rhetoric of digital citizenship. The research opportunities identified are described in Table 2.

Discussion

The publications analyzed are contained in journals that vary in approach and scope. Therefore, the variety of analyses of the possibilities and implications of citizenship mediated by technology in contemporary society indicate that the topic is still emerging and disputed.

The notions of digital citizenship adopted by the works vary between those that prioritize the development of digital competencies or skills, whereas others focus on issues related to the development of political awareness and whether this can be facilitated or hindered by technology.

Although studies highlight the reticular, mutable and contextual nature of digital citizenship, in general, the works analyzed mostly adopt instrumentalist perspectives. Organizations are considered merely as scenarios where observations occur or as providers and maintainers of digital platforms.

These findings corroborate what Chen *et al.* (2021) highlights, which shows that the main concepts adopted in the literature are mainly dominated by aspects more related to the development of skills in terms of Ribble (2015). And those influenced by Mossberger *et al.* (2007), which are more strongly related to aspects of citizens' social participation through digital media.

Although the publications examined present this characteristic, data analysis led to the identification of three categories of interest for the purposes of this review. Which is to bring the study of digital citizenship closer to the field of organizational studies.

The identified categories suggest that the potential for democratic participation is linked to the structuring role of digital platforms, educational organizations and government entities in promoting access and developing digital citizenship skills. But while the internet can offer new opportunities for citizens to engage in political processes, express their opinions and connect with like-minded individuals, it also presents associated challenges.

A prominent challenge is the dynamic nature of online spaces. This dynamism makes it difficult to establish static theoretical frameworks for understanding digital citizenship. Furthermore, the fluid and emergent nature of online communities poses challenges in defining a universal set of digital citizenship practices.

Specific challenges include superficial participation on digital platforms, difficulty in managing fluid manifestations of digital citizenship and the gap in instituting ethical and critical-reflective components. Moreover, the disparity between the rhetoric of democratization

Table 2.
Identified research
opportunities

Opportunity	Research focus	Potential contributions of the investigation
Investigate the meanings and motivations underlying digital citizenship behaviors	Understand the meanings attributed by citizens to their digital citizenship practices and motivations behind their actions	Provide insights into the motivations behind citizens' digital acts and estimate the impact of these meanings on behaviors in the digital civic sphere
Examine differences in how ordinary citizens and government policies understand digital citizenship	Identify gaps in information policy rhetoric and disparities between citizens and government understanding	Inform public policies that align with citizens' expectations and realities, overcoming incompatibilities between government rhetoric and citizens' experiences and improving strategies for promoting digital citizenship
Explore the relationships between the associative and organizational contexts in which individuals are inserted and their impact on the exercise of digital citizenship	Examine the influence of formal or emerging organizations, social norms and organizational values on digital citizenship practices	Highlight critical and reflective aspects of digital citizenship, provide insights into the formation of organizational structures and understand how these structures facilitate or hinder the exercise of digital citizenship

Source: Elaborated by the authors (2023)

through ICTs and citizens' actual experiences raises concerns about the effectiveness of digital governance in promoting meaningful democratic participation. Addressing these challenges points to interdisciplinary approaches, where organizational studies can play a valuable role.

Partially addressing the research question, it is highlighted that organizational studies still do not seem fully integrated into discussions on digital citizenship. However, by enabling the investigation of organizational structures and practices, the field of organizational studies can reveal a more profound understanding of how these influence digital citizenship.

The perspective of acts and practices, articulated by [Isin and Ruppert \(2020\)](#), facilitates the conceptualization of digital citizenship as a social practice. That which organizes the sociopolitical dynamics of the digital subject, and that can be understood beyond the discourse of competence as an organizational process. In this sense, digital citizenship can be approached in terms of a social practice, a human enterprise structured from a multiplicity of open and organized actions ([Schatzki, 2005](#), p. 471).

In this way, organizational studies can also explore how different organizational structures, whether formal or emerging, contribute to enriching the concept of digital citizenship, addressing the fluid and dynamic nature of these processes. Providing new insights into the limits of organizational studies and helping to understand the processes that transform individuals into digital citizens.

Implications

The theoretical implications of our findings emphasize the need for a paradigm shift in the way we conceptualize and study digital citizenship. It is argued that by incorporating organizational perspectives, researchers can better understand their intricate dynamics.

In this sense, authors in the field have long highlighted the importance of organizational perspectives that transcend fixed borders and stability. [Weick \(1969\)](#) suggested "organizing" as an analytical focus in organizational studies. This encompasses various forms of social ordering in addition to formal organizations.

Likewise, authors, such as [Reed \(1998\)](#) and [Ahrne et al. \(2017\)](#), defended the advancement of interpretative models in organizational studies, proposing to expand the concept of organization beyond formal structures. Emphasizing its dialectical interaction with historical and social processes.

Thus, deepening discussions on digital citizenship and its underlying organizational processes offers organizational studies the vast possibility of analyzing the different instances of social ordering reconfigured by digital mediation.

As outlined by [Isin and Ruppert \(2020\)](#), the emergence of the political subject as a digital citizen necessitates collective actions among subjects to assert rights. Considering emerging organizational facets and the contexts in which citizens can emerge aids in conceptualizing digital citizenship as a phenomenon entrenched in organizational and associative processes.

Limitations

The review has some limitations. Particularly, the fact that the review only considers literature written in English ignores studies produced in emerging non-English-speaking countries. Therefore, we see the need to expand the investigation by considering another language (a task this investigation does not attempt to accomplish). This type of expansion can add richness of context and content to the analysis of the phenomenon.

In addition, to increase search returns, six databases were included in the search. However, most of these databases have an engineering and exact sciences focus, which

resulted in many articles being returned that, despite containing the keywords, did not align with the scope of the analysis.

Consequently, this led to a lower number of articles being accepted for analysis. This limitation highlights the need for a more targeted approach in database selection to ensure the higher relevance of returned articles. Nevertheless, this does not nullify the effort undertaken or the findings displayed in the analysis.

Conclusion

This work presented a scoping review of publications on digital citizenship to investigate how the construct is approached in the field of organizational studies. The current and multidisciplinary nature of the topic stands out. Ultimately, our research contributes valuable insights into the nuanced relationship between the internet, citizenship and democratic participation.

It highlights the challenges and variations associated with digital citizenship practices and emphasizes the fundamental role that organizational studies can play in addressing these challenges. Incorporating the concept of digital citizenship into organizational studies can provides a richer understanding of how digital interactions reshape organizational dynamics.

Furthermore, examining digital citizenship through an organizational lens underscores the importance of digital literacy and ethical considerations in fostering inclusive and equitable society. By acknowledging and exploring these dimensions, researchers and practitioners can develop more adaptive and resilient organizational strategies that reflect the complexities of the digital age.

In conclusion, it is argued that the integration of digital citizenship into organizational studies, particularly understanding the relationship between organizational structures, online platforms and citizenship practices, not only broadens theoretical perspectives but also offers practical insights for navigating the evolving landscape of modern organizations.

References

- Ahrne, G., Brunsson, N. and Seidl, D. (2017), "Resurrecting organizations by going beyond organizations", *Management Research*, Routledge, New York, NY, pp. 121-140.
- Akcil, U., Altinay, Z. and Altinay, F. (2016), "Assessing the effects of managers in the digital age on the management process of digital citizenship roles", *The Anthropologist*, Vol. 23 Nos 1/2, pp. 209-217.
- Akcil, U., Aksal, F.A., Mukhametzyanova, F.S. and Gazi, Z.A. (2017), "An examination of open and technology leadership in managerial practices of education system", *EURASIA Journal of Mathematics, Science and Technology Education*, Vol. 13 No. 1, pp. 119-131.
- Arksey, H. and O'Malley, L. (2005), "Scoping studies: towards a methodological framework", *International Journal of Social Research Methodology*, Vol. 8 No. 1, pp. 19-32.
- Auferbauer, D. and Tellioglu, H. (2019), "Socio-technical dynamics: cooperation of emergent and established organisations in crises and disasters", *Proceedings of the 2019 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, pp. 1-13.
- Batista Duarte, R., Silva da Silveira, D., de Albuquerque Brito, V. and Lopes, C.S. (2021), "A systematic literature review on the usage of eye-tracking in understanding process models", *Business Process Management Journal*, Vol. 27 No. 1, pp. 346-367.
- Biasiotti, M.A. and Nannucci, R. (2004), "Learning to become an e-citizen: the European and Italian policies", IFIP International Working Conference on Knowledge Management in Electronic Government, pp. 269-280, *Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg*.

-
- Cabiddu, F. (2009), "The use of web services for inclusive decision process: towards the enhancement of e-democracy", *Information Systems: People, Organizations, Institutions, and Technologies: ItAIS: The Italian Association for Information Systems*, Heidelberg, Physica-Verlag HD, pp. 39-47.
- Calzada, I. (2022), "How digital citizenship regimes are rescaling European nation-states", *Space and Polity*, Vol. 26 No. 1, pp. 44-52.
- Castells, M. (2002), *A Sociedade Em Rede, Paz e Terra*, São Paulo, p. 1.
- Chen, L.L., Mirpuri, S., Rao, N. and Law, N. (2021), "Conceptualization and measurement of digital citizenship across disciplines", *Educational Research Review*, Vol. 33, p. 100379.
- Choi, M. (2016), "A concept analysis of digital citizenship for democratic citizenship education in the internet age", *Theory and Research in Social Education*, Vol. 44 No. 4, pp. 565-607.
- Coleman, S. (2008), "Foundations of digital government", *Digital Government: e-Government Research, Case Studies, and Implementation*, Springer US, Boston, MA, pp. 3-19.
- Di Felice, M. (2021), *A Cidadania Digital: A Crise Da Ideia Ocidental De Democracia e a Participação Nas Redes Digitais*, Paulus Editora.
- Fernández-Prados, J.S., Lozano-Díaz, A. and Ainz-Galende, A. (2021), "Measuring digital citizenship: a comparative analysis", *In Informatics*, Vol. 8 No. 1, p. 18.
- Fonseca, J. and Bettencourt, H. (2020), "Cyber-citizenship: a challenge of the twenty-first century education", *Strategic Innovative Marketing and Tourism: 8th ICSIMAT, Northern Aegean, Greece, 2019*, Springer International Publishing, Cham, pp. 467-474.
- Gulatee, Y., Gasco-Hernandez, M. and Gil-Garcia, J.R. (2020), "Understanding willingness to share information among citizens and public organizations: the case of emergency preparedness and response", *The 21st Annual International Conference on Digital Government Research*, pp. 205-213.
- Hanakata, N.C. and Bignami, F. (2023), "Platform urbanization, its recent acceleration, and implications on citizenship. The case of Singapore", *Citizenship Studies*, Vol. 27 No. 2, pp. 189-209.
- Harding, M., Knowles, B., Davies, N. and Rouncefield, M. (2015), "HCI, civic engagement and trust", *Proceedings of the 33rd Annual ACM Conference on Human Factors in Computing Systems*, pp. 2833-2842.
- Henninger, M. (2017), "Government information: literacies, behaviours and practices", *Government Information Quarterly*, Vol. 34 No. 1, pp. 8-15.
- Isin, E. and Ruppert, E. (2020), *Being Digital Citizens*, Rowman and Littlefield Publishers, Lanham, MD.
- Jørring, L., Valentim, A. and Porten-Cheé, P. (2018), "Mapping a changing field: a literature review on digital citizenship", *Digital Culture and Society*, Vol. 4 No. 2, pp. 11-38.
- Konstantinova, Y., Kuksin, I., Styf, M. and Shukhov, F. (2020), "State and civil society in the digital age: a search for methodological approaches", *Proceedings of the 2nd International Scientific Conference on Innovations in Digital Economy*, pp. 1-7.
- Kylasam Iyer, D. and Kuriakose, F. (2023), "Becoming digital citizens: Covid-19 and urban citizenship regimes in India", *Citizenship Studies*, Vol. 27 No. 2, pp. 230-246.
- Law, N.W.Y., Chow, S.L. and Fu, K.W. (2018), "Digital citizenship and social media: a curriculum perspective", *Second Handbook of Information Technology in Primary and Secondary Education*, Springer.
- List, A. (2019), "Defining digital literacy development: an examination of pre-service teachers' beliefs", *Computers and Education*, Vol. 138, pp. 146-158.
- Lynn, T., Rosati, P., Conway, E., Curran, D., Fox, G. and O'Gorman, C. (2022), "Digital towns", *Accelerating and Measuring the Digital Transformation of Rural Societies and Economies*, Springer Nature, Singapore, p. 213.

-
- Marshall, T.H. (1967), "Cidadania, classe social e status", Ed. Zahar.
- Mossberger, K., Tolbert, C.J. and McNeal, R.S. (2007), *Digital Citizenship: The Internet, Society, and Participation*, MIT Press, MA.
- Munn, Z., Peters, M.D., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A. and Aromataris, E. (2018), "Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach", *BMC Medical Research Methodology*, Vol. 18 No. 1, pp. 1-7.
- Nordin, M.S., Ahmad, T.B.T., Zubairi, A.M., Ismail, N.A.H., Rahman, A.H.A., Trayek, F.A. and Ibrahim, M.B. (2016), "Psychometric properties of a digital citizenship questionnaire", *International Education Studies*, Vol. 9 No. 3, pp. 71-80.
- Pangrazio, L. and Sefton-Green, J. (2021), "Digital rights, digital citizenship and digital literacy: what's the difference?", *NAER: Journal of New Approaches in Educational Research*, Vol. 10 No. 1, pp. 15-27.
- Pathak-Shelat, M. and Bhatia, K.V. (2019), "Young people as global citizens: negotiation of youth civic participation in adult-managed online spaces", *Journal of Youth Studies*, Vol. 22 No. 1, pp. 87-107.
- Peters, M.D., Godfrey, C., McInerney, P., Munn, Z., Tricco, A.C. and Khalil, H. (2017), "Scoping reviews. Joanna Briggs Institute reviewer's manual, 2015", pp. 1-24.
- Pinsky, J. and Pinsky, C. (2014), *História Da Cidadania, 1a reimpressão. Contexto, São Paulo*.
- Reed, M. (1998), "Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. Handbook de estudos organizacionais", *São Paulo: Atlas*, Vol. 1, pp. 61-98.
- Reynante, B., Dow, S.P. and Mahyar, N. (2021), "A framework for open civic design: Integrating public participation, crowdsourcing, and design thinking", *Digital Government: Research and Practice*, Vol. 2 No. 4, pp. 1-22.
- Ribble, M. (2015), "Digital citizenship in schools: nine elements all students should know", International Society for technology in Education.
- Richardson, J.W., Martin, F. and Sauers, N. (2021), "Systematic review of 15 years of research on digital citizenship: 2004–2019", *Learning, Media and Technology*, Vol. 46 No. 4, pp. 498-514.
- Safarov, N. (2021), "Personal experiences of digital public services access and use: Older migrants' digital choices", *Technology in Society*, Vol. 66, p. 101627.
- Saldivar, J., Daniel, F., Cernuzzi, L. and Casati, F. (2019), "Online idea management for civic engagement: a study on the benefits of integration with social networking", *ACM Transactions on Social Computing*, Vol. 2 No. 1, pp. 1-29.
- Santoveña-Casal, S. and Pérez, M.D.F. (2022), "Relevance of E-Participation in the state health campaign in Spain: # EstoNoEsUnJuego/ # ThisIsNotAGame", *Technology in Society*, Vol. 68, p. 101877.
- Saputra, M. and Al Siddiq, I.H. (2020), "Social media and digital citizenship: the urgency of digital literacy in the middle of a disrupted society era", *International Journal of Emerging Technologies in Learning (Online)*, Vol. 15 No. 7, p. 156.
- Schatzki, T.R. (2005), "Peripheral vision: the sites of organizations", *Organization Studies*, Vol. 26 No. 3, pp. 465-484.
- Schou, J. and Hjelholt, M. (2018), "Digital citizenship and neoliberalization: governing digital citizens in Denmark", *Citizenship Studies*, Vol. 22 No. 5, pp. 507-522.
- Süße, T. (2020), "Digital citizenship behavior in organization as indicator for actors' co-creative problem-solving in ecosystem-oriented work environments", *Human Interaction and Emerging Technologies: Proceedings of the 1st International Conference on Human Interaction and Emerging Technologies (IHET 2019)*, August 22-24, 2019, Nice, France, pp. 675-681, *Springer International Publishing*.
- Tammpuu, P. and Masso, A. (2019), "Transnational digital identity as an instrument for global digital citizenship: the case of Estonia's E-residency", *Information Systems Frontiers*, Vol. 21 No. 3, pp. 621-634.

- Tricco, A.C., Zarin, W., Ghassemi, M., Nincic, V., Lillie, E., Page, M.J. and Straus, S.E. (2018a), "Same family, different species: methodological conduct and quality varies according to purpose for five types of knowledge synthesis", *Journal of Clinical Epidemiology*, Vol. 96, pp. 133-142.
- Tricco, A.C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K.K., Colquhoun, H., Levac, D. and Straus, S.E. (2018b), "PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation", *Annals of Internal Medicine*, Vol. 169 No. 7, pp. 467-473.
- Wei, K.K., Teo, H.H., Chan, H.C. and Tan, B.C. (2011), "Conceptualizing and testing a social cognitive model of the digital divide", *Information Systems Research*, Vol. 22 No. 1, pp. 170-187.
- Weick, K.E. (1969), *The Social Psychology of Organizing*, McGraw-Hill, New York, NY.
- Zhang, Z. and Jiang, L. (2018), "Analysis of citizens' blind participation in public administration in environmental group events", *Proceedings of the 2018 9th International Conference on E-business, Management and Economics*, pp. 148-152.

Section/topic	#	Checklist item	Reported on page #
<i>TITLE</i>			
Title	1	Identify the report as a scoping review	1
<i>ABSTRACT</i>			
Structured summary	2	Provide a structured summary that includes (as applicable) background, objectives, eligibility criteria, sources of evidence, charting methods, results and conclusions that relate to the review questions and objectives	1
<i>INTRODUCTION</i>			
Rationale	3	Describe the rationale for the review in the context of what is already known. Explain why the review questions or objectives lend themselves to a scoping review approach	1–4
Objectives	4	Provide an explicit statement of the questions and objectives being addressed with reference to their key elements (for example, population or participants, concepts and context) or other relevant key elements used to conceptualize the review questions or objectives	3
<i>METHODS</i>			
Protocol and registration	5	Indicate whether a review protocol exists; state if and where it can be accessed (for example, a Web address); and if available, provide registration information, including the registration number	3
Eligibility criteria	6	Specify characteristics of the sources of evidence used as eligibility criteria (for example, years considered, language and publication status) and provide a rationale	4
Information sources	7	Describe all information sources in the search (for example, databases with dates of coverage and contact with authors to identify additional sources), as well as the date the most recent search was executed	4
Search	8	Present the full electronic search strategy for at least one database, including any limits used, such that it could be repeated	4–5
Selection of sources of evidence	9	State the process for selecting sources of evidence (that is, screening and eligibility) included in the scoping review	5
Data charting process	10	Describe the methods of charting data from the included sources of evidence (for example, calibrated forms or forms that have been tested by the team before their use, and whether data charting was done independently or in duplicate) and any processes for obtaining and confirming data from investigators	6

Table A1.
Preferred items from the PRISMA extension for scoping reviews: checklist of items to include when reporting a scoping review

(continued)

Section/topic	#	Checklist item	Reported on page #
Data items	11	List and define all variables for which data were sought and any assumptions and simplifications made	6
Critical appraisal of individual sources of evidence (optional)	12	If done, provide a rationale for conducting a critical appraisal of included sources of evidence; describe the methods used and how this information was used in any data synthesis (if appropriate)	–
Synthesis of results	13	Describe the methods of handling and summarizing the data that were charted	6
<i>RESULTS</i>			
Selection of sources of evidence	14	Give numbers of sources of evidence screened, assessed for eligibility and included in the review, with reasons for exclusions at each stage, ideally using a flow diagram	6 (separate file)
Characteristics of sources of evidence	15	For each source of evidence, present characteristics for which data were charted and provide the citations	7–13
Critical appraisal within Sources of Evidence (Optional)	16	If done, present data on critical appraisal of included sources of evidence	–
Results of individual sources of evidence	17	For each included source of evidence, present the relevant data that were charted that relate to the review questions and objectives	8 (separate file)
Synthesis of results	18	Summarize or present the charting results as they relate to the review questions and objectives	13–15
<i>DISCUSSION AND FUNDING</i>			
Summary of evidence	19	Summarize the main results (including an overview of concepts, themes, and types of evidence available), link to the review questions and objectives and consider the relevance to key groups	16–17
Limitations	20	Discuss the limitations of the scoping review process	18
Conclusions	21	Provide a general interpretation of the results with respect to the review questions and objectives, as well as potential implications or next steps	18–19
Funding	22	Describe sources of funding for the included sources of evidence, as well as sources of funding for the scoping review. Describe the role of the funders of the scoping review	19

Source: Adapted from [Tricco et al. \(2018b\)](#)

Table A1.

Appendix 2 – development of quality criteria

A quality score was defined given by [equation \(1\)](#) to measure the adequacy of the selected study to the needs of the presented review. The quality score was adapted from [Batista Duarte et al. \(2021\)](#), maintaining the metrics, but adapting weights and questions to the specific objectives of this review. The quality assessment factors – General (G) and Specific (S) – are shown in [Table 3](#).

Through the quality factors it was possible to calculate equation of the quality index (1) for each of the primary studies that were not excluded by criteria E1–E5. Thus, the final classification of each study for the E6 criterion was performed by assigning scores to the general (G) and specific (S) factors, ranging from 0 to 1, with 1 being the maximum score for each question.

The final score of each evaluated study corresponded to a weighted average of the criteria presented in the table above (maximum possible value 4), where the general items (QSG from 1 to 6) correspond to 40% of the final composition of the index and the specific items (QSE from 1 to 4) corresponds to 60% of the same index. According to the calculation expressed below:

General quality factors

[G1] Does it explicitly describe the problem and motivation of the study?	Explicitly describes (1) Describes in general terms (0,5) Does not describe (0)
[G2] Does it clearly describe the method used in the study?	Describes in detail (1) Describes in general terms (0,5) Does not describe (0)
[G3] Does it relate the contributions to the results found by the study?	Explicitly reports (1) Presents contributions or results, but does not evidence the correlation between them (0,5) Does not describe (0)
[G4] Does it explicitly describe how the study was validated?	There is a formal description (1) Provides only some information about validation (0,5) No validation is reported (0)
[G5] Does it present insights or lessons learned for future studies?	Explicit presentation (1) Presents in general terms (0,5) No description (0)
[G6] Does it present the limitations encountered by the study and how they were overcome?	Explicit reports (1) Describes only in general terms (0,5) Does not describe limitations (0)

Specific quality factors

[S1] How is the study linked to the field of OS?	Uses theoretical lenses from OS (1) Only uses organizations as the research locus (0,5) Does not link to the field (0)
[S2] Does it explicitly describe the construct of “digital citizenship”?	Clearly describes (1) Partially describes (0,5) Does not describe (0)
[S3] Does it explicitly justify the theoretical and methodological choices made?	There is a clear justification for the theoretical and methodological choices (1) Partially justifies (only theory or only method) (0,5) Does not justify (0)
[S4] Does it demonstrate how the results and interpretations agree or contrast with previous research, offering possible reasons for the results obtained?	Explicitly compares results with previous literature (1) Only cites results from previous research (0,5) Does not reference previous research in the discussion of results (0)

Table A2.
Quality items used to
compose the exclusion
criterion E6

Source: Elaborated by the authors, adapted from [Batista Duarte et al. \(2021\)](#)

$$\text{B.2 QS} = 1,6 \times \left(\frac{\sum_{i=1}^6 G_i}{6} \right) + 2,4 \times \left(\frac{\sum_{i=1}^4 E_i}{4} \right)$$

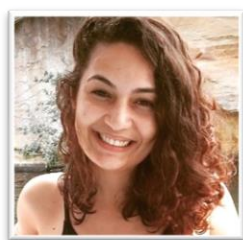
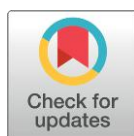
Studies that obtained an overall score higher than 2.5 ($E6 \geq 2.5$) were considered studies with “high suitability”; studies with scores between 1.5 and 2.5 ($E6 \geq 1.5$ and $E6 < 2.5$) were considered “moderate suitability”; and studies with a score lower than 1.5 ($E6 < 1.5$) were considered “not suitable”.

Corresponding author

Tairine Ferraz can be contacted at: tairine.vieira@ufpe.br

APÊNDICE B – ARTIGO 2

RESILIÊNCIA INFORMACIONAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA



Correspondência dos autores

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE - Brasil
tairineferraz1@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE - Brasil
diogo.hhelal@ufpe.br

Resiliência informacional: uma revisão da literatura

Tairine Vieira Ferraz¹ Diogo Henrique Helal²

RESUMO

Introdução. O termo 'resiliência informacional' trata-se de um conceito acadêmico emergente que envolve desde noções de adaptação e permanência da informação até noções processuais de transição e enfrentamento, com aplicações abrangentes em diversos campos do conhecimento. Sua grande amplitude de utilização, torna importante compreender as raízes de seu desenvolvimento e seus conceitos fundamentais. **Objetivo.** O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução temática do campo de pesquisa sobre resiliência informacional. **Metodologia.** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura por meio de um estudo bibliométrico utilizando a base de dados *Web of Science* e o apoio dos softwares *StArt*, *citnetexplorer* e *VOSviewer* para sua operacionalização. **Resultados.** Foram analisados 34 artigos e os dados apontam para um campo de pesquisa difuso, emergente e ambíguo. As áreas de ciência da computação e ciência da informação são as mais produtivas e relevantes nas publicações sobre o tema. Também são destacadas as tensões teóricas decorrentes de múltiplas compreensões do conceito e um viés excessivamente otimista nas abordagens que o utilizam. **Conclusão.** O estudo avança na compreensão sobre o desenvolvimento do campo de pesquisa, analisando as principais publicações, autores mais citados, temas abordados e as bases de sua evolução, sugerindo que pesquisas futuras devam se concentrar no caráter paradoxal intrínseco ao conceito.

PALAVRAS-CHAVE

Resiliência informacional. Revisões sistemáticas. Análise de conceito.

Informational resilience: a literature review

ABSTRACT

Introduction. The term 'informational resilience' represents an emerging academic concept that ranges from notions of adaptation and permanence of information to procedural notions of transition and coping, with wide-ranging applications in various fields of knowledge. Its wide range of use makes it important to understand the roots of its development and its fundamental concepts. **Objective.** The objective of this study is analyze the thematic evolution within the research field of informational resilience. **Methodology.** A systematic literature review was undertaken, employing bibliometric analysis through the Web of Science database. The analysis operationalization was supported by software tools *StArt*, *citnetexplorer*, and *VOSviewer*. **Results.** 34 articles were analyzed and the data point to a diffuse, emerging and ambiguous research field. The computer science and information science areas are the majority productive and relevant in publications on the topic. Theoretical tensions arising from multiple understandings of the

concept and an excessively optimistic bias in the approaches that use it are also highlighted. **Conclusion.** The study contributes to comprehension of the research field's development through an analysis of key publications, most cited authors, addressed topics, and the underlying foundations of its evolution. The analysis suggests that future research should focus on the inherent paradoxical nature of the concept.

KEYWORDS

Information resilience. Systematic reviews. Concept analysis.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável
- **Financiamento:** Este estudo foi parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), através do Programa de Demanda Social - Código financeiro 001, sob o Processo nº 88887.668545/2022-00.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Escrita – revisão & edição: FERRAZ, T. V.; HELAL, D. H.; Software, Escrita – rascunho original, Redação – revisão & edição: FERRAZ, T. V.; Administração do projeto, Supervisão: HELAL, D. H.

JITA: FJ. Knowledge management

ODS: 4. Educação de Qualidade

| 2



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 31/10/2023 – Aceito em: 08/03/2024 – Publicado em: 19/03/2024

Editor: Gildenir Carolino Santos

1 INTRODUÇÃO

Dentro do que se convencionou chamar de Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento (Masuda, 1980; Toffler; Toffler, 1995), na qual grande parte das relações sociais, comerciais e governamentais está baseada em fluxos informacionais e em redes de tecnologia da informação (Castells, 2002), a informação foi gradativamente sendo convertida em um dos objetos de estudo e análise mais importantes da contemporaneidade (Kobashi; Tálamo, 2003).

Questões relacionadas à capacidade individual, organizacional e técnica na acessibilidade, distribuição, uso eficaz e seguro dos ativos informacionais, bem como os desafios envolvidos no equilíbrio de seu processamento, gestão e compreensão das demandas informacionais, constituem grande parte das preocupações de governos, organizações públicas e privadas, pesquisadores e cidadãos (Sadiq *et al.*, 2022; Damarad, 2020). Nesse sentido, o termo ‘resiliência informacional’ ou resiliência da informação (Lloyd, 2013; Al-Naday *et al.* 2014) surge como um conceito guarda-chuva bastante elástico, no qual a informação, sua necessidade, disponibilidade, integridade e práticas de uso são centrais para promover a adaptação e ajustamentos variados.

Ao lidar com questões de natureza técnica, a resiliência da informação visa superar limitações físicas de armazenamento, disponibilidade e distribuição da informação em cenários de falha (Sourlas *et al.*, 2015; Rak; Jonsson; Vinel, 2016; Chai; Sourlas; Pavlou, 2017; Wu; Chai, 2021). Já sob uma perspectiva de gestão, refere-se à capacidade de processamento e análise de fontes heterogêneas de dados na tomada de decisão, bem como à previsão e redução de vulnerabilidades que possam afetar a qualidade da informação disponível (Shi *et al.*, 2019; Blay *et al.*, 2020). Do ponto de vista humano e social, em geral, o termo é geralmente considerado à luz de uma série de fatores e condições que contribuem para a redução de incertezas, adaptação e ajustamento (Yu *et al.*, 2014; Lazarenko *et al.*, 2022).

Observa-se, portanto, que a resiliência informacional é um termo capaz de assumir uma multiplicidade de aspirações e aplicações. Nesse contexto, torna-se relevante compreender o desenvolvimento desse tema de estudo com o propósito de oferecer noções preliminares sobre seus conceitos centrais, principais pesquisas, abordagens e necessidades de aprofundamento.

Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, por meio de um estudo bibliométrico, que teve o objetivo geral de **analisar a evolução temática do campo de pesquisa sobre resiliência informacional**. E, especificamente, [1] identificar as principais abordagens e temas de pesquisas sobre o tópico, assim como [2] suas principais áreas, autores e publicações.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se um recorte de estudos sem limitação temporal, utilizando a coleção principal da *Web of Science*, base de dados mundialmente relevante e confiável (Dzikowski, 2018; Rossetto *et al.*, 2018). Embora reconheça-se que a escolha de um único repositório de dados possa ser considerada uma limitação do trabalho, a base em questão foi selecionada devido ao suporte oferecido para uso combinado dos *softwares* de análise de dados bibliométricos *CitNetExplorer* e *VOSviewer*, os quais foram empregados para subsidiar a operacionalização da análise.

Acredita-se que essa abordagem fortaleça a robustez do estudo, uma vez que as visualizações fornecidas por essas ferramentas, tanto de forma agregada quanto individualizada, complementam-se mutuamente (Van Eck; Waltman, 2017). A seguir, o artigo está estruturado da seguinte maneira: primeiramente, são feitas considerações gerais sobre a abrangência do conceito de resiliência e, particularmente, da resiliência da informação. Em seguida, detalham-se os procedimentos metodológicos adotados. Por fim, são apresentados os resultados e as considerações preliminares a que chegamos.

2 RESILIÊNCIA INFORMACIONAL: UM CONCEITO ABRANGENTE

O termo resiliência possui uma origem que remonta a uma complexa teia histórica, sendo registrado desde a Antiguidade até os dias atuais. Conforme Saladini (2021 *apud* Ionescu, 2016), sua primeira ocorrência data de quase dois mil anos atrás e foi utilizado em um incidente envolvendo uma Sacerdotisa Vestal que, por violar seu voto de castidade, foi sentenciada a ser jogada de um precipício. No entanto, ao apelar para sua divindade, a Sacerdotisa sobrevive à queda, desencadeando um intenso debate sobre seu direito de retorno às funções sacerdotais, em virtude de sua "resiliência" diante do castigo. Durante esse debate, o senador romano *Gaius Julius Bassus* teria utilizado a palavra resiliência para descrever o salto da sacerdotisa condenada à morte, que retornou.

É também nesse contexto de saltar e pular que o termo é encontrado em textos antigos, como os de Ovídio, Quintiliano e Plínio (Saladini, 2021 *apud* Ionescu, 2016).

Etimologicamente, conforme o Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa¹, a palavra é proveniente do latim *resilīre*, mantendo essa mesma noção de saltar para trás, recusar vivamente. Na língua inglesa, a utilização é atribuída ao filósofo Francis Bacon em 1626, para designar a maneira como o eco reverbera, fazendo o som retornar ao seu ponto de origem (Saladini, 2021 *apud* Ionescu, 2016).

Academicamente, antes de ter seu foco deslocado para o campo da informação, o termo resiliência foi empregado nos campos da física, engenharia de materiais e mecânica. Associado à capacidade de um dado material recuperar-se, adaptar-se, retornar à forma original ou transformar-se após exposição a estresse intenso. Demonstrando, desde o início, ser um termo propício ao desenvolvimento do diálogo interdisciplinar, foi rapidamente incorporado pelos campos da ecologia, psicologia e psiquiatria (Toyoda, 2021).

Na perspectiva ecológica, sistemas resilientes seriam aqueles capazes de absorver mudanças e persistir, incorporando conceitos de renovação e reorganização como elementos facilitadores da adaptação de ecossistemas às condições emergentes (Colavito, 2017). Em contrapartida, as pesquisas sobre resiliência nos campos da psicologia e psiquiatria abordam as associações entre resiliência e ajustamento psicológico positivo às adversidades vivenciadas por indivíduos ou por pessoas próximas, como diagnósticos graves e situações estressantes (Cho; Kim, 2023; Wang *et al.*, 2022; Li *et al.*, 2022).

Um foco de debate comum nos campos da saúde mental é se a resiliência deve ser compreendida como um traço/característica intrínseca dos indivíduos ou como um processo (Gouzman *et al.*, 2015). Quando considerada como traço, os trabalhos focam em fatores como autoeficácia e pensamento positivo, entre outros, enquanto mecanismos cognitivos úteis para lidar com o estresse e a adversidade (Yu *et al.*, 2014).

Já quando vista a partir da noção de processo, a resiliência passa a ser analisada em uma perspectiva mais interacional, considerando o indivíduo em sua relação com o contexto, bem como o suporte social e outros fatores psicossociais como possíveis promotores da resiliência (Li *et al.*, 2022). O termo tem sido objeto de debates intensos (Ionescu; Jourdan-Ionescu, 2010) e, apesar da falta de consenso em sua definição, tem sido explorado por uma gama cada vez maior de disciplinas (Toyoda, 2021).

¹<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/resili%C3%A2ncia>

É estendendo a noção de resiliência enquanto processo de base interacional entre pessoas e ambientes mutantes e, considerando a informação como um artefato socialmente constituído e suas práticas como um recurso fundamental para o desenvolvimento da resiliência, que Lloyd (2013) desloca a ênfase no estudo da resiliência para o campo da ciência da informação e cunha o termo ‘resiliência informacional’.

De maneira geral, a resiliência da informação é vista como uma espécie de mecanismo, lógica ou processo que envolve o uso, adaptação, ajustamento, disponibilidade ou sobrevivência da informação. Esse processo é catalisado por um foco de mudança como indisponibilidade, falha, ruptura ou incerteza. Além disso, é usualmente compreendida como sendo constituída por uma teia de atores ou componentes, dos quais disponibilidade, acesso e boas práticas no uso da informação são alguns exemplos (Rak *et al.*, 2017; Lloyd, 2015; Blay *et al.*, 2020; Gouzman *et al.*, 2015; Yu *et al.*, 2014).

O conceito de resiliência informacional, na ótica de Lloyd (2013; 2014; 2015), amplia a noção de adaptação das áreas exatas para abranger o processo pelo qual os sujeitos se conectam e experenciam novos ambientes informacionais, destacando a importância das práticas informacionais na busca, acesso e uso da informação. Tal perspectiva, sublinha as motivações dos sujeitos para acessar e usar informações diante de um estado de incerteza informacional, através do compartilhamento de significados e de arranjos sociomateriais que permitam a construção ou reconstrução de uma dada compreensão do mundo.

As investigações baseadas nessa conceituação, estão menos direcionadas a responder apenas o que, como e quando os sujeitos buscam informação, mas, principalmente o porquê procuram o que procuram ou o porquê utilizam a informação de uma dada forma e não de outra (Lloyd, 2015; Silva, 2022). Desde a concepção apresentada por Lloyd (2013; 2014), outros estudos têm adotado essa perspectiva. Especialmente em contextos de imigração nos quais o conceito foi inicialmente desenvolvido (Lloyd *et al.*, 2013; Lloyd; Wilkinson, 2016; Lloyd, Pilerot; Hultgren, 2017; do Nascimento; Brasileiro, 2022). Tais estudos, ampliaram as análises da resiliência informacional em imigrantes para além da sociedade australiana, na qual ocorreu o estudo pioneiro, abrangendo também as realidades sueca e portuguesa.

No Brasil, especificamente, existe um grupo de pesquisa em ciência da informação (GEPSCI) que utiliza a perspectiva de resiliência da informação conceituada em Lloyd (2013; 2014) e investiga o tema de maneira regular desde 2015. Esse grupo tem expandido o uso e a aplicação do conceito para além do contexto de imigração, empregando-o na análise de diversos contextos, com destaque para os contextos de informação em saúde e implicações do espaço digital na reconstrução das bases informacionais dos sujeitos (Brasileiro; 2019, 2020; Pinto *et al.*, 2020; da Silva Rocha *et al.*, 2021).

Outros campos como gestão, engenharia da computação e comunicação também têm tentado expandir a teorização da informação como recurso central da resiliência. Para o campo da gestão, a resiliência informacional tem sido associada à capacidade das organizações de criar e sustentar processos de dados que sejam ágeis e transparentes, ao mesmo tempo em que reduzem as vulnerabilidades que afetam sua qualidade em toda a extensão da cadeia de valor (Blay *et al.*, 2020; Sadiq *et al.*, 2022).

Já no campo da engenharia da computação, o termo está mais relacionado à capacidade de entrega ou troca de informações, independentemente da localização da fonte ou das condições de conectividade de uma rede (Chai; Sourlas; Pavlou, 2017). Inicialmente, as

pesquisas nesse campo estiveram atreladas a um paradigma voltado para a conexão de máquinas físicas, recálculo de rotas, entrega e proteção da infraestrutura informacional contra situações adversas (Rak; Jonsson; Vinel, 2016).

Posteriormente, surge o paradigma de redes centradas em informação (ICN - *Information-Centric Networks*) ou redes centradas em conteúdo (CCN - *Content-Centric Networks*), que deslocam o foco da resiliência informacional baseada em nós físicos para soluções algorítmicas capazes de nomear, identificar e valorar o conteúdo circulante na rede (Wu; Chai, 2021). Considerada uma abordagem alternativa ou complementar ao paradigma físico tradicional, a CCN investiga maneiras de conferir “consciência à rede”.

Dito de outra maneira, uma vez que o conteúdo tenha sido nomeado e valorado com base nas requisições da rede, ele pode ser identificado e valorado. Isso introduziu uma maneira mais eficiente de descobrir cópias de informações circulantes em uma dada rede. Essa nova forma, associada ao potencial de explorar os recursos de *cache* distribuídos, eleva a capacidade de uma rede em fornecer acesso contínuo às informações consideradas importantes mesmo diante de falhas (Sourlas *et al.*, 2018; Rak *et al.*, 2017).

No campo da comunicação, por sua vez, a resiliência da informação tem sido abordada por estudos interessados em como a informação é produzida, controlada, mediada, circulada em uma rede e as implicações disso. Questões sobre poder e controle, transparência, acessibilidade, desinformação, ampliação ou restrição dos espaços discursivos têm estado no centro de tais discussões (Raisio *et al.*, 2023).

As discussões no campo da comunicação evidenciam algumas das ambiguidades existentes no conceito. Uma vez que, nas pesquisas desse campo, a resiliência pode estar atrelada tanto às possibilidades de criação e acesso aos recursos informacionais importantes para vida em sociedade e disputas democráticas, de um ponto de vista positivo (Damarad, 2020). Quanto aos desafios envolvidos nesse processo, destacando que o aumento da disponibilidade de dados e a facilitação do processo de transmissão de informações também resultam em tensões associadas à elevação do risco de desinformação, segregação, processos de ajustamento disfuncionais e ampliação do espaço de controvérsia válida a partir de informações enviesadas, preconceituosas e implausíveis (Hopp; Ferrucci, 2020; Tabasso, 2019; Patent, 2022).

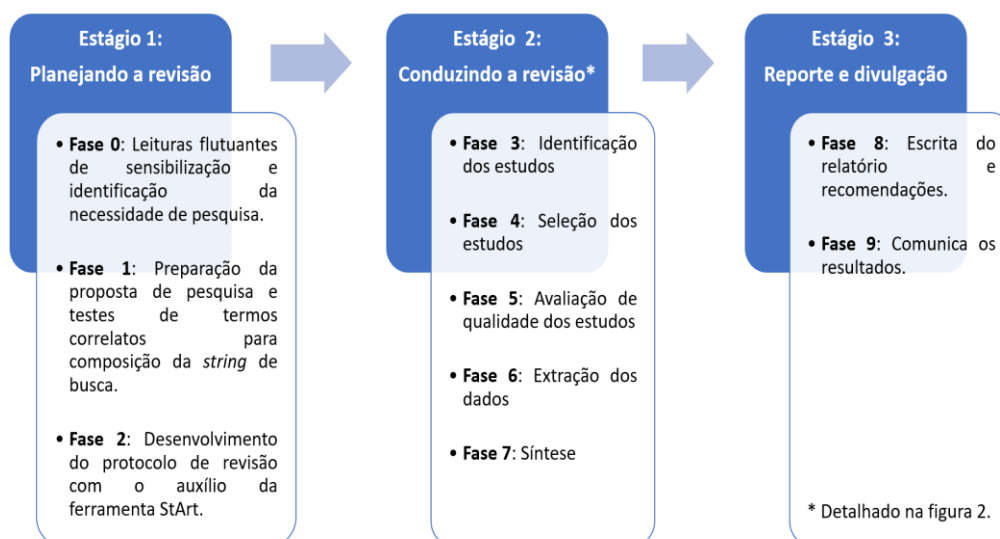
Observando a extensão, diversidade e abrangência das abordagens sobre a resiliência informacional, é possível notar que se trata de um tema emergente e difuso, reforçando a importância de analisar o panorama de seus principais estudos, temas e direcionamentos. A seguir serão detalhados os procedimentos metodológicos adotados no trabalho.

3 METODOLOGIA

Este estudo teve como objetivo principal analisar, por meio de um estudo bibliométrico, a evolução temática do campo de pesquisa sobre resiliência informacional. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, um tipo de pesquisa de fonte secundária que busca reunir evidências para descrever e sintetizar a produção científica relativa a uma questão de foco (Pollock; Berge, 2018). Entre as características essenciais desse tipo de revisão, destaca-se o estabelecimento *a priori* de métodos explícitos e reproduzíveis para identificação, avaliação e síntese da literatura de interesse (Pollock; Berge, 2018).

A estruturação da revisão contida neste trabalho seguiu os passos recomendados por Tranfield, Denyer e Smart (2003), conforme exibido na Figura 1.

Figura 1. Estágios de desenvolvimento da revisão.



Fonte: Adaptado de Tranfield, Denyer e Smart (2003).

No estágio 1, para auxiliar na elaboração do protocolo da pesquisa e na operacionalização do processo de revisão, bem como para garantir rigor e transparência na execução, utilizou-se a ferramenta de gerenciamento de referências e registro de protocolos StArt². Essa escolha foi motivada pelo fato de o StArt ser uma ferramenta de acesso aberto e gratuito, permitindo sua utilização e verificação por qualquer interessado, além de oferecer funções de apoio que vão desde a inclusão do protocolo até o próprio processo de revisão e organização da informação recuperada.

No estágio 2, a identificação da literatura relevante foi operacionalizada em 14 de maio de 2023, por meio de busca automatizada na coleção principal da base de dados *Web of Science*. Essa base de dados, fornecida pela empresa *Clarivate Analytics* abrange todas as áreas do conhecimento e é uma das bases mais usadas no mundo da pesquisa científica³, reconhecida pela sua confiabilidade (Dzikowski, 2018).

O acesso à base de dados é concedido por assinatura das principais universidades do Brasil, possibilitando o acesso institucional a mais de 171 milhões de registros, conforme dados da própria *Clarivate*. Embora a escolha de uma única base de dados seja uma limitação desse estudo, a utilização da *Web of Science* permite a utilização de *softwares* bibliométricos como *CitNetExplorer* e *VOSviewer* para explorar o material bibliográfico retornado na busca, ampliando as possibilidades de operacionalização no processo de análise de dados (Van Eck; Waltman, 2017; Rossetto *et al.*, 2018).

² http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool.

³ <https://clarivate.com/webofsciencegroup/campaigns/web-of-science-base-de-dados-de-citacao-global-independente-mais-confiavel-do-mundo/>

Foram submetidos aos critérios de elegibilidade os artigos retornados em conformidade com a seguinte *string* de busca: ("resiliência da informação" OR "resiliência informacional" OR "information resilience" OR "informational resilience" OR "resiliencia de la informacion" OR "resiliencia informacionale" OR "resiliencia en informacion"), sem restrição de período de tempo para a busca e considerados os campos título, resumo e palavras-chave.

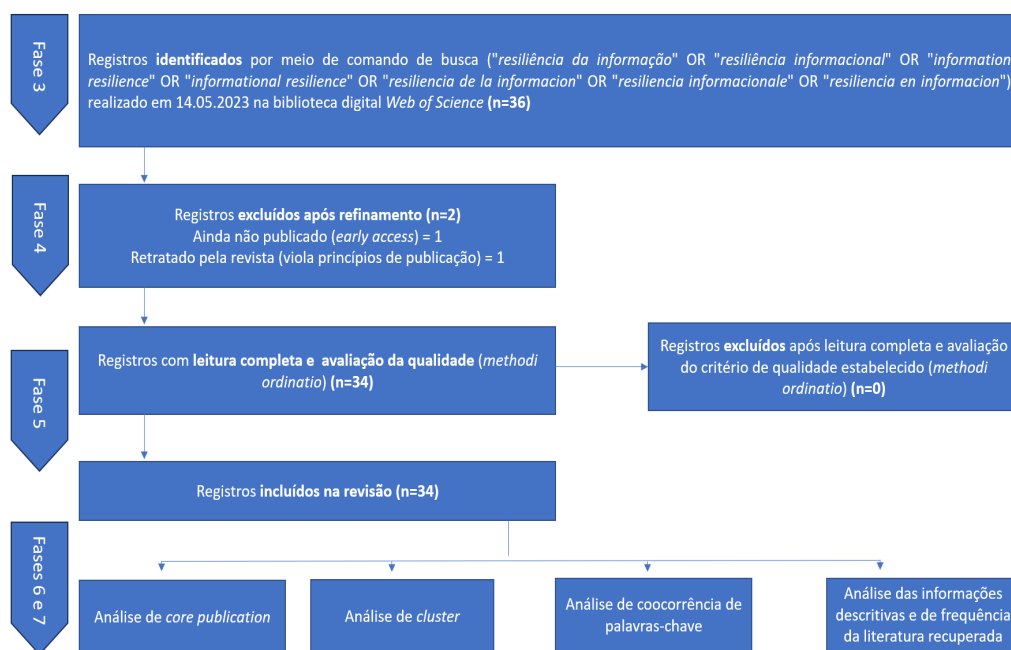
No total, retornaram 36 registros. Dois desses trabalhos foram excluídos pelos seguintes motivos: um deles, por se tratar de artigo ainda não publicado (*early access*) e o outro, por ter sido sinalizado como retirado da revista, mediante comprovação de violação dos princípios de publicação. Os 34 trabalhos remanescentes foram lidos na íntegra e submetidos a uma avaliação de qualidade utilizando a metodologia *Methodi Ordinatio* para classificação de artigos (Pagani; Kovaleski; Resende, 2015; 2017).

A valoração proposta por Pagani, Kovaleski e Resende (2015; 2017), utiliza em sua equação elementos como fator de impacto, ano da publicação da pesquisa e número de citações para atribuir um índice de qualidade aos artigos retornados em uma revisão bibliográfica sistematizada, conforme a equação a seguir:

$$\text{InOrdinatio} = \left(\frac{\text{IF}}{1000} \right) + \alpha * [10 - (\text{ResearchYear} - \text{PublishYear})] + (\Sigma \text{Ci})$$

Em que o fator de impacto (IF) é dividido por 1000 para normalizar seu valor em relação aos demais critérios. O fator de ponderação (α), variando de 1 a 10, é atribuído pelos pesquisadores conforme a relevância percebida. ‘*ResearchYear*’ representa o ano de desenvolvimento da revisão em questão, enquanto ‘*PublishYear*’ indica o ano de publicação do artigo avaliado. Por fim, ΣCi corresponde ao número de citações do artigo em análise (Pagani; Kovaleski; Resende, 2015, p. 2120). Todos os 34 artigos resultantes após o refinamento inicial obtiveram um índice *InOrdinatio* positivo, portanto, foram considerados na análise (detalhados no Apêndice A). As etapas do estágio de condução da revisão são exibidas na figura 2.

Figura 2. Detalhamento do estágio de condução da revisão.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Além do objetivo principal, foram estabelecidos dois objetivos específicos: identificar as principais abordagens e temas de pesquisas sobre resiliência da informação, e identificar as principais áreas, autores e publicações sobre o tema. Para alcançar o primeiro objetivo específico, a estratégia de análise concentrou-se nas análises de *core publication*, *clustering* (*CitNetExplorer*) e na rede de coocorrência de palavras-chave (*VOSviewer*), no intuito de destacar os tópicos relevantes sobre o assunto.

Já para alcançar o segundo objetivo específico, foram consideradas informações descritivas e também a relação entre outros componentes da literatura recuperada, buscando retratar o impacto das publicações e a importância dos autores na temática em análise. Os resultados obtidos foram sistematizados no estágio 3 e permitiram visualizar a abrangência das pesquisas sobre resiliência informacional, identificar tradições, evolução do conceito ao longo do tempo e temas emergentes que informam os resultados e as considerações preliminares apresentadas.

4 RESULTADOS

4.1 Historiografia e principais temas da pesquisa em resiliência informacional

A partir do levantamento realizado, a análise historiográfica se inicia com os primeiros estudos sobre resiliência informacional publicados a partir de 2013. Por se tratar de um tema emergente e interdisciplinar, as principais publicações, chamadas *core publication* (Figura 3 – todos os círculos da figura em plano temporal), apresentam pesquisas sobre resiliência informacional bastante diversificadas do ponto de vista das abordagens teóricas utilizadas.

A análise *clustering* indica dois principais agrupamentos de artigos, por ano e proximidade (Figura 3 – círculos azuis e verdes), que exploram a resiliência da informação sob perspectivas distintas: uma vertente social e uma vertente técnica, como as principais correntes de abordagem no tema.

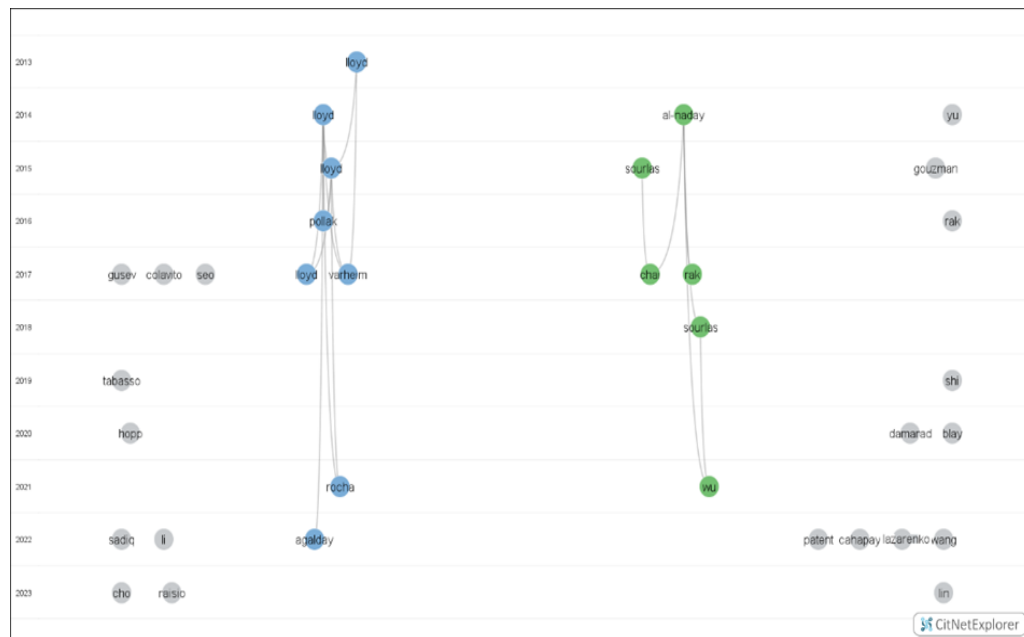
A vertente que nomeamos ‘dimensão social da resiliência da informação’ foca, em grande medida, nos processos socioinformacionais que os seres humanos desenvolvem na modelagem das suas próprias bases de informação, afim de satisfazer suas necessidades informacionais por meio de práticas sociais complexas. Tais práticas baseiam-se no uso e compartilhamento da informação enquanto recurso fundamental para navegação e orientação no mundo contemporâneo. Comumente, estudos que adotam essa abordagem ressaltam a ação e a performance dos indivíduos e suas interações com ambientes, dispositivos e outras pessoas.

Enquanto que a vertente que chamamos de ‘dimensão técnica da resiliência da informação’ concentra esforços no desenvolvimento de mecanismos computacionais que possibilitem a permanência, distribuição e entrega de informações sempre que requisitadas pelos usuários, mesmo em cenários conectividade danificada. A dimensão técnica ressalta a conversão da lógica de armazenamento local para a lógica de fluxo informacional diluído em rede, em suas variadas possibilidades.

Na historiografia das publicações, o artigo de Lloyd (2013), que explora a relação entre alfabetização informacional e o desenvolvimento de resiliência informacional no local de trabalho, foi o precursor de uma série de estudos que adotam a perspectiva dos estudos baseados

em práticas para examinar o letramento informacional e a própria resiliência da informação como atividades contextuais, sociais e coletivas, em uma vertente informacional-sociológica de análise.

Figura 3. Visualização das *core publication* e *clusters*.



Fonte: Elaborado com o auxílio do software CitNetExplorer (2023).

Os estudos subsequentes de Lloyd (2014, 2015), Lloyd, Pilerot e Hultgren (2017) e da Silva Rocha *et al.* (2021) expandem a teorização sobre a resiliência informacional iniciada em Lloyd (2013) para contextos de refugiados (Lloyd, 2014; 2015; Lloyd; Pilerot; Hultgren, 2017) e de mães que tiveram filhos diagnosticados com microcefalia (da Silva Rocha *et al.*, 2021). Em linhas gerais, esses artigos exploram como as necessidades informacionais de uma experiência situada são satisfeitas através das interações sociais que moldam e reconstroem as paisagens informacionais interrompidas nos momentos liminares do diagnóstico ou da migração. Esse processo de orientação, ajustamento e ressignificação seria operado por práticas sociais de letramento informacional (um tipo de prática informacional) que possibilitam a emergência da resiliência em informação como uma forma de aprender a ler uma nova paisagem informacional (Lloyd, 2014).

Ainda, alinhando-se a um escopo social, cabe destacar as pesquisas de Pollak (2016), Varheim (2017) e Ağalday e Özdemir (2022), que ampliam as fronteiras de investigação sobre resiliência informacional (iniciada por Lloyd). Estes, incluem no debate conceitos associados, tais como, pobreza de informação, microcontextos informais de informação (Pollak, 2016), capital social (Varheim, 2017) e comunicação institucional (Ağalday; Özdemir, 2022) como conceitos e fatores importantes na análise daquilo que implica o desenvolvimento do processo de resiliência da informação.

O segundo *cluster* exibe a pesquisa desenvolvida por Al-Naday *et al.* (2014) como pioneira da corrente de estudos que aborda a resiliência informacional a partir de uma dimensão técnica. Os trabalhos vinculados a este agrupamento compreendem a resiliência da informação como uma função computacional derivada da capacidade de entrega ou disponibilidade de informações quando a origem destas está fragmentada, inacessível ou quando a conectividade

é impossibilitada ou intermitente. A maioria dos estudos desse *cluster* toma como base a simulação de situações-limite – desastres – em que informações de socorristas ou de autoridades governamentais devem ser asseguradas independentemente da localização física do nó ou fonte de onde a informação provém.

O conjunto de trabalhos desse escopo busca alternativas técnicas para auxiliar ou superar a lógica de disseminação de conteúdo atual, baseada na conexão de máquinas físicas (nós da rede), que usualmente envolve mecanismos de proteção e redistribuição de informações em camadas físicas. O foco desses estudos é desenvolver soluções de engenharia de tráfego que sustentem a disponibilidade e entrega de informações relevantes quando os nós físicos ou a origem da informação falham (Rak *et al.*, 2017; Al-Naday *et al.*, 2014), deslocando a sustentação do tráfego informacional dos nós para o conteúdo da informação em si (Sourlas *et al.*, 2015). O objetivo é proporcionar recuperação e disponibilidade de informações com independência de localização (Chai; Sourlas; Pavlou, 2017).

Para isso, os trabalhos contidos no agrupamento envidam esforços técnicos no sentido de nomear explicitamente as informações circulantes na rede, atribuindo-lhes valor. São traçadas medidas de valoração com base, por exemplo, no interesse e popularidade dos conteúdos e das informações circulantes em uma rede (Wu; Chai, 2021; Sourlas *et al.*, 2015). São exploradas técnicas de identificação de comunidades ‘naturais’ e atribuição de valor à informação que permitem às redes o ganho de ‘consciência sobre as informações transportadas’, permitindo ao próprio fluxo da rede decidir as informações relevantes a reter (Chai; Sourlas; Pavlou, 2017).

Essa lógica, somada a técnicas de armazenamento e distribuição em fluxo das informações, que são sempre retroalimentadas pelas requisições (interesse e popularidade), utilizando recursos de cache dos roteadores ou dos usuários finais, por exemplo, possibilitam o prolongamento da vida útil de uma informação que se torna resiliente a interrupções de conectividade em cenários disruptivos (Sourlas *et al.*, 2018). Entretanto, vale ressaltar que em nenhuma das pesquisas da dimensão técnica, são citadas questões de natureza ética sobre a valoração dos conteúdos circulantes.

Os demais trabalhos encontram-se diluídos e não formam *clusters*. A constatação da recente conceituação do termo implica, além do reconhecimento de duas vertentes de análise principal, na evidência de que as investigações que utilizam o conceito abrangem uma ampla gama de campos do conhecimento. De forma geral, as pesquisas não agrupadas em *clusters* versam sobre os elementos capazes de apoiar ou dificultar a resiliência informacional.

Os trabalhos de Rak, Jonsson e Vinel (2016), Gusev *et al.* (2017), Seo (2017) e Shi *et al.* (2019) também partem de uma compreensão da resiliência informacional em sua dimensão técnica. Em comum com o *cluster*, os trabalhos buscam soluções de engenharia computacional para assegurar que informações circulantes tenham garantia de integridade, disponibilidade e confiabilidade. E possam ser acionadas sempre que requisitadas, ainda que sob distorções, interrupções, limitações e estresse. No entanto, diferenciam-se fundamentalmente dos estudos do *cluster* técnico por não utilizarem a lógica das arquiteturas CCN, estando ainda vinculadas às camadas físicas de uma rede.

Outras abordagens na resiliência da informação são propostas no sentido de pensar diretrizes capazes de garantir não só a entrega e a recuperação da informação requisitada, mas também sua qualidade e alcance. Esta é uma preocupação proveniente do campo da gestão e de

outros campos que utilizam sistemas informacionais para suportar seus processos, como a construção civil e a ecologia. Para Colavito (2017), Blay *et al.* (2020) e Sadiq *et al.* (2022), a resiliência da informação está relacionada a um processo de articulação informacional, bem como à redução das vulnerabilidades que afetam a qualidade da informação nos sistemas. Derivada da capacidade das organizações em criar, detectar falhas e riscos informacionais, proteger e sustentar processos de dados ágeis, úteis e transparentes. Esses trabalhos ilustram como a identificação das necessidades de informação, sua articulação e identificação de vulnerabilidades podem ser integradas ao estudo da resiliência informacional no campo da gestão.

Também proeminentes, mas sem formar *clusters*, são os estudos dos campos da psicologia e psiquiatria, que não tratam diretamente da resiliência informacional. Mas sim, abordam a resiliência como um traço de personalidade, conjunto de características intrínsecas ao indivíduo, mecanismo ou processo cognitivo dinâmico de adaptação e ajustamento que auxilia na superação de estresse, incerteza e adversidades, como um indicador de saúde psicológica. Tais estudos, consideram a informação como um recurso a ser utilizado pelas pessoas na redução de incertezas e auxílio na tomada de decisão, e também evidenciam a importância da interação e suporte social (Gouzman *et al.*, 2015; Yu *et al.*, 2014; Wang *et al.*, 2022; Lazarenko *et al.*, 2022; Li *et al.*, 2022; Lin *et al.*, 2023; Cho; Kim, 2023).

Já nas fronteiras da psicologia, os trabalhos de Patent (2022) e Cahapay (2022) exploram a importância da informação nos processos de resiliência humanos. Apesar de também a compreenderem como um processo de ajustamento cognitivo que pode levar a determinadas atitudes e comportamentos, esses autores levantam questões sobre vies, preconceito, confiança e acesso a informações íntegras, seguras, adequadas e de qualidade que possibilitem a redução de incertezas e tomada de decisão funcional. A resiliência informacional, nesse contexto, diz respeito ao desenvolvimento de capacidades cognitivas, afetivas e emocionais de filtrar e ponderar conscientemente sobre as informações que compõem o processo decisório, que podem ou não ter resultados funcionais.

Nesse sentido, importa saber como o acesso a informações implausíveis e desinformação podem operar processos disfuncionais (Patent, 2022), como a hesitação vacinal documentada durante a pandemia de COVID-19, por exemplo (Cahapay, 2022). Com isso em mente, trabalhos que compreendem a natureza sociotécnica da resiliência informacional dedicam-se, a partir de perspectivas distintas da psicologia, a explorar como a informação, ela própria, é um ativo central nas disputas sociais e democráticas da atualidade. E como determinados tipos de informação são construídos, possibilitados ou impossibilitados, adaptam-se, persistem e afetam os processos sociotécnicos da sociedade atual.

Os trabalhos de Tabasso (2019), Damarad (2020), Hopp e Ferrucci (2020) e Raisio *et al.* (2023), visam a superação de uma visão estritamente positiva da resiliência informacional, exibindo a natureza paradoxal e ambivalente que a informação (que adquire essa ‘característica resiliente’) pode assumir. Tais autores argumentam que, ao mesmo tempo que em uma sociedade com exacerbado controle informacional a resiliência da informação pode ser enquadrada como a possibilidade de uma população criar, acessar, distribuir e monitorar informações como um terreno de disputa democrática (Damarad, 2020). A natureza furtiva e emergente das organizações sociais virtuais e informais aponta que há uma tensão permanente entre os benefícios gerados pelo aumento da disponibilidade de informação e facilidade na

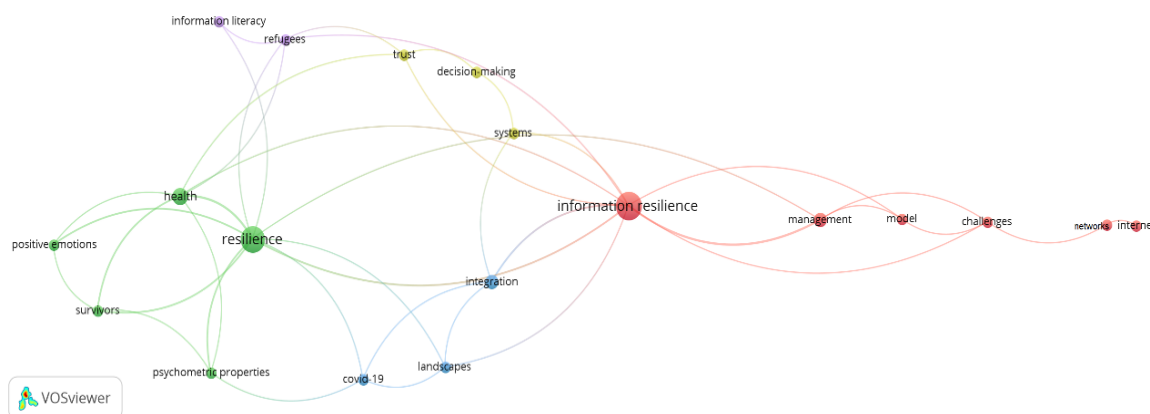
transmissão de dados e o risco de desinformação, difusão viral de informações imprecisas e consequente geração de pânico ou ansiedade (Raisio *et al.*, 2023).

Já os trabalhos de Tabasso (2019) e Hopp e Ferrucci (2020), dedicam-se a investigar como determinados tipos de informação adquirem características resilientes, bem como a capacidade de informações resilientes construir as bases informacionais sob as quais o processo de tomada de decisão é assentado, independentemente de seu conteúdo violar ou não normas sociais. Tabasso (2019) se aproxima dos que compreendem a resiliência da informação numa perspectiva técnica, relacionando-a à noção de permanência de uma informação na rede e realiza simulação de modelos epidemiológicos para explorar como ocorre a difusão e a sobrevivência de uma informação viral.

Enquanto o trabalho de Hopp e Ferrucci (2020), aproxima-se do conjunto de investigações que prioriza a natureza sociotécnica da resiliência da informação, destinando-se a investigar a resiliência informacional como adaptação ou persistência de crenças, ideias e movimentos que são capazes de atender às necessidades informacionais das pessoas. Mas que podem produzir não apenas ajustamentos positivos, como também paisagens informacionais conspiratórias e desviantes.

Além das temáticas de investigação encontradas, com objetivo de expandir a compreensão sobre os principais focos de pesquisa na área, foi realizado um levantamento da coocorrência de palavras-chave utilizadas pelos estudos considerados na análise. Isso permitiu identificar quais tópicos receberam maior interesse nas pesquisas identificadas. Para evitar uma visualização poluída e excluir potenciais resultados insignificantes, as palavras-chave que não atenderam à frequência de coocorrência mínima de 2, foram excluídas. De um total de 256 palavras-chave, 19 atingiram esse limite. A Figura 4 exibe os resultados da visualização da rede global de coocorrência de palavras-chave.

Figura 4. Rede de coocorrência de palavras-chave.



Fonte: Elaborada com o auxílio do *software VOSviewer* (2023).

Uma breve análise da figura permite verificar que diante da pluralidade de abordagens sobre o conceito, surge também uma profusão de temas. Evidenciando que a própria ideia de resiliência informacional, introduzida por Lloyd (2013) e ampliada para escopos psicológicos, técnicos, ecológicos e organizacionais, segue sendo ampliada.

Como esperado, ‘resiliência informacional’ (*‘information resilience’*) é a palavra-chave com maior ocorrência e aparece 11 vezes. Seguida da palavra-chave ‘resiliência’ sozinha (*‘resilience’*), com 10 incidências. As palavras-chave puderam ser categorizadas em cinco agrupamentos principais: [1] **Redes digitais e seus desafios à gestão** (*‘management’*; *‘model’*; *‘challenges’*; *‘networks’*; *‘internet’*); [2] **Fatores de ajustamento psicológico e emocional** (*‘resilience’*; *‘health’*; *‘positive emotions’*; *‘survivors’*; *‘psychometric properties’*); [3] **Implicações pandêmicas na paisagem informacional** (*‘integration’*; *‘landscapes’*; *‘covid-19’*); [4] **Processos de tomada de decisão informada** (*‘systems’*; *‘decision-making’*; *‘trust’*); [5] **Letramento informacional em situações liminares** (*‘information literacy’*; *‘refugees’*).

Esses achados sugerem que as pesquisas estão direcionadas a entender como é possível desenvolver mecanismos gerenciais para fenômenos informacionais que possuem natureza emergente e fluida, quais os fatores que influenciam atitudes e comportamentos informacionais dos indivíduos, bem como as implicações da pandemia para a formação das paisagens informacionais da atualidade, desenvolvimento de processos capazes de gerar confiança na informação e assegurar a tomada de decisão informada, além da importância do letramento informacional para os processos sociais contemporâneos, ressaltando a natureza transdisciplinar do conceito em análise.

4.2 Relevância das áreas, publicações e citações na pesquisa em resiliência informacional

Ao todo, este estudo identificou 34 artigos publicados desde 2013 até abril de 2023, envolvendo um total de 107 autores vinculados a 65 instituições em 24 países, distribuídos em 31 periódicos ou conferências. Dada a recente aparição do termo na literatura, até onde sabemos, não foram realizados estudos bibliométricos anteriores. Entre aqueles que mais publicaram no tema, destaca-se a autoria de Annemaree Lloyd, com 4 publicações. Além disso, George Pavlou e Vasilis Sourlas publicaram conjuntamente 3 trabalhos, dos quais Ioannis Psaras é coautor em 2 deles. Também, Wei Koong Chai, coautor de 1 desses trabalhos, possui ao todo 2 pesquisas publicadas na temática. Jacek Rak e Magnus Jonsson completam a lista de autores com mais de uma publicação no tema, com 2 trabalhos publicados em conjunto. A incidência de coautoria nos trabalhos indica que em 10 dos 34 estudos recuperados, há pelo menos um desses sete autores, responsáveis por 29,4% das publicações totais sobre o tema.

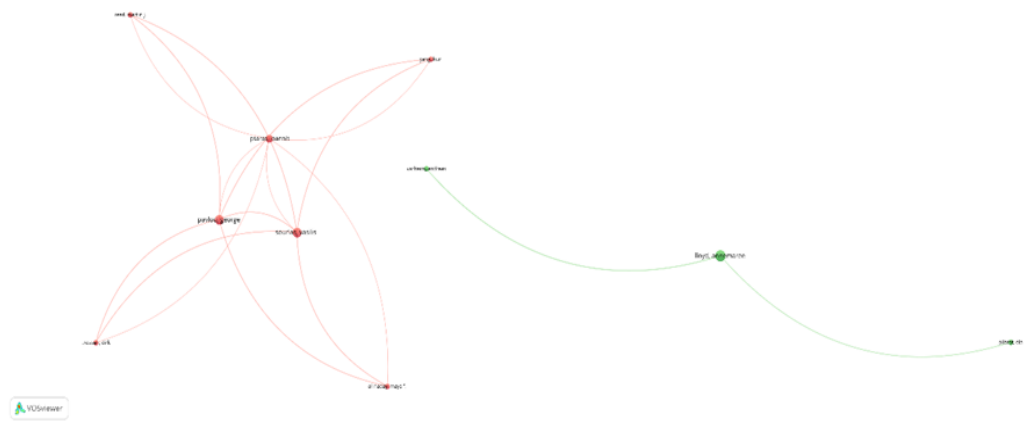
Quadro 1. Ranking de autores com maior quantidade de publicações.

Autores	Nº de registros
Annemaree Lloyd	4
George Pavlou	3
Vasilis Sourlas	3
Wei Koong Chai	2
Ioannis Psaras	2
Jacek Rak	2
Magnus Jonsson	2

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software VOSviewer (2023).

Esse dado de produção naturalmente reflete a prevalência dos autores mais citados e a formação dos *clusters* anteriormente mencionados. Annemaree Lloyd possui 123 citações, enquanto Mays F. Al-Naday, Martin J. Reed, Dirk Trossen e Kun Yang acumulam 20 citações de um mesmo trabalho em que são co-autores. Além disso, George Pavlou (17), Vasilis Sourlas (17), Ioannis Psaras (15), Andreas Varheim (15) e Ola Pilerot que possui 10 citações em coautoria com Lloyd. A figura 5 exhibe as redes de autores com mais citações no tema.

Figura 5. Redes de autores com mais citações.



Fonte: Elaborado com o auxílio do software VOSviewer (2023).

Observou-se também que a área de ciências da computação foi a que mais investigou o tema até o momento, representando 35,3% dos artigos publicados. Esses estudos têm como foco o desenvolvimento de arquiteturas computacionais capazes de proporcionar resiliência a partir da disponibilidade e recuperação de informações em cenários disruptivos. Em segundo lugar, está a área de ciência da informação e biblioteconomia (17,6%), que vincula o tema aos aspectos sociais constituintes da busca, uso e experiência em informação como estratégias sociais de orientação informacional. Seguida pela área de psicologia e psiquiatria, com 11,8%, que focaliza os aspectos cognitivos da resiliência, tratando-a como um processo ou um traço mobilizado no enfrentamento a situações adversas e para o qual a informação é um recurso.

Quadro 2. Áreas com maior número de investigações.

Categorias Web of Science	Nº de registros
Computer Science	12
Information Science & Library Science	6
Psychology & Psychiatry	4

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software VOSviewer (2023).

Considerando os registros retornados na busca, apenas três periódicos publicaram em mais de uma oportunidade sobre a resiliência informacional: o *Journal of Documentation* e o *Information Research*, ambos periódicos interdisciplinares que publicam trabalhos com ênfase em disciplinas relacionadas à biblioteconomia e à gestão de informação. E o *Frontiers in Psychiatry*, que publica pesquisas básicas e clínicas no campo da saúde mental. Cada um desses periódicos contém dois artigos sobre a temática.

Mesmo na área computacional, que possui o maior número de publicações sobre o tema, a pesquisa aparece bastante diluída, indicando inicialmente que os periódicos mais produtivos estão relacionados à área de biblioteconomia e informação. Diferentemente do encontrado no quantitativo de publicação por área, a identificação dos periódicos mais relevantes corrobora os dados das publicações mais citadas.

Já com o objetivo de analisar as principais publicações do campo, foi estabelecido um *ranking* dos artigos mais citados. Os dois primeiros são trabalhos de Lloyd (2014; 2015), refletindo a força do *cluster* já mencionado na análise historiográfica e o índice de citação por autor. Em seus trabalhos, a autora explora a experiência em informação e as práticas de informação operadas em um contexto de acesso ao sistema de saúde por refugiados reassentados. Nesse sentido, o conceito de resiliência informacional é proposto como chave na identificação dos princípios de acesso, organização e uso da informação pelos refugiados, focando a atenção no papel crítico que as práticas sociais de letramento informacional exercem enquanto estratégia de redução da incerteza em tempos de transição. A resiliência da informação estaria associada à capacidade de restabelecer o capital social que fornece suporte para navegar em uma terra estranha e desconhecida (Lloyd, 2014; 2015).

Quadro 3. Artigos mais citados na temática resiliência da informação.

Ordem	Título	Autoria	Nº de citações
01	<i>Building Information Resilience: How do Resettling Refugees Connect with Health Information in Regional Landscapes - Implications for Health Literacy</i>	Lloyd, 2014.	54
02	<i>Stranger in a strange land; enabling information resilience in resettlement landscapes</i>	Lloyd, 2015.	39
03	<i>Systematic Analysis of a Military Wearable Device Based on a Multi-Level Fusion Framework: Research Directions</i>	Shi et al., 2019.	30
04	<i>Resilience and Psychosocial Adjustment in Digestive System Cancer</i>	Gouzman et al., 2015.	26
05	<i>A Pilot Randomized Controlled Trial to Decrease Adaptation Difficulties in Chinese New Immigrants to Hong Kong</i>	Yu et al., 2014.	24
06	<i>Building Information Resilient Workers: The Critical Ground of Workplace Information Literacy. What Have We Learnt?</i>	Lloyd, 2013.	20
07	<i>Information Resilience: Source Recovery in an Information-Centric Network</i>	Al-Naday et al., 2014.	20
08	<i>Public libraries, community resilience, and social capital</i>	Varheim, 2017.	15
09	<i>To get or not to get: Examining the intentions of Philippine teachers to vaccinate against COVID-19</i>	Cahapay, 2022.	11
10	<i>The remaking of fractured landscapes: supporting refugees in transition (SpiRiT)</i>	Lloyd; Pilerot; Hultgren, 2017.	10

Fonte: Elaborado pelos autores com o auxílio do software VOSviewer (2023).

O terceiro artigo mais citado, de Shi *et al.*, (2019), busca ampliar as aplicações de arquiteturas algorítmicas centradas no processamento de informação para o contexto de campos de batalha. A estrutura desenvolvida pelos autores visa integrar diversos dispositivos de coleta de informações, de aparelhos vestíveis até sistemas de apoio a decisão em cenários de guerra. A modelagem proposta pelos autores transforma os soldados nos principais pontos de coleta de informações e controle dos recursos informacionais críticos, ou seja, em nós da rede. Essa estrutura permitiria fundir uma ampla gama de informações distribuídas, visando ampliar a

resiliência das informações e a capacidade de tomada de decisão sob restrições ou contingências na transmissão e análise de dados, situações comuns ao cenário de batalha (Shi *et al.*, 2019).

O quarto artigo mais citado é o de Gouzman *et al.* (2015), proveniente do campo da psicologia e psiquiatria, que estuda a resiliência do ponto de vista do ajustamento psicológico. Apesar de o trabalho não tratar diretamente da resiliência da informação, aparece como uma referência importante, pois informa mudanças teóricas nos entendimentos circulantes sobre resiliência. Os autores investigaram as contribuições da resiliência, das reações afetivas e do crescimento pós-traumático (CPT) no ajustamento psicossocial e mudanças comportamentais de pacientes com câncer do sistema digestivo.

De particular relevância para o fenômeno da resiliência informacional está o entendimento dos autores de que a resiliência é um processo dinâmico que engloba afetos (positivos e negativos), suporte social, entre outros fatores ambientais, distanciando-a da compreensão de resiliência como traço de personalidade. Entre os achados, a relação (não) documentada entre resiliência e CPT levantam a possibilidade de pensar que a resiliência, enquanto processo adaptativo, nem sempre possa conduzir a aspectos positivos como melhoria ou crescimento, o que abre possibilidades de pensar o papel da resiliência da informação em processos disfuncionais.

O quinto artigo com maior quantidade de citações (Yu *et al.*, 2014) trata-se de um estudo piloto randomizado que buscou testar a eficácia de duas intervenções usadas para diminuir as dificuldades de adaptação em imigrantes. As intervenções foram compostas por um braço didático-informacional e por outro braço atuando na resiliência pessoal, tal qual a concepção de traço. Os resultados exibiram que tanto a intervenção informativa quanto intervenção de traço foram eficazes em diminuir dificuldades de adaptação (Yu *et al.*, 2014), evidenciando que a informação é crucial, mas não via exclusiva de adaptação positiva.

O sexto artigo mais citado, Lloyd (2013), é o trabalho precursor da autora que fornece as bases de sua proposição teórica subsequente de abordar a resiliência numa perspectiva informacional. O trabalho realiza um apanhado teórico, fruto de trabalhos empíricos anteriores, dedicados a compreender o papel da formação, negociação e renegociação do conhecimento no local de trabalho e quais as modalidades de informação utilizadas pelos trabalhadores para desenvolver prontidão para aprender continuamente em um ambiente informacional dinâmico como o trabalho. A investigação permite compreender a resiliência da informação como um resultado das práticas sociais de letramento informacional, como reflexo de práticas contextuais e coletivas que surgem nas atividades rotineiras que compõem a vida cotidiana.

O sétimo artigo mais citado, de Al-Naday *et al.* (2014), busca quantificar os benefícios que a abordagem das redes centradas em informação (ICN) pode trazer para a resiliência do ponto de vista da recuperação de informações. Trata-se de um dos precursores nessa corrente. Nos resultados, os autores demonstram melhoria no nível de recuperação de informações e redução da carga geral de tráfego, quando comparadas com soluções do tipo IP (baseadas em nós físicos da rede), quando a resiliência da informação é testada em cenários de falha na origem da informação.

O oitavo artigo (Varheim, 2017) realiza um apanhado teórico para investigar o papel das bibliotecas públicas na resiliência comunitária. O trabalho sugere que há evidências teóricas de que as bibliotecas comunitárias são atores relevantes na resiliência de uma comunidade e que, especialmente os conceitos de resiliência comunitária e resiliência da informação, bem como seus mecanismos operativos de capital social e confiança social, são centrais para compreender o papel desempenhado pelas bibliotecas.

O nono artigo mais citado (Cahapay, 2022) examinou as intenções de vacinação contra a covid-19 de professores filipinos. Os resultados revelaram que a falta de conhecimento sobre a vacina e a preocupação com seus possíveis efeitos colaterais foram as razões predominantes para a hesitação vacinal no grupo pesquisado. Escores mais altos de renda e escolaridade foram positivamente associados a uma maior intenção de se vacinar. Além disso, um menor nível de

barreiras informacionais predisseram significativamente a intenção vacinal: “pode-se observar que para uma unidade de queda nas barreiras, há um aumento esperado de 0,321 [...] de chances de estar em um nível mais alto de intenção de vacinar contra a COVID-19” (Cahapay, 2022, p. 330-331, tradução livre). Tais dados sugerem que as ações para favorecer comportamentos-alvo de intenção favorável na vacinação devem se concentrar no letramento de informações sobre vacinas, considerada pelos autores como uma oportunidade para promover resiliência informacional.

Por fim, o artigo de Lloyd, Pilerot e Hultgren (2017) é o décimo artigo mais citado. Ampliando sua corrente de estudos com refugiados reassentados para outras regiões do globo. Neste trabalho, além da importância do conceito de capital social para a análise, é estendida a noção de lugar que está contida nos primeiros trabalhos da autora. Descreve-se o *placemaking* como uma forma de conhecer que contribui na redução de incertezas em tempos de transição. Aqui, a noção de reconstrução do lugar passa a reconhecer o ambiente digital como um ambiente central para criação, busca e disseminação de informações, experiências e memórias, portanto, um importante terreno social para análise da resiliência informacional.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução temática das pesquisas sobre resiliência informacional, utilizando uma pesquisa bibliométrica para avançar na compreensão do desenvolvimento do campo por meio da análise das principais publicações e temas abordados. Com base nos resultados apresentados, destacam-se algumas tendências e áreas de pesquisa na resiliência informacional.

Em primeiro lugar, a pesquisa no tema abrange principalmente duas vertentes: a dimensão social e a dimensão técnica. A primeira enfoca as práticas e estratégias socioinformacionais de enfrentamento a estados de incerteza numa perspectiva de transição, enquanto a segunda se concentra no desenvolvimento de mecanismos computacionais para garantir disponibilidade e entrega de informações em cenários disruptivos, numa lógica de adaptação e permanência.

Alguns autores como Annemaree Lloyd, George Pavlou, Vasilis Sourlas e Ioannis Psaras se destacam. Suas publicações influentes refletem as vertentes estabelecidas e abordam temas como práticas de letramento informacional em contextos específicos e arquiteturas algorítmicas para processamento e disponibilização ininterrupta de informações. Além das dimensões privilegiadas em cada vertente, a resiliência informacional acaba por ser explorada em múltiplas áreas, incluindo ecologia, gestão, comunicação, psicologia e psiquiatria, por exemplo.

Em comum, todas as abordagens apontam para situações liminares como catalizadoras do processo de resiliência informacional: diagnósticos graves, migração, desastres, falhas, estresse, incerteza, dificuldades de requisição ou de acesso a informação, decorrente das mais diversas causas: cognitivas, emocionais, sociais, políticas, de saúde e computacionais como necessárias à operacionalização do conceito. O que diferirá radicalmente entre elas é o foco que cada perspectiva privilegia como constituinte do conceito: arquiteturas computacionais, aspectos sociais, cognitivos, emocionais e contextuais, satisfação das necessidades informacionais em processos de tomada de decisão, entre outros.

Esses achados evidenciam a natureza multidisciplinar e interdisciplinar da pesquisa em resiliência informacional, que também envolve uma multiplicidade de abordagens teóricas e

metodológicas. Em decorrência dessa variedade de abordagens e interpretações existentes, o estabelecimento de um conceito único é particularmente desafiador.

Historicamente, a predominância da noção de resiliência como adaptação e permanência tem suas raízes na concepção das ciências exatas, que enfatizam a capacidade de sistemas físicos e biológicos de se recuperarem após perturbações. No entanto, a proposta de Lloyd introduz uma diferenciação crucial, destacando a resiliência informacional como algo mais do que apenas adaptação, incorporando a noção de transição apoiada nas práticas informacionais e na interação com o contexto sociotécnico.

A análise também revelou áreas emergentes de estudo, dedicadas a refletir sobre a fluidez das redes e organizações digitais e os desafios de gestão associados, bem como implicações pandêmicas na constituição da paisagem informacional e processos de decisão informada, porém disfuncionais. Especificamente, uma questão emergente, herdada muito provavelmente da tradição de pesquisas sobre resiliência no campo psicologia enquanto ajustamento positivo, trata da visão excessivamente otimista sobre os processos de transição e ajustamento operados através das experiências em informação.

Principalmente, quando essa noção é confrontada com evidências empíricas da documentação de uma série de instabilidades políticas e democráticas associadas à desinformação ocorridas ao redor do mundo nos últimos anos e o crescimento de movimentos anticientíficos e antidemocráticos nas redes digitais, mesmo quando os recursos informacionais oferecidos na atualidade tornariam mais fácil do que nunca acessar, confirmar ou refutar informações. Isso ressalta que a informação, sua constituição e utilização são, em si, campos de disputa na atualidade.

Se por um lado, a resiliência informacional pode ser associada a um processo de redução da incerteza ou adaptação e também permanência de informações úteis, baseado na disponibilidade e acesso. Por outro, a evidência de que os processos de redução de incerteza, persistência e adaptação também pode ser operado em bases informativas caracterizadas por vieses e preconceitos, resultando na disfuncionalidade do ajustamento, ou pior, na difusão e permanência problemática de ideais antidemocráticos, racistas e xenofóbicos, acrescenta um nível de complexidade para o avanço das pesquisas sobre resiliência da informação.

Pois, denota que tanto o enfrentamento coletivo a um estado de incerteza informacional, bem como a persistência e adaptação de certas informações nem sempre se darão em bases morais e éticas. Portanto, importa para o campo avançar na compreensão e identificação dos processos que sustentam a construção, adaptação e persistência de paisagens informacionais disfuncionais ou desviantes que dão conta das necessidades informacionais dos sujeitos.

Ainda, a grande quantidade de trabalhos não enquadrados em *clusters* informa que os domínios e fronteiras a serem exploradas sob o rol de pesquisas em resiliência informacional apontam para uma agenda interdisciplinar, que possa reconhecer os aspectos técnicos e sociais de valoração e persistência das informações e de como fazemos isso em sociedade. As implicações teóricas deste estudo ressaltam a necessidade de revisitar conceitos estabelecidos de resiliência à luz das dinâmicas contemporâneas de neoliberalismo crescente.

Além disso, a possibilidade de pensar que a resiliência, enquanto processo de persistências e suprimento de informação, nem sempre possa conduzir a melhoria ou crescimento, abre diversas possibilidades de investigação futura para os estudos da resiliência informacional como uma necessária articulação com os problemas da atualidade.

Uma limitação significativa deste estudo é a utilização de uma base de dados única para a revisão, o que resultou, por exemplo, na identificação de apenas um artigo de autores brasileiros ou latinos na discussão sobre a evolução do conceito. Essa decisão pode implicar um viés na amostragem dos trabalhos considerados, e a tentativa de minimizar esse viés envolveu a utilização de dois *softwares* bibliométricos na exploração do material recuperado. Ao serem utilizados em conjunto, as visualizações fornecidas por essas ferramentas complementam-se mutuamente, exibindo análises individualizadas e agregadas.

Além disso, foram incluídas citações a respeito do GEPSI – Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (um ativo grupo de pesquisa brasileiro no estudo do tema) – como forma de contextualização. Compreende-se que estudos futuros podem ampliar a busca, incluindo outras bases de dados, o que poderia aprofundar as noções preliminares apresentadas neste estudo, oportunizando uma representação mais completa e diversificada das discussões.

Em suma, este estudo destaca a complexidade, as ambiguidades e os desafios em uma definição única da resiliência informacional, a necessidade de abordagens críticas diante de visões correntes que são excessivamente positivas e a importância das perspectivas sociotécnicas para uma compreensão mais abrangente do conceito. Por fim, ressalta-se a necessidade de expansão das abordagens para compreensão das bases informacionais constituídas em cenários de disputas democráticas.

REFERÊNCIAS

AĞALDAY, B.; ÖZDEMİR, M. İ. Information vulnerability amid the COVID-19 Pandemic: Syrian refugees in Turkey. **Siyasal: Journal of Political Sciences**, Istanbul, v. 31, n. 2, p. 369-383, 2022. Disponível em: <https://acesse.dev/TZWb8>. Acesso em: 14 maio 2023.

AL-NADAY, M. F. *et al.* Information resilience: source recovery in an information-centric network. **IEEE network**, [S.l.], v. 28, n. 3, p. 36-42, 2014. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6843230>. Acesso em: 14 maio 2023.

BLAY, K. B. *et al.* The information resilience framework: vulnerabilities, capabilities, and requirements. **Journal of Data and Information Quality (JDIQ)**, Cambridge, v. 12, n. 3, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://acesse.dev/JEryV>. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência informacional em redes sociais virtuais**: práticas colaborativas, emoções e mobilidade. João Pessoa, Editora UFPB, 2019.

BRASILEIRO, F. S. Emoções e redes colaborativas na resiliência informacional. **Liinc em Revista**, [Rio de Janeiro], v. 16, n. 2, p. e5309, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5309>. Acesso em: 14 maio 2023.

CAHAPAY, M. B. To get or not to get: examining the intentions of Philippine teachers to vaccinate against COVID-19. **Journal of Human Behavior in the Social Environment**, Londres, v. 32, n. 3, p. 325-335, 2022. Disponível em: <https://11nq.com/17QTs>. Acesso em: 14 maio 2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1.

CHAI, W. K.; SOURLAS, V.; PAVLOU, G. Providing information resilience through modularity-based caching in perturbed information-centric networks. *In: INTERNATIONAL TELETRAFFIC CONGRESS (ITC 29)*, 29th, 2017, Genoa. [**Proceeding of the...**]. Genoa: IEEE, 2017. p. 214-222. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8064358>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CHO, M-K.; KIM, M. Y. Factors affecting depression and its relation to sleep quality among parents of type 1 Diabetes Patients. **Healthcare**, Basel, v.11, n.7, p. 992, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-9032/11/7/992>. Acesso em: 14 mai. 2023.

COLAVITO, M. Utilising scientific information to support resilient forest and fire management. **International Journal of Wildland Fire**, Sydney, v. 26, n. 5, p. 375-383, 2017. Disponível em: <https://www.publish.csiro.au/wf/wf16158>. Acesso em: 14 mai. 2023.

DA SILVA ROCHA, P. M. *et. al.* Resiliência informacional e microcefalia: práticas digitais de busca por informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, p. 1–22, 2021. DOI: [10.5007/1518-2924.2021.e78180](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e78180).

DAMARAD, V. Information and cyber resilience in Belarus. **Turkish Policy Quarterly**, Istanbul, v. 19, n. 3, p. 97-105, 2020. Disponível em: <https://acesse.dev/krgs0>. Acesso em: 14 mai. 2023.

DO NASCIMENTO, G. F.; BRASILEIRO, F. S. Resiliência informacional de mulheres brasileiras imigrantes em Portugal. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 9-36, 2022. Disponível em: <https://acesse.dev/POQUUp>. Acesso em: 14 mai. 2023.

DZIKOWSKI, P. A bibliometric analysis of born global firms. **Journal of business research**, [S. l.], v. 85, p. 281-294, 2018. Disponível em: <https://encr.pw/fA0Jw>. Acesso em: 14 mai. 2023.

GOUZMAN, J. *et. al.* Resilience and psychosocial adjustment in digestive system cancer. **Journal of clinical psychology in medical settings**, [S. l.], v. 22, p. 1-13, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25605269/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

GUSEV, M. *et. al.* Resilient IoT eHealth solutions in case of disasters. *In: 2017 9th INTERNATIONAL WORKSHOP ON RESILIENT NETWORKS DESIGN AND MODELING (RNDM)*, 19th, 2017, Alghero. [**Proceedings of the...**]. Alghero: [S.l.], 2017, p. 1-7. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8093024>. Acesso em: 14 maio 2023.

HOPP, T.; FERRUCCI, P. A spherical rendering of deviant information resilience. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, [S. l.], v. 97, n. 2, p. 492-508, 2020. Disponível em: <https://11nq.com/13ae7>. Acesso em: 14 maio 2023.

IONESCU, S.; JOURDAN-IONESCU, C. Entre enthousiasme et rejet: l'ambivalence suscitée par le concept de résilience. **Bulletin de psychologie**, Paris, n. 6, p. 401-403, 2010. Disponível em: <https://11nq.com/tmTp5>. Acesso em: 14 maio 2023.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, p. 7-21, 2003. Disponível em: <https://acesse.dev/AxOjX>. Acesso em: 14 maio 2023.

LAZARENKO, N. *et al.* Formation of resilience in the context of volunteer activities using information and communications technology. **IJCSNS International Journal of Computer Science and Network Security**, Seoul, v. 22, n.6, Jun. 2022. Disponível em: <https://www.muni.cz/en/research/publications/2353783>. Acesso em: 14 maio 2023.

LI, M. *et al.* Association among resilience, post-traumatic stress disorder, and somatization in frontline healthcare workers in COVID-19: The mediating role of perceived stress. **Frontiers in psychiatry**, Lausanne, v. 13, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9522973/>. Acesso em: 14 maio 2023.

LIN, S.; LIU, D.; ZHANG, H.; LONGOBARDI, C. Associations of resilience and respiratory sinus arrhythmia with alienation among college students. **Journal of Affective Disorders**, New Haven, v. 322, p. 24-30, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36336166/>. Acesso em: 14 maio 2023.

LLOYD, A. *et al.* Connecting with new information landscapes: information literacy practices of refugees. **Journal of Documentation**, Leeds, v. 69, n. 1, p. 121-144, 2013. Disponível em: https://scholarcommons.sc.edu/libsci_facpub/195/. Acesso em: 14 maio 2023.

LLOYD, A. Building information resilient workers: the critical ground of workplace information literacy. What have we learnt? In: KURBANOĞLU, S. *et al.* (ed). **Worldwide Commonalities and Challenges in Information Literacy Research and Practice: European Conference on Information Literacy: ECIL 2013**. Istanbul: Springer, 2013. p. 219-228. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-03919-0_28.

LLOYD, A. Building information resilience: how do resettling refugees connect with health information in regional landscapes—implications for health literacy. **Australian Academic & Research Libraries**, Sydney, v. 45, n. 1, p. 48-66, 2014. Disponível em: <https://acesse.dev/tzSQZ>. Acesso em: 14 maio. 2023.

LLOYD, A. Stranger in a strange land; enabling information resilience in resettlement landscapes. **Journal of Documentation**, Leeds, v. 71, n. 5, p. 1029-1042, 2015. Disponível em: <https://l1nq.com/LHNKu> . Acesso em: 14 maio. 2023.

LLOYD, A.; PILEROT, O.; HULTGREN, F. The remaking of fractured landscapes: supporting refugees in transition (SpiRiT). **Information research**, Borås, v. 22, n. 3, 2017. Disponível em: <https://informationr.net/ir/22-3/paper764.html>. Acesso em: 14 mai. 2023.

LLOYD, A.; WILKINSON, J. Knowing and learning in everyday spaces (KALiEds): mapping the information landscape of refugee youth learning in everyday spaces. **Journal of Information Science**, Los Angeles, v. 42, n. 3, p. 300-312, 2016. Disponível em: <https://l1nq.com/TxSJG>. Acesso em: 14 maio 2023.

MASUDA, Y. **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1980.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. **Scientometrics**, Budapest, v. 105, p. 2109-2135, 2015. Disponível em: <https://acesse.dev/KpUPt>. Acesso em: 14 maio 2023.

PATENT, V. Dysfunctional trusting and distrusting: integrating trust and bias perspectives. **Journal of Trust Research**, London, v. 12, n. 1, p. 66-93, 2022. Disponível em: <https://11nq.com/b1fUD>. Acesso em: 14 maio 2023.

PINTO, P. A. *et al.* COVID-19 no Instagram: práticas de comunicação estratégica das autoridades de saúde durante a pandemia. *Comunicação Pública*, [S. l.], v. 15, n. 29, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/11288>. Acesso em: 14 maio 2023.

POLLAK, A. Information seeking and use in the context of minimalist lifestyles. **Journal of Documentation**, Leeds, v. 72, n. 6, p. 1228-1250, 2016. Disponível em: <https://acesse.dev/HgloH>. Acesso em: 14 mai. 2023.

POLLOCK, A.; BERGE, E. How to do a systematic review. **International Journal of Stroke**, London, v. 13, n. 2, p. 138-156, 2018. Disponível em: <https://acesse.dev/7CP8a>. Acesso em: 14 maio 2023.

RAISIO, H. *et al.* Could virtual volunteerism enhance information resilience in a nuclear emergency? The potential role of disaster knowledge workers and virtual emergent groups. **Radioprotection**, Paris, v. 58, n. 1, p.11–18, 2023. Disponível em: <https://11nq.com/PpIPm>. Acesso em: 14 maio 2023.

RAK, J.; JONSSON, M.; VINEL, A. A taxonomy of challenges to resilient message dissemination in VANETs. *In: INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS NETWORK STRATEGY AND PLANNING SYMPOSIUM (NETWORKS)*, 17th, 2016, Montreal. [Proceedings of the...]. Montreal: IEEE, 2016. p. 127-132. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7751164>. Acesso em: 14 maio 2023.

RAK, J. *et al.* Disciplines and measures of information resilience. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TRANSPARENT OPTICAL NETWORKS (ICTON)*, 19th, 2017, Girona. [Proceedings of the...]. Girona: IEEE, 2017. p. 1-4. Disponível em: <https://acesse.dev/MGU1B>. Acesso em: 14 maio 2023.

ROSSETTO, D. E. *et al.* Structure and evolution of innovation research in the last 60 years: review and future trends in the field of business through the citations and co-citations analysis. **Scientometrics**, Budapest, v. 115, n. 3, p. 1329-1363, 2018. Disponível em: <https://acesse.dev/H00rG>. Acesso em: 14 maio 2023.

SADIQ, S. *et al.* Information resilience: the nexus of responsible and agile approaches to information use. **The VLDB Journal**, Berlin, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://encr.pw/c6meI>. Acesso em: 14 maio 2023.

SALADINI, P. A. D. **Traçados de esperança na escuridão**: investigações sobre a pertinência do uso do conceito de resiliência na Psicanálise contemporânea. 2021. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <https://acesse.dev/Bq2lo>. Acesso em: 14 maio 2023.

SEO, J. S. A resilience mask for robust audio hashing. **IEICE TRANSACTIONS on Information and Systems**, [S. l.], v. 100, n. 1, p. 57-60, 2017. Disponível em: <https://11nq.com/jO2AD>. Acesso em: 14 maio 2023.

SHI, H. *et al.* Systematic analysis of a military wearable device based on a multi-level fusion framework: research directions. **Sensors**, Basel, v. 19, n. 12, p. 2651, 2019. Disponível em: <https://encr.pw/3gVMO>. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, L. C. da. **A resiliência informacional no contexto da homofobia**: o papel das práticas informacionais no espaço LGBT de João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado). 2022. UFPB/CCSA - João Pessoa - PB. Disponível em: <https://l1nq.com/m3ZDd>. Acesso em: 14 maio 2023.

SOURLAS, V. *et al.* Enhancing information resilience in disruptive information-centric networks. **IEEE Transactions on Network and Service Management**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 746-760, 2018. Disponível em: <https://acesse.dev/2falW>. Acesso em: 14 maio 2023.

SOURLAS, V. *et al.* Information resilience through user-assisted caching in disruptive content-centric networks. In: NETWORKING CONFERENCE (IFIP NETWORKING), 2015, Prague. [Proceedings of the...]. Prague: IEEE, 2015. p. 1-9. Disponível em: <https://l1nq.com/3HG2E>. Acesso em: 14 maio 2023.

TABASSO, N. Diffusion of multiple information: on information resilience and the power of segregation. **Games and Economic Behavior**, Cambridge, v. 118, p. 219-240, 2019. Disponível em: <https://l1nq.com/dU41V>. Acesso em: 14 maio 2023.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. **Criando uma nova civilização**: a política da 3ª onda. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 1995.

TOYODA, Y. Survey paper: achievements and perspectives of community resilience approaches to societal systems. **Asia-Pacific Journal of Regional Science**, Singapore, v. 5, n. 3, p. 705-756, 2021. DOI: [10.1007/s41685-021-00202-x](https://doi.org/10.1007/s41685-021-00202-x). | 24

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British journal of management**, London, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003. Disponível em: <https://acesse.dev/tEdgu>. Acesso em: 14 maio 2023.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Citation-based clustering of publications using CitNetExplorer and VOSviewer. **Scientometrics**, Budapest, v. 111, p. 1053-1070, 2017. Disponível em: <https://l1nq.com/dfOqv>. Acesso em: 14 maio 2023.

VÂRHEIM, A. Public libraries, community resilience, and social capital. **Information Research**, Boras, v.22, n.1, Mar. 2017. Disponível em: <https://informationr.net/ir/22-1/colis/colis1642.html>. Acesso em: 14 mai. 2023.

WANG, J. *et al.* Resilience and caregiving ability among caregivers of people with stroke: the mediating role of uncertainty in illness. **Frontiers in Psychiatry**, Lausanne, v. 13, 2022. Disponível em: <https://l1nq.com/zzXXM>. Acesso em: 14 maio 2023.

WU, D.; CHAI, W. K. Information resilience in a network of caches with perturbations. **IEEE Access**, [S.l.], v. 9, p. 136135-136150, 2021. Disponível em: <https://acesse.dev/ufDMF>. Acesso em: 14 maio 2023.

YU, X. *et. al.* A pilot randomized controlled trial to decrease adaptation difficulties in chinese new immigrants to Hong Kong. **Behavior Therapy**, London, v. 45, n. 1, p. 137-152, 2014. Disponível em: <https://encr.pw/IyoND>. Acesso em: 14 maio 2023.

APÊNDICE C – ARTIGO 3

RESILIÊNCIA INFORMACIONAL E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA: UMA DISCUSSÃO
SOBRE PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM CONTEXTOS POLÍTICOS DIGITAIS

Resiliência informacional e subjetivação política

Uma discussão sobre práticas informacionais em contextos políticos digitais



Tairine Vieira Ferraz

Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Administração - PROPAD. Recife - PE, Brasil |
tairine.vieira@ufpe.br | <https://orcid.org/0000-0003-3449-5411>

Diogo Henrique Helal

Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Administração - PROPAD. Recife - PE, Brasil |
diogo.hhelal@ufpe.br | <https://orcid.org/0000-0002-1784-0941>

Resumo

Desde a ascensão da chamada sociedade da informação, um paradoxo tem se manifestado: a informação digitalmente mediada demonstra tanto potencial democratizador quanto terreno fértil para a proliferação de discursos extremos que se adaptam e persistem em ambientes digitais. Esse fenômeno demonstra a possibilidade de influenciar processos criativos e destrutivos na construção das subjetividades emergentes. O objetivo deste trabalho é estabelecer aproximações teóricas entre as abordagens da cidadania digital, enquanto um tipo de subjetivação política e da resiliência informacional, como processo capaz de sustentar essa subjetivação. Argumenta-se que investigar a relação entre elas é útil na compreensão do processo de tensionamento social observado em contextos políticos digitais. Sugere-se que a expansão desses enfoques possui potencial de ampliar a compreensão de variadas subjetividades políticas emergentes.

Resiliencia informacional y subjetivación política: una discusión sobre prácticas informacionales en contextos políticos digitales

Resumen

Desde el auge de la denominada sociedad de la información, ha surgido una paradoja: la información mediada digitalmente muestra tanto un potencial democratizador como un terreno fértil para la proliferación de discursos extremos que se adaptan y persisten en entornos digitales. Este fenómeno demuestra la posibilidad de incidir en procesos creativos y destructivos en la construcción de las subjetividades emergentes. El objetivo de este trabajo es establecer conexiones teóricas entre los enfoques de la ciudadanía digital, como una forma de subjetivación política, y la resiliencia informacional, como un proceso capaz de sostener esta subjetivación. Se argumenta que investigar la relación entre ambas es útil para comprender las tensiones sociales observadas en contextos políticos digitales. Se sugiere que la expansión de estos enfoques tiene el potencial de ampliar la comprensión de diversas subjetividades políticas emergentes.

Palavras-chave

Resiliência informacional
Práticas informacionais
Atos digitais
Subjetivação política
Contextos políticos digitais

Palabras clave

Resiliencia informacional
Prácticas de información
Actos digitales
Subjetivación política
Contextos políticos digitales

Informational Resilience and Political Subjectivation: a discussion on informational practices in digital political contexts

Abstract

Keywords

Informational resilience
Informational practices
Digital acts
Political subjectivation
Digital political contexts

Since the rise of the so-called information society, a paradox has emerged: digitally mediated information presents both democratizing potential and a fertile ground for the proliferation of extreme discourses that adapt and persist in digital environments. This phenomenon demonstrates the possibility of influencing both creative and destructive processes in the construction of emerging subjectivities. The aim of this paper is to establish theoretical connections between approaches to digital citizenship, as a form of political subjectivation, and informational resilience as a process capable of sustaining this subjectivation. It is argued that investigating the relationship between them is useful for understanding the social tensions observed in digital political contexts. The expansion of these approaches is suggested to have the potential to broaden the understanding of various emerging political subjectivities.

Artículo recibido: 08-03-2024. Aceptado: 07-11-2024.

Introdução

A onipresença da informação digitalmente mediada no cotidiano dos indivíduos é uma realidade. Isso, aliado ao desenvolvimento de uma arquitetura tecnológica e informacional que permeia as mais diversas instâncias da vida humana, reconfigura os modos de organização social contemporânea. Essa arquitetura, composta por dispositivos como *softwares*, algoritmos, sensores, dados e plataformas é fruto da interconexão entre estruturas sociais e circuitos de informação que se distanciaram dos modelos informativos industriais (Di Felice, 2021; Di Felice e Moreira, 2018; Accoto, 2017; Di Felice, 2007; Castells, 2003).

Por meio da emergência e difusão das tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs), da expansão sem precedentes de aspectos como velocidade, alcance e da plataformação como forma de regulação algoritmizada que funde os domínios digital e político, a base material de processamento e transferência de informações foi significativamente alterada. Com a rede sendo convertida na principal forma de organização social contemporânea, deu-se lugar ao que tem se convencionado chamar de sociedade da informação, algorítmica, do conhecimento ou sociedade em rede (Hanakata e Bignami, 2023; Morozov, 2014; Castells, 2002; Toffler e Toffler, 1995; Masuda, 1980).

Essa configuração é viabilizada pelas TICs e se baseia não apenas em uma dada estrutura digital-tecnológica, mas em um novo horizonte de experiências informacionais por ela proporcionadas (Accoto, 2017). Tal configuração favorecerá padrões comportamentais autônomos e auto-organizados, reduzirá hierarquias, aumentará a diversidade informacional e as fontes de autoridade. Mas também, fragmenta e regula os interesses sociais, exigindo que os indivíduos desenvolvam e empreguem novas práticas de alfabetização informacional para acessar informações conforme suas necessidades. O que atua como uma poderosa força propulsora de transformações políticas, econômicas e sociais (Travkina, 2022; Di Felice, 2021; Nogueira, 2007; Lloyd, 2015; Castells, 2002).

Um tema de crescente interesse busca investigar o potencial democratizante da internet e as implicações para a instituição da cidadania e para a própria organização da sociedade civil a partir dessas novas formas de sociabilidade político-digitais. Embora exista um relativo consenso de que o surgimento da internet, a popularização de dispositivos

tecnológicos e a abundância de informações impactam as formas contemporâneas de organização e participação, falta consenso quanto à extensão, qualidade e natureza desses impactos (Travkina, 2022; Dumbra, 2017; Nogueira, 2007).

Na literatura especializada, pode-se encontrar afirmações de que a democratização da internet e a expansão da lógica de rede, ao criar oportunidades de acesso e troca de informações, favoreceria o envolvimento cívico, o aumento do potencial participativo em questões políticas e influenciaria as formas tradicionais de fazer política (Feezell, 2016; Mandarano, Meenar e Steins, 2010). Sugerindo que, nesse contexto, existem novas possibilidades de acúmulo de capital social que podem “vir a gerar valor público, no sentido da produção de sentidos, significados, novas formas de cidadania e outros efeitos” (Freitas, Sampaio e Avelino, 2023: 18).

Em contrapartida, outros argumentos postulam que os padrões de sociabilidade facilitados pela lógica de rede e pela mediação digital conduzem ao isolamento social, ao déficit de participação política, ao afrouxamento dos laços comunitários e sociais, ao declínio das formas associativas e de solidariedade tradicionais, ao acréscimo de vigilância, tecnocensura e uso de *bots* para criação de terror social, além do apagamento do sujeito em favor da reificação do indivíduo (Tomasello, 2023; Putnam, 2020; Guareschi, 2018; Oser, 2017; Gil Garcia, 2016; Gomes, 2011; Coleman, 2008).

A tendência de padrões de segregação e homofilia observados no compartilhamento de informações virais que circulam *online* revelam que as mídias sociais digitais têm, pelo menos, um potencial ambivalente em relação à criação de câmaras de eco *online*, capazes de dificultar o contato com ideias diferentes e favorecer cenários de polarização (Palmieri, 2023; Tabasso, 2019). Tais achados, são apontados como evidência de que a noção otimista de abertura das redes, predominante nos estudos do início do século, demonstra o potencial de operar tanto processos criativos quanto destrutivos na construção e projeção de estados sociais futuros (Travkina, 2022).

Ao delinear a emergência de sujeitos e de estados sociais diante das transformações tecnológicas e informacionais contemporâneas, surge uma agenda de pesquisa que busca posicionar os artefatos digitais de mediação da informação como dispositivos capazes de agenciar, fazer circular e produzir sentidos. Esta agenda, visa examinar como as práticas e os usos cotidianos de dispositivos informacionais-tecnológicos impactam várias dimensões da experiência humana. Explorando se essa ambiência pode ou não facilitar a construção de uma nova subjetividade (digital), que tipo de sujeito social emerge na era digital e as suas implicações políticas, sociais e econômicas (González Rey, 2012; Barrios Tao, 2015; Bermúdez-Grajales, 2017; Guareschi, 2018; Medeiros, 2019; Marzochi, 2022).

Parte dessa corrente (Ribble e Bailey, 2011; Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007; Choi, 2016; Isin e Ruppert, 2020; Chen et al., 2021) buscou expandir a compreensão sobre a produção de um sujeito digital por meio do conceito da cidadania digital, destacando as implicações da mediação digital na alteração das formas de cidadania e de subjetivação política. Em um primeiro momento, esses estudos tenderam a desenvolver modelos estruturados, com foco no estabelecimento de competências capazes de atuar na inclusão/exclusão digital. Tomando como base para isso noções de alfabetização digital e letramento informacional de um ponto de vista predominantemente instrumental (Lythreath, Singh e El-Kassar, 2022; Bezerra, Schneider e Saldanha, 2019).

No entanto, para além das habilidades e competências, questões de natureza ética, política e estética têm sido enfatizadas como fatores centrais na análise dos atuais modelos de participação da sociedade em meio digital (Vitorino e Piantola, 2011). Pois, entre os desafios e preocupações decorrentes dos usos sociais das TICs, há ampla documentação de que as novas mídias têm sido utilizadas como plataformas para

a propagação de discursos falsos, extremistas, excludentes, intolerantes e violentos (Udupa e Pohjonen, 2019; Abidin, 2021; Blommaert, 2022). E em muitos desses casos, o papel das redes sociais, mídias digitais e aplicativos de troca de mensagens instantâneas tem sido apontado como favorecendo a ampliação do alcance e impacto de tais discursos (Norris e Inglehart, 2019).

A decretação da pandemia de coronavírus e do distanciamento social como uma das formas de enfrentar o espalhamento da doença tem sido relatada como um ponto de virada para análise da agência dos dispositivos tecnológicos e da informação por eles mediada. Uma vez que alterou os ritmos habituais de funcionamento de quase todas as esferas públicas, acelerou a demanda de digitalização da sociedade e exibiu uma tendência à proliferação de fluxos informacionais e sobrecarga de informações, nem sempre precisas (Tomasello, 2023; Travkina, 2022).

Assim, faz-se imperioso abordar questões relacionadas à utilização da Internet na vida quotidiana das pessoas e os impactos associados a esse uso. Considerando para isso as consequências para a vida dos indivíduos e os tipos de subjetividade política que podem emergir através e por meio da mediação informacional-tecnológica (Isin e Ruppert, 2020; Barrios Tao, 2015; Wei et al., 2011).

Além dos próprios dispositivos tecnológicos, outro aspecto central na análise das subjetividades políticas que emergem da sociedade em rede, na qual uma parcela significativa das relações sociais, comerciais e governamentais é baseada em fluxos informacionais, passa a ser a própria informação. Tanto como um recurso que potencializa e facilita a adaptação e socialização dos indivíduos (Cabezas González e Casillas Martín, 2019), operando como pré-requisito para a inclusão social e exercício da cidadania, quanto como uma arma a ser empunhada em um ambiente “infodêmico” (OPAS, 2020) de guerra informacional (Travkina, 2022).

A questão da subjetividade que emerge na hipermodernidade destaca que a forma como as TICs contemporâneas permitem o acesso, a circulação e a permanência da informação e o seu conteúdo, influenciam diretamente as práticas políticas dos indivíduos. Convertendo-se em dispositivos de socialização e subjetivação capazes de produzir novas formas de viver, organizar-se socialmente e agir politicamente (Rueda Ortiz, 2010; Bermúdez-Grajales, 2017).

Neste contexto de maior disponibilidade de dados, processos de transmissão simplificados e acesso a uma ampla gama de informações mediadas digitalmente, muitas vezes confusas e contraditórias, é exigido dos sujeitos uma contínua adaptação e o desenvolvimento de práticas e habilidades informacionais que permitam acessar, avaliar e usar a informação para serem incluídos socialmente e tomar decisões (Lloyd, Lipu e Kennan, 2016). Não como habilidades definidas a priori, mas sim como experiências de interação informacional capazes de orientar e dar sentido ao mundo.

Neste sentido, ganha relevância a noção de resiliência informacional (Lloyd, 2015; Al-Naday et al., 2014), como uma qualidade de disponibilidade e permanência da informação que permite aos sujeitos lidar com momentos de incerteza e transição com base em suas práticas de letramento informacional. O conceito permite investigar os princípios de adaptação e persistência da informação que emergem das práticas informacionais dos indivíduos ao vivenciarem ambientes informacionais complexos.

A resiliência informacional pode estar vinculada tanto às possibilidades de criação e acesso a recursos informacionais cruciais para a vida em sociedade e para as disputas democráticas, numa perspectiva positiva (Damarad, 2020; Brasileiro, 2020). Como

também aos desafios envolvidos nesse processo, como é o caso das informações que perduram na rede e são relatadas como resultando na elevação do risco de desinformação, segregação, processos de ajustamento disfuncionais e ampliação do espaço de controvérsia válida a partir de informações enviesadas, preconceituosas e implausíveis (Tabasso, 2019; Hopp e Ferrucci, 2020; Patent, 2022).

O que a perspectiva da resiliência informacional ajuda a discernir é que o potencial para subjetivação política dos indivíduos em contextos digitais não pode ser predeterminado, uma vez que a subjetividade está sempre em produção. De forma que as tensões observadas entre sujeito político e tecnologia seriam derivadas das circunstâncias de uso da tecnologia e das práticas informacionais dos indivíduos que se subjetivam nas ações realizadas (Dumbrava, 2017; Leannel et al, 2018; Di Felice, 2021; Isin e Ruppert, 2020; Lynn et al., 2022).

Argumenta-se que as práticas informacionais operadas em contextos políticos digitais estão associadas a atuação política dos sujeitos. E neste contexto, a produção de subjetividades políticas digitais molda-se no processo de resiliência informacional, pois é o processo de resiliência informacional que sustenta tensões entre atos democráticos e extremos. Busca-se nas seções seguintes, evidenciar a relação entre as práticas informacionais em contextos políticos digitais e a emergência de subjetividades políticas, bem como as implicações da resiliência informacional para a atuação política digital.

A emergência da cidadania e de outras subjetividades político-digitais

A virada tecnológica que caracteriza a contemporaneidade pode ser vista como um paralelo à revolução industrial que impactou a instituição da cidadania observada e documentada por Marshall (1967) no início do século XX. Conhecida como a quarta revolução industrial, resulta da difusão das tecnologias de informação e comunicação e da mudança das formas tradicionais de produção industrial para serviços baseados em dados e em redes de informação apoiadas pela Internet (Tomasello, 2023; Castells, 2002; 2003).

Um corpo crescente de literatura sobre a transformação social que é operada no atual estágio de “radicalização do moderno”, aponta para a revolução digital como uma força que muda as instituições e seus centros típicos de referência (Nogueira, 2007). A desestabilização da figura do Estado-nação como único poder legítimo, a desterritorialização das práticas de cidadania, o aumento significativo de novos atores políticos e das dinâmicas de ação política não formais são identificadas como algumas das forças de mudança em jogo (Tomasello, 2023; Sassen, 2005; Cardoso e Castells, 2005).

A partir da reconfiguração de questões como pertencimento a um Estado-Nação, poder e controle, direitos, privacidade, rastreabilidade e anonimato, entre outras, há sinalização do surgimento de um novo campo de disputas e de novas formas de organização e subjetivação política possibilitadas e mediadas, no todo ou em parte, pelas TICs suportadas pela internet e pelas redes sociais digitais (Calzada, 2022; Sassen, 2005; Cardoso e Castells, 2005).

Quando focadas na reivindicação de direitos e no estabelecimento de novos padrões de comportamento político promulgados na internet, essas questões têm sido abordadas pela literatura especializada no âmbito dos estudos sobre cidadania digital (Calzada, 2022; Di Felice, 2021; Isin e Ruppert, 2020; Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007; Ribble e Bailey, 2011).

Há, pelo menos, duas concepções gerais de cidadania digital: uma mais focada em competências digitais a serem desenvolvidas e outra em aspectos críticos do ponto de vista de participação e ação social (Fernández-Prados, Lozano-Díaz e Ainz-Galende, 2021). Conceituada como “normas de comportamento apropriado e responsável em relação à utilização de tecnologia” (Ribble e Bailey, 2011: 10), ou, ainda, como a “capacidade de participar da sociedade *online*” (Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007: 1).

A cidadania digital pode ser entendida como uma extensão tecnológica da cidadania moderna estando ligada à capacidade dos indivíduos de participar, fazer escolhas e tomar decisões informadas em ambiente *online*. O acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente central para seu exercício, o que exige o desenvolvimento de competências midiáticas e informacionais apropriadas para acessar conteúdo livre e relevante na rede. Uma “habilidade de sobrevivência na Era da Informação” que é vinculada à necessidade de um certo tipo de competência em informação (Paixão, Cuevas-Cerveró e Linhares, 2022; Vitorino e Piantola, 2011; ALA, 1989).

Inicialmente, os estudos que vincularam o exercício da cidadania digital à competência em informação se concentraram na aquisição de habilidades de um ponto de vista menos reflexivo e predominantemente operacional, destacando seu caráter instrumental. Posteriormente, com a inclusão de noções de inclusão e mudança social, empoderamento, autonomia e direitos, questões de natureza ética e política têm ganhado centralidade na discussão (Ceretta Soria, Cabrera Castiglioni e Canzani Cuello, 2024; Vitorino e Piantola, 2011; Bezerra, Schneider e Saldanha, 2019).

Isso também se deve à confrontação com evidências empíricas de instabilidades políticas e democráticas ocorridas ao redor do mundo nos últimos anos, que são frequentemente atribuídas ao atual estágio de radicalização da modernidade, com destaque para o papel central das redes sociais, mídias digitais e aplicativos de troca de mensagens instantâneas. Isso tem levado a um enfoque maior sobre questões de natureza ética e política nesses ambientes, bem como sobre as formas de utilização da internet no cotidiano e os impactos sociais e subjetivos decorrentes dessa utilização (Lythreath, Singh e El-Kassar, 2022; Brown, 2019; Norris e Inglehart, 2019; Suaiden, 2012; Nogueira, 2007).

Para os propósitos desta construção, considera-se que ao apostar em modelos teóricos estruturados (Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007; Ribble e Bailey, 2011), que definem a priori o que os indivíduos devem ser e fazer nos ambientes digitais para serem considerados cidadãos digitais, optando por lhes atribuir um conjunto previamente determinado de direitos e deveres, afasta-se da concepção aspiracional de cidadania como um local historicamente situado de contestação e luta social que conecta o conceito presente ao seu germe moderno (Isin e Ruppert, 2020).

Nesse sentido, uma noção de cidadania digital entendida como uma subjetividade digital que é resultante de práticas políticas digitais emergentes é apresentada por Isin e Ruppert (2020). Para eles, a cidadania digital deve ser concebida tendo em conta o conteúdo prévio do conceito herdado da modernidade. Mas, como esquema permanente de participação e luta pelo reconhecimento, manutenção e ampliação de direitos.

Nessa visão, quando qualificada pelo digital, a cidadania se distinguirá dos entendimentos deterministas convencionais por não possuir um titular de direitos dado. Os autores consideram que o sujeito cidadão emerge através dos atos digitais, por meio daquilo que é dito e feito na internet (Isin e Ruppert, 2020). É ao reivindicarem direitos através de atos digitais que os sujeitos se envolvem em práticas políticas digitais nas quais criam espaços de agência e trazem à existência essa subjetividade (Isin e Ruppert, 2020).

Nessa perspectiva, é justamente a reivindicação de direitos, feita por meio de atos de fala na internet, que faz emergir o cidadão digital. Desse modo, o cidadão digital é acoplado a um sujeito político que emerge da experiência prática e requer atuação dos sujeitos em coletivo, sendo e agindo com outros sujeitos na reivindicação de direitos (Isin e Ruppert, 2020).

Mas, apesar de reconhecerem que as convenções da internet, em especial o modo de produção, circulação e compartilhamento de dados e informações, estão sendo incorporadas às convenções políticas, os autores evitam uma discussão mais matizada sobre a amplitude e as ambiguidades das subjetividades políticas que podem emergir deste cenário.

Exemplo disso é que, para os autores, os tipos de atos digitais que permitem o surgimento da subjetivação política digital que denominam cidadania digital são atos de chamamento (participar, conectar, compartilhar); atos de abertura (testemunhar, hackear, tornar comum) e; atos de fechamento (filtragem, rastreamento e normalização). Os autores afirmam que

fazer reivindicações de direitos significa aberturas em vez de fechamentos. E para que, a cidadania (*digital*) seja uma subjetividade política [...] significa que ela envolve e provoca o cultivo da abertura contra os fechamentos (Isin e Ruppert, 2020: 189, grifos nossos).

Embora defendam a ideia de que os atos de fechamento possam inibir os atos de reivindicação, reconhecem que diversos atos de fechamento através da internet e documentados na história, fornecem ampla evidência em contrário. Assim, em certa medida, parecem regressar a uma concepção de cidadania digital enraizada na noção de que existe um tipo de cidadania descolada das disputas e tensões situadas histórica e geograficamente que eles próprios trazem à luz.

No entanto, a própria constituição da cidadania, globalmente, mas particularmente enraizada nos países da periferia global, tem sustentado uma espécie de “separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe” (Souza, 2018: 8). O que reforça privilégios conservadores e mantém interações sociais e reivindicações que admitem a existência e lutam pela continuidade de pessoas (subcidadãos) abaixo da linha da dignidade humana.

É evidente que esta dinâmica de luta pela manutenção/ampliação de direitos, alicerçada em processos de exclusão, também foi herdada da concepção moderna e não é uma novidade nos estudos de cidadania. Portanto, argumenta-se que omitir a investigação de processos que levam à legitimação de uma hierarquização moral e política na disputa por vantagens permanentes, que são outorgadas pelo *status* de cidadania e que coexiste na dicotomia direitos/exclusão, pode nos deixar míopes na captura de subjetividades políticas emergentes e contestadas.

A noção de subjetividade política adotada neste trabalho é inspirada na concepção de cidadania digital como subjetividade política resultante de práticas político-informacionais digitais e emergentes: os atos digitais, apresentados por Isin e Ruppert (2020). Mas busca ampliá-la, deslocando a compreensão dos atos digitais para uma dinâmica mais geral, que cria as condições de subjetivação das novas identidades políticas da atualidade.

Entende-se, portanto, que o ato digital é capaz de cristalizar aspectos de uma subjetividade política que emergiu num tempo e num espaço. Mas seu processo de construção permanece ofuscado. É na tentativa de examinar o ator e as suas

interações, os tipos de elementos informacionais que são arranjados e arregimentados na produção do ato digital que nos reportamos à resiliência informacional como ponte para o estudo da produção de subjetividades políticas digitais.

Resiliência informacional como ponte para o estudo da produção de subjetividades políticas digitais

A resiliência é um termo que tem ganhado popularidade dentro e fora dos domínios acadêmicos, com mais ênfase a partir da década de 1970 (Welsh, 2014). Frequentemente associado a imprecisão em suas definições e usado primeiramente nos domínios da engenharia e mecânica, não tardou até que fosse incorporado pelos campos da ecologia, psicologia e sociologia. Demonstrando ser um termo propício ao desenvolvimento do diálogo interdisciplinar (Toyoda, 2021).

Apesar da falta de consenso em sua definição, a resiliência tem sido explorada por uma gama cada vez mais diversificada de disciplinas. Em geral, está associada à capacidade de recuperação, adaptação, retorno à forma original ou transformação após exposição a adversidades ou estresse. E também é vista como uma espécie de catalisadora da mudança ao lidar com a incerteza (Toyoda, 2021; Lloyd, 2015, 2014a; Welsh, 2014).

Normalmente é entendida como sendo constituída por uma série de fatores, dos quais o acesso e as boas práticas no uso da informação são alguns deles. Especificamente, a resiliência informacional teve seus estudos iniciais publicados em 2013, com pesquisas amplamente distribuídas a partir de diferentes perspectivas teóricas, temáticas e metodológicas das quais se evidenciam dois grupos (Toyoda, 2021; Welsh, 2014).

Um grupo acentua o aspecto técnico, concentrando-se no desenvolvimento de mecanismos computacionais para garantir a disponibilidade e entrega de informações em cenários disruptivos, seguindo uma lógica de adaptação e permanência. O outro, destaca o aspecto social da resiliência, focando nas práticas e estratégias socioinformacionais para enfrentar estados de incerteza e transitar para estados de incerteza reduzida (Ferraz e Helal, 2024).

A abordagem que prioriza a dimensão técnica da resiliência informacional foca no desenvolvimento de soluções computacionais para garantir a persistência, distribuição e entrega de informações requisitadas pelos usuários, mesmo em cenários de conectividade prejudicada. Essa abordagem explora recursos computacionais para aumentar a capacidade da rede em fornecer acesso contínuo às informações, mesmo diante de falhas (Sourlas et al., 2018; Rak et al., 2017). No entanto, sua natureza excessivamente técnica distancia-se de considerações éticas sobre a valoração da informação e do conteúdo que permanecerá na rede.

Já a abordagem centrada na dimensão social da resiliência informacional foca nos processos adaptativos dos seres humanos em um mundo permeado pela informação. Precedida pelo estudo de Lloyd (2013), essa abordagem utiliza uma noção interacional de uso e compartilhamento da informação como recurso fundamental para navegação e orientação no mundo contemporâneo. E destaca as ações dos indivíduos em suas interações com ambientes, dispositivos e outras pessoas. Nesta perspectiva, a resiliência informacional é conceituada como:

a capacidade de lidar com disrupção e incerteza, empregando práticas de letramento informacional para permitir o acesso à informação baseada na necessidade, construção de novos cenários de informação e restabelecimento de redes sociais (Lloyd, 2015: 1033).

Essa noção está relacionada às mudanças no cenário informacional da vida das pessoas, causadas por diversos fatores. Uma mudança no panorama informacional pode ser caracterizada pela perda de pontos de referência (sociais, familiares, culturais, organizacionais, institucionais, políticos etc.), o que exigirá a construção de novos cenários de informação para orientar-se. Para isso, são mobilizadas fontes e recursos que permitam aos indivíduos estabelecer redes e operacionalizar informações relevantes no novo cenário, reduzindo um estado de incerteza (Lloyd, 2013, 2015, 2020).

A conceituação da resiliência informacional proposta por Lloyd (2015) observa que este é um estado que não é predeterminado, mas sim, emerge e se configura por meio das interações ocorridas no interior de redes colaborativas em fases de orientação, ajuste e ressignificação. Isso permite mapear como os indivíduos encontram, avaliam, utilizam e compartilham informações como uma prática social necessária para reduzir incertezas em ambientes em mudança.

A noção de práticas de letramento informacional adotada nessa perspectiva utiliza enfoques dos estudos baseados em prática, avançando além de posições meramente tecnicistas. Pois, embora o letramento informacional exija habilidades técnicas para o estabelecimento do processo de resiliência, o caráter social, contextual, coletivo e culturalmente estabelecido de identificar, buscar, usar e compartilhar informações (Savolainen, 2007) se sobressai.

Nesse caso, as práticas de letramento informacional que permitem aos indivíduos localizar, avaliar e usar informações relevantes ao novo cenário estão intrinsecamente atreladas ao seu envolvimento em uma dada comunidade, onde significados e valores são construídos (Vitorino e Piantola, 2011; Lloyd, 2013, 2015, 2020). Assim, as normas, valores e sentidos compartilhados ganham extrema relevância nas práticas informacionais performadas pelos sujeitos.

Tanto a abordagem técnica quanto a social da resiliência informacional compartilham uma visão excessivamente otimista sobre os processos de transição e ajuste mediados pela experiência informacional. Mas, essa visão se confronta com evidências empíricas paradoxais. Pois, ainda que as possibilidades de acesso a informações estejam cada vez mais amplas, essa explosão informacional exige novas formas de lidar com elas, dada a impossibilidade de verificar a qualidade e a factualidade de todo o conteúdo informacional com o qual interagimos (Ferraz e Helal, 2024; Paixão, Cuevas-Cerveró e Linhares, 2022; Suaiden, 2012).

Embora a resiliência informacional seja vista como um processo de redução da incerteza, adaptação e permanência de informações úteis, baseado na necessidade, disponibilidade e acesso, há um lado potencialmente negativo. Evidências mostram que esses processos podem ser fundamentados em informações enviesadas e preconceituosas, resultando na disfunção do ajustamento ou na difusão e persistência de ideais antidemocráticos, racistas e xenofóbicos (Ferraz e Helal, 2024; Patent, 2022; Hopp e Ferrucci, 2020).

Muitos estudos sobre práticas ou comportamentos informacionais colocam informações que desviam da norma apenas como desinformação (ou correlatos), sem explorar profundamente como a precisão e a utilidade das informações são percebidas pelos sujeitos. Ao adotar uma perspectiva construcionista social da informação é preciso assumir que fatores sociais e culturais influenciam também aquilo que é considerado como informativo. E essa assunção, na prática, torna difícil de definir o que é uma informação adequada ou não (Ruokolainen e Widén, 2020).

O modelo de Percepção Social da Informação proposto por Ruokolainen e Widén (2020) revela que diferentes aspectos situacionais e contextuais influenciam o processo mental que estabelece se as pessoas percebem informações como precisas, imprecisas, incompletas, vagas ou ambíguas. Além disso, ressalta que qualquer tipo de desinformação pode ser convertida em informativa e passível de ser utilizada para construir a realidade. Isso evidencia que, se a informação for vista como subjetiva e situacional, até mesmo informações falsas, erradas, ambíguas e desviantes são consideradas informações, desde que percebidas como tal pelo receptor em um dado momento e contexto.

Compreendendo que qualquer informação, incluindo a desinformação, pode ser usada para moldar o panorama informacional que os indivíduos utilizam para se orientar tomar decisões (Ruokolainen e Widén, 2020), estudos que veem a informação como um ativo central nas disputas sociais e democráticas atuais (Damarad, 2020; Hopp e Ferrucci, 2020; Raisio et al., 2023) ajudam a superar uma visão estritamente otimista dominante nos estudos de resiliência. Esses estudos consideram o caráter paradoxal e ambivalente que a resiliência informacional pode assumir.

Alguns estudos (Tabasso, 2019; Damarad, 2020; Hopp e Ferrucci, 2020; Hicks e Lloyd, 2022; Raisio et al., 2023) utilizam o conceito de resiliência informacional para compreender como certos tipos de informação se adaptam e persistem nas redes, adquirindo características resilientes. Além disso, analisam a capacidade das informações resilientes construírem as bases informacionais sobre as quais o processo de tomada de decisão se assenta, independentemente de seu conteúdo violar normas sociais.

Por exemplo, Tabasso (2019) explora como a difusão e a sobrevivência de uma informação viral ocorre em grupos distintos e observa que apenas o tema de interesse de cada grupo sobrevive nos casos de compartilhamento viral, com tendência à segregação total das informações. O estudo demonstra que, se houver dois grupos com preferências diversas, mesmo que a informação se torne viral, os grupos com interesses diferentes circularão conteúdos diferentes dentro das suas bolhas, chegando ao ponto de nem sequer terem consciência da existência de outros tipos de informação circulante. Isso ressalta graves implicações da tendência à segregação de informações virais e ao reforço de vieses que ocorre em grupos *online*.

Já o trabalho de Hopp e Ferrucci (2020), destina-se a investigar a resiliência da informação desviante, buscando compreender como a adaptação e a persistência de crenças, ideias e movimentos que desviam da norma são capazes de atender às necessidades informacionais das pessoas e produzir não apenas ajustamentos positivos, mas também paisagens informacionais conspiratórias e desviantes.

Outro estudo, conduzido por Hicks e Lloyd (2022), mostrou que a hesitação ou recusa em vacinar contra a COVID-19 no Reino Unido em 2021 não poderia ser corrigida ou satisfatoriamente explicada apenas em termos de acesso à informação adequada. Revelando que a decisão de vacinar ou não estava mais ligada às dimensões sociais e materiais das pessoas do que a habilidades de informação pré-determinadas. Contrariamente às expectativas, os indivíduos hesitantes tinham mais informações sobre as vacinas do que a maioria dos indivíduos não hesitantes.

Tais evidências permitem enquadrar a resiliência informacional como a capacidade de adaptação ou persistência de crenças, ideias e movimentos que atendem às necessidades informacionais das pessoas e moldam suas realidades, mesmo que seu conteúdo viole normas sociais. Isso destaca que o Destacando o fato de que esse processo de resiliência nem sempre será de ajustamento positivo, podendo levar à segregação e à persistência de informações conspiratórias, implausíveis, desviantes e até criminosas.

Em uma sociedade caracterizada pelo controle informacional exacerbado por parte dos Estados, a resiliência informacional pode ser enquadrada tanto num terreno de disputa democrática, em termos da possibilidade de uma população criar, acessar, distribuir e monitorar informação a partir práticas informacionais de resistência (Damarad, 2020). Por outro lado, as configurações furtivas e emergentes das organizações sociais virtuais apontam para uma tensão permanente entre os benefícios gerados pelo aumento da disponibilidade de dados, facilidade na transmissão de informações e o risco de desinformação, difusão viral de informações imprecisas e consequente geração de pânico ou ansiedade (Raisio et al., 2023).

Foi mencionado anteriormente que as atividades em rede suportadas pela Internet afetam a forma como as pessoas pensam, comunicam e participam na sociedade (Castells, 2002, 2003; Cardoso e Castells, 2005). E que os recursos tecnológicos de interatividade, busca, repositório e compartilhamento de informações da atualidade permitem aos usuários estabelecer e manter redes de laços fracos maiores e mais difusas do que nas formas tradicionais (Mandarano, Meenar e Steins, 2010; Putnam, 2020). De modo que em uma sociedade na qual a informação tem elevado valor, as diferentes formas de utilizá-la e seu conteúdo terão impacto direto na estrutura da organização social e nas subjetividades que emergem, revelando outros desafios associados.

Entre esses desafios, destaca-se que a mera disponibilidade de “boas” informações ou o desempenho de habilidades informacionais pré-determinadas não é garantia ou condição para seu bom uso. Além disso, essas habilidades nem sempre são empregadas para fins morais e éticos. Portanto, além de observar os atos que produzem e revelam as subjetividades políticas digitais, argumenta-se que combinar essa análise com a análise de práticas informacionais que levam a um estado de resiliência da informação pode proporcionar uma compreensão mais matizada da situação de informação em diversos contextos.

É crucial investigar como os indivíduos se conectam à informação política na internet, incluindo como eles se associam para acessar fontes relevantes e como essas práticas influenciam o letramento político-informacional e o conteúdo dos atos digitais. Isso permite explorar uma gama mais matizada dos tipos de informação, como elas são possibilitadas ou impossibilitadas, como se adaptam, persistem e afetam os processos políticos sociotécnicos dos dias atuais. Este esforço demanda a compreensão das práticas informativas que moldam o panorama informacional e criam as condições para a participação política que faz emergir um sujeito político digital (Polizzi, 2023; Isin e Ruppert, 2020; Lloyd, 2020; Schou e Hjelholt, 2018).

Alega-se que a capacidade de usar a Internet com intenção política requer o desenvolvimento de um estado prévio de resiliência informacional. E que essa abordagem é útil na identificação de práticas políticas de base informacional que apoiam a orientação, o ajuste e a reformulação de paisagens informacionais dos sujeitos em ambientes digitais polarizados e complexos. São as práticas informacionais que ocorrem dentro do processo de resiliência que conferem características resilientes à informação e carregam o potencial de subjetivação política.

Considerações finais

Esse ensaio buscou estabelecer aproximações teóricas entre as abordagens da cidadania digital enquanto um tipo de subjetivação política e da resiliência informacional como processo capaz de sustentar essa subjetivação. Argumenta-se que investigar as práticas de informação política operadas no espaço digital e o modo como as informações

que adquirem caráter resiliente constroem a paisagem informacional nas disputas políticas contemporâneas é um tema relevante para a compreensão de um amplo espectro de subjetividades políticas digitais emergentes.

A resiliência informacional, envolve a capacidade de se adaptar a mudanças no cenário informacional utilizando para isso novas práticas informacionais requeridas e adequadas aos cenários de transição. Essa adaptação ocorre dentro de contextos específicos que moldam as subjetividades políticas digitais e se manifestam em atos digitais. Uma vez que tanto as informações quanto a própria adaptação que abastece o processo de resiliência podem ter valência normativa ou não-normativa, as subjetividades manifestadas variam desde a cidadania digital até comportamentos digitais extremos.

Na observação dos processos de tensão social operados na ascensão da sociedade em rede, há uma tradição excessivamente otimista na análise da realidade. No entanto, quando confrontados com evidências empíricas, tanto a emergência de subjetividades políticas digitais como o processo de resiliência informacional, apresentam uma série de instabilidades no apoio ao seu argumento otimista, uma vez que os fins morais, éticos ou democráticos nem sempre são confirmados.

A estrutura apresentada busca ilustrar como mudanças no cenário informacional desencadeiam um processo de resiliência informacional, que pode ser normativo ou não. E que as práticas informacionais contextualmente situadas influenciam os tipos de atos digitais que os indivíduos realizam, resultando na possibilidade de observação de um espectro de subjetividades políticas digitais. Compreender essa interação dinâmica nos permite analisar e abordar melhor a formação de identidades políticas digitais na sociedade contemporânea.

Defende-se utilizar as ferramentas analíticas da resiliência informacional, enquanto uma prática social, para observar a produção de subjetividades políticas que emergem dos atos digitais. Isto vai além dos aspectos funcionais, ampliando o escopo para compreender processos de organização social da informação que nem sempre conduzem a situações produtivas em ecossistemas político-digitais. Trata-se de seguir o fio condutor da informação como artefato social (Lloyd, 2014b) e ir do produto final (o ato digital) à sua produção (o processo de resiliência informacional) (Latour, 2000: 39).

É certo que este é um terreno paradoxal. Ao propor uma extensão do entendimento da cidadania e da resiliência para quaisquer quadros informacionais persistentes e atos digitais que sejam de algum modo legitimados, corre-se o risco de endossar conteúdos e práticas enganosas, falsas, racistas, xenofóbicas, entre outras. No entanto, essa retirada de valoração sobre o conteúdo é apenas aparente.

Seria ingênuo supor que o conceito de cidadania, moderno ou digital, consegue sustentar as noções de igualdade e dignidade universais que povoam o imaginário social, mas que não se traduzem na vivência material dos sujeitos (Souza, 2018). Da mesma forma, seria igualmente ingênuo não considerar o momento da história em que a circulação de informações divergentes, extremistas atinge seu ápice (Hopp e Ferrucci, 2020).

Ao contrário, a posição aqui adotada já nasce informada e defende a explicitação dos princípios opacos que permitem a produção e reprodução de paisagens informacionais disfuncionais com implicações na organização social que distingue gente e subgente (Souza, 2018). Abre, portanto, diversas possibilidades de exploração para a investigação futura, tornando-se uma via de articulação para o enfrentamento de alguns dos problemas informacionais da atualidade.

As questões que rodeiam a utilização política da tecnologia digital e as tensões democráticas que lhe estão associadas revelam que os aspectos técnicos e sociais da valoração e persistência da informação, que atendem a uma gama de necessidades informacionais e orientam a construção da realidade social, requerem uma investigação mais aprofundada.

Em particular, são identificadas como oportunidades de investigação pesquisas abordem os processos que conduzem a aquisição da característica resiliente das informações e sustentam a construção das paisagens informacionais que habilitam os atos políticos digitais. Além disso, explorar a relação entre os contextos organizacionais nos quais os indivíduos estão inseridos e que podem facilitar ou dificultar a adaptação e persistência de informações desviantes, pode lançar luz sobre o surgimento de subjetividades políticas digitais diversas.

Financiamento e Declaração de Interesse

Este trabalho foi parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES por meio do Programa Demanda Social. Processo de concessão número 88887.668545/2022-00. Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências bibliográficas

- » Abidin, Crystal. 2021. From “networked publics” to “refracted publics”: A companion framework for researching “below the radar” studies. En *Social Media + Society*. Vol. 7, no. 1. <<https://doi.org/10.1177/2056305120984458>>
- » Accoto, Cosimo. 2017. *Il mondo dato: cinque brevi lezioni di filosofia digitale*. Milan: Egea.
- » Al-Naday, Mays F., Martin J. Reed, Dirk Trossen y Kun Yang. 2014. Information resilience: source recovery in an information-centric network. En *IEEE network*. Vol. 28, no. 3, 36–42. <<https://doi.org/10.1109/MNET.2014.6843230>>
- » American Library Association ALA. 1989. *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*. Document ID: d6c68ac5-a84a-4035-93ba-e887da74cb6b <<https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Barrios Tao, Hernando. 2015. Subjetividades na ágora digital: Questões para a educação e a bioética. En *Revista Latinoamericana de Bioética*. Vol. 15, no. 2, 84–95. <<https://doi.org/10.18359/rlbi.537>>
- » Bermúdez-Grajales, Mónica María. 2017. Subjetividades juveniles, expresiones políticas y uso de tecnologías digitales. En *Praxis & Saber*. Vol. 8, no. 17, 155–179. <<https://doi.org/10.19053/22160159.v8.n17.2018.7205>>
- » Bezerra, Arthur Coelho, Marco Schneider y Gustavo Silva Saldanha. 2019. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. En *Informação & sociedade: estudos*. Vol. 29, no. 3, 5–22. <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Blommaert, Jan. 2022. Sociolinguistic restratification in the online-offline nexus: Trump’s viral errors. En Spotti, Massimiliano, Jos Swanenberg y Jan Blommaert, eds. *Language Policies and the Politics of Language Practices: Essays in Honour of Sjaak Kroon*. Suiza: Springer. p. 7–24.
- » Brasileiro, Fellipe Sá. 2020. Emoções e redes colaborativas na resiliência informacional. En *Liinc em Revista*. Vol. 16, no. 2, e5309. <<https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5309>>
- » Brown, Wendy. 2019. *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West*. Nueva York: Columbia University Press.
- » Cabezas González, Marcos y Sonia Casillas Martín. 2019. Las educadoras y educadores sociales ante la sociedad red. En *Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação*. Vol. 27, no. 4, 521–542. <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701360>>
- » Calzada, Igor. 2022. How digital citizenship regimes are rescaling european nation-states. En *Space and Polity*. Vol. 26, no. 1, 44–52. <<https://doi.org/10.1080/13562576.2022.2072197>>
- » Cardoso, Gustavo and Manuel Castells. 2005. *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- » Castells, Manuel. 2002. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra. Vol. 1.
- » Castells, Manuel. 2003. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. San Pablo: Zahar.

- » Ceretta Soria, María Gladys, Magela Cabrera Castiglioni y Javier Canzani Cuello. 2024. Evolución del concepto de alfabetización en información en clave de inclusión social. En Hernández Salazar, Patricia, coord. *Desarrollo social: investigación bibliotecológica, información y bibliotecas*. México: UNAM. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información. p. 93-110. <https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/982> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Chen, Laure Lu, Sheena Mirpuri, Nirmala Rao y Nancy Law. 2021. Conceptualization and measurement of digital citizenship across disciplines. En *Educational Research Review*. Vol. 33, 100379. <<http://dx.doi.org/10.1016/j.edurev.2021.100379>>
- » Choi, Moonsun. 2016. A concept analysis of digital citizenship for democratic citizenship education in the internet age. En *Theory & research in Social Education*. Vol. 44, no. 4: 565–607. <<https://doi.org/10.1080/00933104.2016.1210549>>
- » Coleman, Stephen. 2008. Foundations of digital government. In Chen, Hsinchun. *Digital government: e-government research, case studies, and implementation*. New York: Springer. p. 3–19. <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-71611-4_1> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Damarad, Volha. 2020. Information and cyber resilience in Belarus. En *Turkish Policy Quarterly*. Vol. 19, no. 3, 97-105. <<http://transatlanticpolicy.com/article/1037/information-and-cyber-resilience-in-belarus>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Di Felice, Massimo. 2007. As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea. En Kunsch, Margarida Maria Krohling y Waldemar Luiz Kunsch, org. *Relações públicas comunitárias – a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. San Pablo: Summus. p. 29–44.
- » Di Felice, Massimo. 2021. *A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais*. San Pablo: Paulus Editora.
- » Di Felice, Massimo y Fernanda Cristina Moreira. 2018. Pachamama e a internet of things: para além da ideia ocidental de cidadania. En *Lumina*. Vol. 12, no. 3, 24–40. <<https://doi.org/10.34019/1981-4070.2018.v12.21568>>
- » Dumbrava, Costica. 2017. Citizenship and technology. En Shachar, Ayelet, Rainer Bauböck, Irene Bloemraad y Maarten Vink, eds. *Oxford Handbook of Citizenship*. Oxford: Oxford University Press. p. 767–788.
- » Feezell, Jessica. T. 2016. Predicting online political participation: The importance of selection bias and selective exposure in the online setting. En *Political Research Quarterly*. Vol. 69, no. 3, 495–509. <<https://doi.org/10.1177/1065912916652503>>
- » Fernández-Prados, Juan S., Antonia Lozano-Díaz y Alexandra Ainz-Galende. 2021. Measuring digital citizenship: A comparative analysis. En *Informatics*. Vol. 8, no. 1, 18. <<https://doi.org/10.3390/informatics8010018>>
- » Ferraz, Tairine Vieira y Diogo Henrique Helal. 2024. Informational resilience: a literature review. En *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Vol. 22, e024009. <<https://www.scielo.br/j/rdbci/a/vwXC7CrJq4VcbZ8wrqhGCHb/abstract/?lang=en>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Freitas, Christiana Soares, Rafael Cardoso Sampaio y Daniel Pitangueira de Avelino. 2023. Proposta de análise tecnopolítica das inovações democráticas. En *Texto para Discussã*. <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11514/4/TD_2848_Web.pdf> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Gil Garcia, Javier A. 2016. *Tecnopolítica vs tecnocensura. La evolución de la praxis política*. Video de Alberto Escorcía. <<http://contenidosdigitales.uned.es/fez/view/intecca:VideoAVIP-210272>> [Consulta: 15 julio 2024].

- » Gomes, Wilson. 2011. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. En *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina. p 19–45.
- » González Rey, Fernando. 2012. La subjetividad y su significación para el estudio de los procesos políticos: sujeto, sociedad y política. En *Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos*. Bogotá: Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico – IDEP. <<https://descubridor.idep.edu.co/Record/ir-001-2170>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Guareschi, Pedrinho. 2018. Psicologia e pós-verdade: a emergência da subjetividade digital. En *Psi Unisc*. Vol. 2, no. 2, 19–34. <<https://doi.org/10.17058/psiunisc.v2i2.12242>>
- » Hanakata, Naomi C. y Filippo Bignami. 2023. Platform urbanization, its recent acceleration, and implications on citizenship. The case of Singapore. En *Citizenship Studies*. Vol. 27, no. 2, 189–209. <<https://doi.org/10.1080/13621025.2022.2077568>>
- » Hicks, Alison y Annemaree Lloyd. 2022. Agency and liminality during the covid-19 pandemic: Why information literacy cannot fix vaccine hesitancy. En *Journal of Information Science*. Vol. 50, no. 6, 1557–1572. <<https://doi.org/10.1177/01655515221124003>>
- » Hopp, Tobyy Patrick Ferrucci. 2020. A spherical rendering of deviant information resilience. En *Journalism & Mass Communication Quarterly*. Vol. 97, no. 2, 492–508. <<https://doi.org/10.1177/1077699020916428>>
- » Isin, Engin y Evelyn Ruppert. 2020. *Being digital citizens*. Washington, D.C.: Rowman & Littlefield Publishers.
- » Latour, Bruno. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. San Pablo: Unesp.
- » Leonnel, André Costa Monteiro, Dany Flávio Tonelli, Paulo Henrique Montagnana Vicente Leme y Julia Moretto Amâncio. 2018. Limites e possibilidades da interação sociopolítica entre sociedade e Câmara dos Deputados pelo portal eletrônico e-Democracia. En *Administração Pública e Gestão Social*. Vol. 10, no. 3, 213–221. <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5280>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Lloyd, Annemaree. 2013. Building information resilient workers: the critical ground of workplace information literacy. What have we learnt? In *World- wide Commonalities and Challenges in Information Literacy Research and Practice: European Conference on Information Literacy, ECIL 2013*. (Istanbul, Turkey: 22-25 octubre, 2013) Revised Selected Papers 1. Suiza: Springer. p 219–228.
- » Lloyd, Annemaree. 2014a. Building information resilience: how do resettling refugees connect with health information in regional landscapes– implications for health literacy. En *Australian Academic & Research Libraries*. Vol. 45, no. 1, 48–66. <<https://doi.org/10.1080/00048623.2014.884916>>
- » Lloyd, Annemaree. 2014b. Following the red thread of information in information literacy research: Recovering local knowledge through interview to the double. En *Library & information Science research*. Vol. 36, no. 2, 99–105. <<https://doi.org/10.1016/j.lisr.2013.10.006>>
- » Lloyd, Annemaree. 2015. Stranger in a strange land; enabling information resilience in resettlement landscapes. En *Journal of Documentation*. Vol. 71, no. 5, 1029–1042. <<https://doi.org/10.1108/JD-04-2014-0065>>
- » Lloyd, Annemaree. 2020. Shaping the contours of fractured landscapes: Extending the layering of an information perspective on refugee resettlement. En *Information Processing & Management*. Vol. 57, no. 3, 102062. <<https://doi.org/10.1016/j.ipm.2019.102062>>

- » Lloyd, Annemaree, Suzanne Lipu y Mary Anne Kennan. 2016. On becoming citizens: Examining social inclusion from an information perspective. En *Australian Academic & Research Libraries*. Vol. 47, no. 4, 304-315. <<https://doi.org/10.1080/00048623.2016.1256806>>
- » Lynn, Theo, Pierangelo Rosati, Edel Conway, Declan Curran, Grace Fox y Colm O’Gorman. 2022. The digital citizen. En *Digital Towns: Accelerating and Measuring the Digital Transformation of Rural Societies and Economies*. London: Palgrave Macmillan. p. 23-47. <<https://doi.org/10.1007/978-3-030-91247-5>>
- » Lythreatis, Sophie, Sanjay Kumar Singh y Abdul-Nasser El-Kassar. 2022. The digital divide: A review and future research agenda. En *Technological Forecasting and Social Change*. Vol. 175, 121359. <<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121359>>
- » Mandarano, Lynn, Mahbubur Meenar y Christopher Steins. 2010. Building social capital in the digital age of civic engagement. En *Journal of planning literature*. Vol. 25, no. 2, 123-135. <<https://doi.org/10.1177/0885412210394102>>
- » Marshall, Thomas H. 1967. *Cidadania, classe social e status*. San Pablo: Zahar.
- » Marzochi, Samira Feldman. 2022. Cyberspace and decentering: Subjectivity as a matter of space and time. En *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. No. 115, 151-190. <<https://doi.org/10.1590/0102-151190/115>>
- » Masuda, Yonegi. 1980. *A sociedade da informação: como sociedade pós-industrial*. San Pablo: Ed. Rio.
- » Medeiros, Jackson da Silva. 2019. Subjetividades digitais: micropolíticas info-comunicacionais e uma introdução programática. En *Brazilian Journal of Information Science: research trends*. Vol. 13, no. 2, 26-35. <<https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n2.o3.p26>>
- » Morozov, Evgeny. 2014. The rise of data and the death of politics. En *The Guardian*. 20 de julio. <<https://www.theguardian.com/technology/2014/jul/20/rise-of-data-death-of-politics-evgeny-morozov-algorithmic-regulation>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Mossberger, Karen, Caroline J. Tolbert y Ramona S. McNeal. 2007. *Digital citizenship: The Internet, society, and participation*. Cambridge: MIT Press.
- » Nogueira, Marco A. 2007. Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. En *Ciências Sociais Unisinos*. Vol. 43, no. 1, 46-56. <<https://www.redalyc.org/pdf/938/93843105.pdf>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Norris, Pippa y Ronald Inglehart. 2019. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- » Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. 2020. *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19*. Brasília, DF: OPAS. <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Oser, Jennifer. 2017. Assessing how participators combine acts in their “political tool kits”: A person-centered measurement approach for analyzing citizen participation. En *Social Indicators Research*. Vol. 133, 235-258. <<https://doi.org/10.1007/s11205-016-1364-8>>
- » Paixão, Pablo B. S., Aurora Cuevas-Cerveró y Ronaldo N. Linhares. 2022. A alfabetização informacional para uma educação libertadora: uma abordagem transdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Educação. En *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. Vol. 15, no. 2, 534-551. <<https://doi.org/10.26512/rici.v15.n2.2022.39495>>

- » Palmieri, Emerson Rodrigues da Cunha. 2023. Social media, echo chambers and contingency: a system theoretical approach about communication in the digital space. En *Kybernetes*. Vol. 53, no. 8, 2593-2604. <<http://dx.doi.org/10.1108/K-12-2022-1650>>
- » Patent, Volker. 2022. Dysfunctional trusting and distrusting: Integrating trust and bias perspectives. En *Journal of Trust Research*. Vol. 12, no. 1, 66-93. <<https://doi.org/10.1080/21515581.2022.2113887>>
- » Polizzi, Gianfranco. 2023. Internet users' utopian/dystopian imaginaries of society in the digital age: Theorizing critical digital literacy and civic engagement. En *New media & society*. Vol. 25, no. 6, 1205-1226. <<https://doi.org/10.1177/14614448211018609>>
- » Putnam, Robert. 2020. *Bowling alone: Revised and updated. The Collapse and Revival of American Community*. Nueva York: Simon & Schuster.
- » Raisio, Harri, Alisa Puustinen, Juha Lindell, Tarja Wiikinkoski y Vesa Valtonen. 2023. Could virtual volunteerism enhance information resilience in a nuclear emergency? the potential role of disaster knowledge workers and virtual emergent groups. En *Radioprotection*. Vol. 58, no. 1, 11 - 18. <<https://doi.org/10.1051/radiopro/2023003>>
- » Rak, Jacek, Magnus Jonsson, David Hutchison y James P. Sterbenz. 2017. Disciplines and measures of information resilience. En *19th International Conference on Transparent Optical Networks (ICTON)*. (19º: 2-6 julio 2017: Girona, España). Madrid: IEEE. p. 1-4. IEEE. <<http://dx.doi.org/10.1109/ICTON.2017.8024996>>
- » Ribble, Mike y Gerald D. Bailey. 2011. *Digital citizenship in schools. international society for technology in education*. Washington D.C.: International Society for Technology in Education
- » Rueda Ortiz, Rocío. 2010. Ciudadanías, política y tecnologías: lo (im)posible de otras formas de lo común. En *Comunicación y ciudadanía*. No. 3, 6-19. <<https://revistas.uexnado.edu.co/index.php/comciu/article/view/2015>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Ruokolainen, Hilda y Gunilla Widén. 2020. Conceptualising misinformation in the context of asylum seekers. En *Information Processing & Management*. Vol. 57, no. 3, 102127. <<https://doi.org/10.1016/j.ipm.2019.102127>>
- » Sassen, Saskia. 2005. The repositioning of citizenship and alienage: Emergent subjects and spaces for politics. En *Globalizations*. Vol. 2, no. 1, 79-94. <<https://doi.org/10.1080/14747730500085114>>
- » Savolainen, Reijo. 2007. Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. En *The library quarterly*. Vol. 77, no. 2, 109-132. <<https://doi.org/10.1086/517840>>
- » Schou, Jannicky Morten Hjelholt. 2018. Digital citizenship and neoliberalization: governing digital citizens in Denmark. En *Citizenship Studies*. Vol. 22, no. 5, 507-522. <<https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1477920>>
- » Vasilis Sourlas Psaras, Onur Ascigil, Ioannis Psaras y George Pavlou. 2018. Enhancing information resilience in disruptive information-centric networks. En *IEEE Transactions on Network and Service Management*. Vol. 15, no. 2, 746-760. <<https://doi.org/10.1109/TNSM.2018.2811944>>
- » Souza, Jessé. 2018. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Alfragide, Portugal: Leya.

- » Suaiden, Emir José. 2012. A alfabetização Informativa e a inclusão na sociedade da informação. En Hernández Salazar, Patricia, coord. *Tendencias de la Alfabetización Informativa en Iberoamérica*. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas. <https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L56> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Tabasso, Nicole. 2019. Diffusion of multiple information: On information resilience and the power of segregation. En *Games and Economic Behavior*. Vol. 118, 219–240. <<https://doi.org/10.1016/j.geb.2019.09.003>>
- » Toffler, Alvin y Heidi Toffler. 1995. *Criando uma nova civilização: a política da 3ª onda*. Rio de Janeiro: Record.
- » Tomasello, Federico. 2023. From industrial to digital citizenship: rethinking social rights in cyberspace. En *Theory and society*. Vol. 52, 463–486. <<https://doi.org/10.1007/s11186-022-09480-6>>
- » Toyoda, Yusuke. 2021. Survey paper: achievements and perspectives of community resilience approaches to societal systems. En *Asia-Pacific Journal of Regional Science*. Vol. 5, no. 3, 705–756. <<https://doi.org/10.1007/s41685-021-00202-x>>
- » Travkina, Natalia. 2022. Digitization of society: Alternative projections of the future. En *Herald of the Russian Academy of Sciences*. Vol. 92, no. 6, S483–S491. <<https://doi.org/10.1134/S1019331622120115>>
- » Udupa, Sahana y Matti Pohjonen. 2019. Extreme speech—extreme speech and global digital cultures—introduction. En *International Journal of Communication*. Vol. 13, 3049–3067. <<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/9102>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Vitorino, Elizete Vieira y Daniela Piantola. 2011. Dimensões da competência informacional. En *Ciência da Informação*. Vol. 40, no. 1, 99–110. <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Wei, Kwok-Kee, Hock-Hai Teo, Hock Chuan Chan and Bernard C. Y. Tan. 2011. Conceptualizing and testing a social cognitive model of the digital divide. En *Information Systems Research*. Vol. 22, no. 1, 170–187. <<https://doi.org/10.1287/isre.1090.0273>>
- » Welsh, Marc. 2014. Resilience and responsibility: governing uncertainty in a complex world. En *The geographical journal*. Vol. 180, no. 1, 15–26. <<https://doi.org/10.1111/geoj.12012>>

APÊNDICE D – *PROMPT REQUALIFY.AI*

Tarefa: Realizar análise de categorias temáticas em um *corpus* textual composto de conversas em grupos bolsonaristas no *Telegram* cujo objetivo Geral é: Investigar a relação existente entre a resiliência da informação desviante e a produção de subjetividades políticas digitais, com foco nas práticas informacionais e nos atos digitais identificados no *corpus*.

Contexto: As conversas ocorrem em grupos bolsonaristas no *Telegram*, um ambiente onde a informação é disseminada e transformada rapidamente.

Objetivos específicos:

1. Identificar e categorizar as práticas informacionais desviantes.

Observação: Para identificar práticas informacionais desviantes considere a noção de Resiliência da Informação desviante de Hopp e Ferrucci, 2020.

2. Identificar e categorizar os atos digitais.

Observação: Para identificar atos digitais considere a ocorrência de atos de fala perlocucionários e atos digitais nos termos de Isin e Ruppert, 2020.

Considerações Adicionais:

1. Nuances Linguísticas: Considerar o uso de linguagem informal, memes, abreviações e outras características típicas da linguagem *online*.

2. Contexto Social e Político: Levar em conta o contexto social e político mais amplo para interpretar os resultados.

3. Novas Categorias: Permitir que a ferramenta identifique novas categorias que não foram explicitamente mencionadas nos estudos de Hopp e Ferrucci (2020) ou de Isin e Ruppert, (2020), caso existam.